

# brasil

NÚMERO ESPECIAL DE

**21 4 60**

**40**



REVISTA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil,  
Novacap (Criada pela lei n.º 2.874, de 19 de  
setembro de 1956). Sede : Brasília. Escritório no Rio :  
Avenida Almirante Barroso, 54 - 18.º andar.

#### DIRETORIA

Presidente :

Dr. Israel Pinheiro da Silva

Diretores :

Dr. Ernesto Silva

Dr. Moacyr Gomes e Souza

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente :

Dr. Israel Pinheiro da Silva

Membros :

Dr. Adroaldo Junqueira Aires

Dr. Aristóteles Bayard Lucas de Lima

General Ernesto Dornelles

Dr. José Ludovico de Almeida

Dr. Tancredo Godofredo Viana Martins

Cel. Virgílio Távora

#### CONSELHO FISCAL

Membros :

Dr. Armundo Lages

Dr. Herbert Moses

Dr. José Peixoto da Silveira

Dr. Themistocles Barcellos, suplente

Dr. Vicente Assunção, suplente

# brasília

número especial de 4-60

# 40

# apresentação

Dr. Israel Pinheiro

# brasília

ano 4

abril de 1960

número

# 40

Este número da revista da Novacap, em edição especial, documenta a história de um sonho que se transformou em realidade: o mais que centenário sonho da mudança da Capital. Desde Tiradentes, todas as vezes que surgiu um movimento político mais profundo, ou que entraram em crise as instituições, reapareceu a idéia da interiorização da Capital. Está inscrita na Constituição de 1946, como esteve nas duas outras Cartas republicanas. Mais do que um sonho, a transferência da Capital veio a ser um desafio, lançado aos nossos homens públicos. Já não se tratava mais de matéria em debate, mas de decisão a executar. Riscos, dificuldades, obstáculos de toda sorte aguardavam a tarefa grandiosa. O atual Governo aceitou o desafio, deixou-se seduzir pela obra, apaixonou-se por ela, dentro de seu programa de trabalho, pela renovação nacional. O Presidente Juscelino Kubitschek comprometeu-se com o povo, durante sua campanha eleitoral, num conceito em Goiás, que poria em prática o preceito constitucional que manda erguer no Planalto a nova Capital. Brasília inscreveu-se entre as metas; foi a meta-síntese. Na luta pelo desenvolvimento e pelo equilíbrio da economia nacional, o papel de Brasília seria preponderante. Por ela, reconcentraríamos a nossa vocação histórica, na conquista do vasto Oeste. Seria a marcha para o domínio e a civilização de uma imensa região, que o Brasil litorâneo insistia em ignorar. Brasília seria um ponto de partida para toda uma extraordinária obra de pioneirismo desassombrado, essencial ao destino de grandeza a que está fatalizada a nossa Pátria.

Eram muitas e sólidas as razões para enfrentar o velho sonho com decisão inabalável de torná-lo realidade. A obra gigan-

tesca encontrou o seu artífice, que aceitou o desafio, para vencê-lo. O entusiasmo do Presidente Kubitschek comunicou-se a todos os que colaboraram na construção de Brasília. A Capital da Esperança nasceu da fé de um povo que superou o derrotismo e não se deixou envenenar pelo pessimismo estéril. O magnífico plano urbanístico de Lúcio Costa está agora executado na arrojada e bela cidade, que já conquistou a admiração do mundo. Da prancheta de Oscar Niemeyer saltaram para a realidade os projetos que marcam época na história da Arquitetura contemporânea. O velho sonho nacional foi afinal concretizado. É possível que a rotina e o derrotismo ainda insistam em que Brasília nasceu depressa demais. Não querem compreender que o Brasil mudou de ritmo, na impaciência de Nação jovem que tomou consciência de seu destino e de seus recursos inesgotáveis.

Brasília é a mais enfática afirmação da capacidade e da obstinação de nosso povo. Todos os que trabalharam em sua construção, dos mais humildes aos mais categorizados, tinham e têm certeza de estar colaborando com a obra mais diretamente ligada à grandeza nacional. O sonho transformou-se em realidade. Brasília existe, na vastidão do Planalto, no coração do Brasil. Este número especial da revista da Novacap documenta o nascimento da cidade com que muitas gerações sonharam. O êxito incontestável da meta-síntese do Presidente Juscelino Kubitschek é uma vitória do Brasil. A inauguração de Brasília anuncia, neste momento, muitas outras vitórias, que serão certamente no ritmo acelerado do progresso que já não se adia para o futuro, porque é tarefa do presente, de cada dia de todos os brasileiros.

## êstes construíram Brasília

Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, anunciou, em sua campanha de candidato à suprema magistratura da Nação, a sua disposição de fazer cumprir o preceito constitucional que mandava transferir a Capital da República para o Planalto Central Brasileiro. Nos primeiros meses de governo determinou a intensificação dos estudos e antes de decorrido o primeiro ano de seu mandato, a construção de Brasília já estava iniciada. Inspeccionando sempre pessoalmente o andamento das obras, o Presidente Kubitschek classificou Brasília como a meta-síntese do seu governo e dentro de seu mandato entregou a Nova Capital aos Três Poderes da República. Cumpriu a promessa de candidato e a 31 de janeiro de 1961 passará a faixa presidencial ao seu sucessor, no Palácio do Planalto.



Na inauguração de Brasília, o vice-Presidente da República, dr. João Belchior Coutar, enviou ao povo brasileiro a seguinte mensagem:

"Nesta data, de tão profunda significação histórica, desejo congratular-me com o povo brasileiro que, jubilosamente, comemora a inauguração de Brasília - a Nova Capital, símbolo de um Brasil que se integra e se completa na sua emancipação econômica; síntese admirável da capacidade criadora e realizadora da alma e do coração de nossa gente.

Ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas que abriu, com o seu patriotismo e a sua alta compreensão dos problemas nacionais, para o País, as condições persuasivas da concretização de um sonho que vinha desde os remotos tempos das bandeiras; ao eminente Chefe da Nação, dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, a cuja dinâmica e coragem cívica se deve esta esplêndida realidade, aos valerosos obreiros, intelectuais e braçais que, com o esforço anônimo e fecundo, edificaram, ao compasso das horas, a grande cidade, reumo a saudação que ao Brasil desejo e devo prestar neste histórico 21 de abril de 1960".

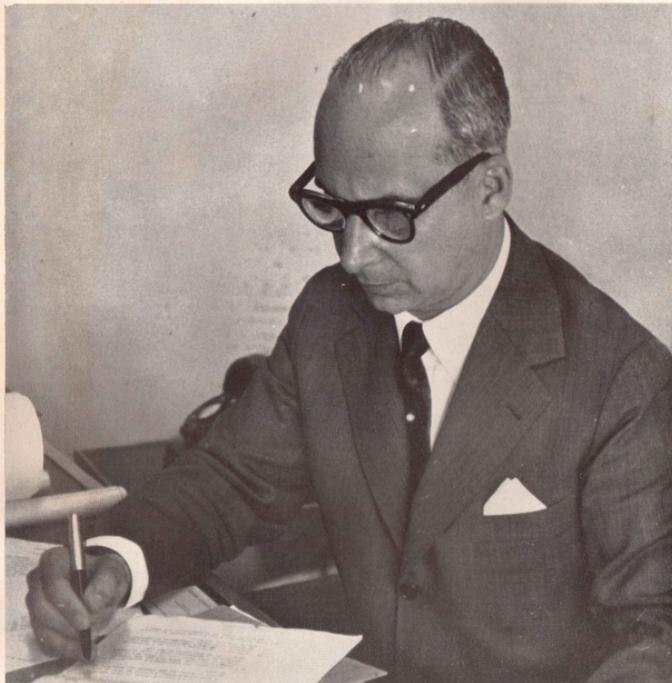


Dr. Israel Pinheiro da Silva, presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Descendente de tradicional família de políticos mineiros; filho do antigo governador de Minas Gerais, sr. João Pinheiro. Sua primeira função pública foi a de vereador na sua cidade natal, Caeté, assumindo logo depois a presidência da Câmara Municipal. Presidente do Conselho Consultivo de Minas Gerais. Secretário da Viação e da Agricultura no governo Benedito Valladares. Presidente da Companhia do Vale do Rio Doce. Deputado federal, e, em três legislaturas consecutivas, presidente das Comissões de

Finanças e de Orçamento da Câmara. Deixou o mandato de deputado para entregar-se, de corpo e alma, à construção de Brasília, na presidência da Novacap. Passou a residir em Brasília e quando isto se fez necessário, transportou-se a todos os pontos do país adotando medidas e fazendo conferências sobre Brasília. Suas viagens aéreas entre Brasília e o Rio de Janeiro, a serviço da Companhia Urbanizadora, nos últimos três anos, seriam suficientes para que dr. Israel Pinheiro desse oito voltas ao mundo. É engenheiro, diplomado pela tradicional Escola de Minas de Ouro Preto, onde conquistou um Curso de Aperfeiçoamento na Europa.



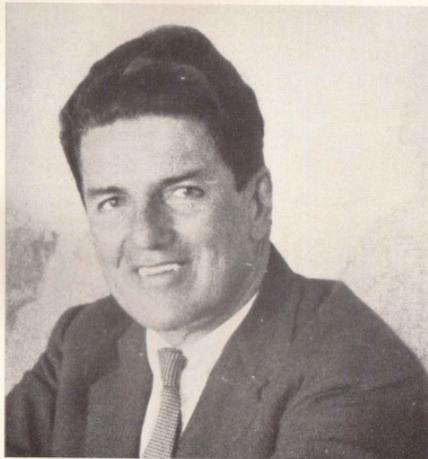
Dr. Ernesto Silva, diretor administrativo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Profundo conhecedor de seus problemas, pois era o assistente do Marechal José Pessoa na Comissão de Localização da Nova Capital Federal e mais tarde Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal. A seu cargo estiveram os planos de educação, saúde e o importante Departamento Imobiliário da Novacap.



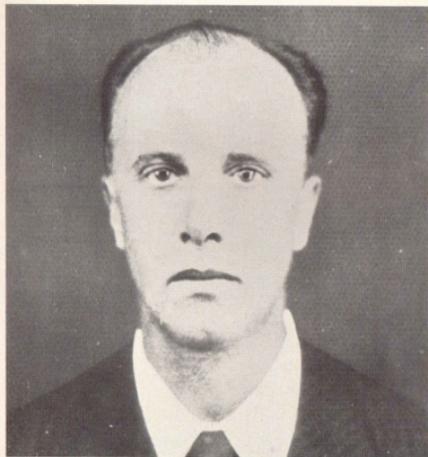
Dr. Iris Meisberg. - Diretor financeiro da Novacap, representante, na diretoria da Companhia, do maior partido de Oposição no Congresso, de acordo com a lei que criou a Companhia Urbanizadora. Dr. Iris Meisberg levou para o Planalto todo o seu entusiasmo e sua experiência, sendo dos mais ativos colaboradores na edificação de Brasília.



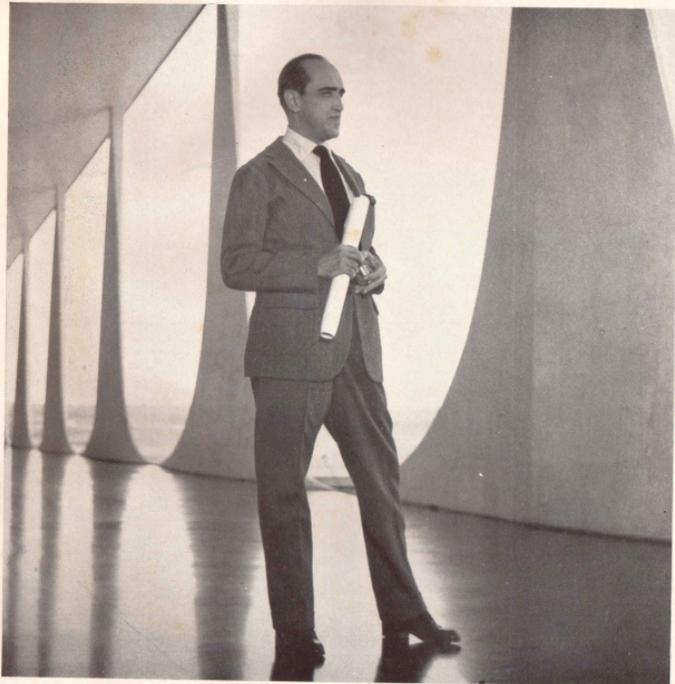
Dr. Bernardo Sayão Carvalho Araújo. Seu nome tornou-se uma lenda em torno dos ideais mudantistas. Homem do Planalto, há muito levava para o sério a tese de que este devia se preparar para receber a Nova Capital do Brasil. Cérebro e alma da construção da rodovia Belém-Brasília. E nela, quando concluiu sua gigantesca tarefa, encontrou a morte, abalado por um colosso da Amazônia que lhe onusara desafiar. Seu nome estará para sempre inscrito na história da nova e moderna capital do país.



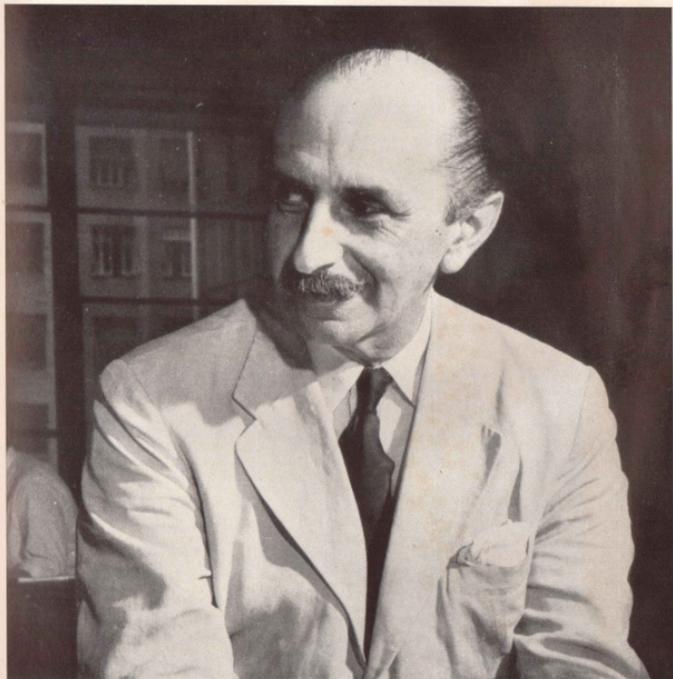
Dr. Moacyr Gomes de Sousa, Engenheiro dos mais competentes e dedicados. Outrora Chefe do vital Departamento de Viação e Obras da Novacap. A morte de Bernardo Sayão levou-o as funções de Diretor Executivo da Companhia Urbanizadora, colocando em seus ombros a responsabilidade de concluir as tarefas de seu antecessor. Moacyr Gomes de Sousa é uma das vigas mestras de Brasília.



Oscar Niemeyer. Arquiteto mundialmente conhecido e admirado, a quem coube a glória de projetar os edifícios públicos de Brasília. E com seus projetos em que o arrêjo e as linhas audaciosas aliam-se à perfeita funcionalidade, Oscar Niemeyer completo, sem dúvida, a sua maior obra, como o arquiteto de uma cidade maduramente planejada em que nenhum detalhe foi esquecido.



Lúcio Costa - "O Plano-Piloto de Brasília nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz". Deste simples enunciado, Lúcio Costa inspirou-se para projetar o funcional, singelo e ao mesmo tempo monumental Plano-Piloto, elogiado pelos arquitetos de todo o mundo. Lúcio Costa, com seus traçados e ao lado de Niemeyer foi outro cérebro na construção de Brasília, garantindo para o Brasil a supremacia no urbanismo e arquitetura modernos.





Reunião da Secretaria.

Reunião do Conselho de Administração.



Dr. José Pereira de Faria, chefe de Gabinete do Presidente Israel Pinheiro no Rio de Janeiro.

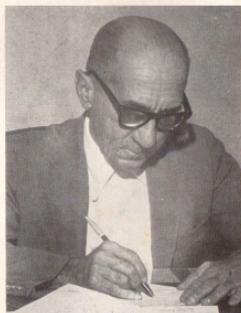


Dr. Ney Dutra Urubaly, chefe de Gabinete do Presidente Israel Pinheiro, em Brasília.

General Osmar Soares Dutra, chefe da Segurança Pública de Brasília.



Dr. Carlos Alberto Quadros, ex-chefe de Gabinete e chefe do Departamento de Relações Públicas de Brasília.





"Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longíqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de suco, velho Buriti Perdido. Então, como os hoplitas atenienses cativos em Siracusa, que conquistaram a liberdade entrecendo os duros senhores à narração das próprias desgraças nos versos sublimes de Eurípides, tu impedirás, poeta dos desertos, a própria destruição, comprando teu direito à vida com a poesia selvagem e dolorida que tu sabes tão bem comunicar," (Afonso Arinos: "Buriti Perdido", in "Pelo Sertão").

O destino é assim mesmo.

Quis a Divina Providência que uma plêiade de homens dessem ao Brasil, pelo seu suor e pela sua fadiga, a nova Capital-Brasília.

Não é o lugar apropriado à narração das invectivas dos Inconfidentes Mineiros, de José Bonifácio de Andrada e Silva, de Hipólito José da Costa, de Francisco Adolfo Varnhagen, e tantos outros que lutaram denodadamente para interiorizar a capital do País.

Mas não podemos silenciar a respeito daqueles que mais de perto foram tomando contacto com os pródomos do máximo empreendimento das brasílicas terras. E nesse cortejo de vultos proeminentes, vemos passar Luiz Cruls, Luiz Coelho, Agnaldo Caiado de Castro e José Pessoa. A estes dianteiros de primeira hora, que viram e sentiram as magnificências do plano central, o reconhecimento da pátria, na sua sempre crescente ansia de progresso e de grandeza.

Nem tão pouco podiam ficar esquecidos Floriano Peixoto, Epitácio Pessoa, Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho e Nereu Ramos. E nessa gama ascendente de Presidentes da República, que contribuíram paulatinamente para o histórico evento de construção de Brasília, assoma ao cenário dos homens de tempera rígida e indomável, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ao assumir o poder da suprema magistratura da nação, o Presidente Juscelino Kubitschek dinamizou, à jato, os preparativos para a execução dos planos e da edificação de nova Capital Nacional.

O trabalho do Presidente Juscelino Kubitschek na vida brasileira e no monumento colossal de Brasília, nos altiplanos goianos, atesta, à sociedade, o veredicto de homem sábio e criador, não só de idéias, mas realizações. A sua voz há de repercutir ao longo

dos séculos. Os poetas, os grandes clássicos falam-nos ainda, por suas obras-primas, com o mesmo frescor sempre vivo. Platão ensina-nos a sabedoria; Vergílio, Dante, Shakespeare emocionam-nos sempre, embora há muitos séculos descidos ao túmulo. O fruto do trabalho é um monumento mais duradouro que o bronze: "*monumentum aere perennius*"!

Mas reservar-nos-emos para, em outra oportunidade, cantar o epícnio merecido ao Presidente Juscelino Kubitschek, a cúpula pensante do País, que teve a ventura singular de plantar, bem no coração do Brasil, a Nova Capital. E quando perguntavam a Zeixis porque trabalhava tão minuciosamente seus quadros, respondia: "Porque trabalho para a eternidade". Estaria o Presidente bem lembrado do que escrevera Sailer: "Não nascemos para ser, mas para vir a ser". Terá sempre a satisfação imensa de dizer com Huxtel: "A virilidade bem entendida é uma vontade fortemente dirigida, no arrojado cumprimento do dever".

E ao término de sua carreira, pendente de glórias e troféus, repetirá como Antemon: "O melhor dos travesseiros é uma consciência tranquila". É bem verdade que a história não se repete. E como o tempo gosta de correr a memória dos fatos e dos faustos, deixaremos esculpida u'a menção àqueles que na linha de frente, sustentaram o "*pondus diei et aeterni*" da construção da nova Capital brasileira. Por este registro a posteridade há de saber quem lançou a primeira pá de argamassa edificadora, e quem escorregou a última pinclada do fecho decorativo.

Mercê de Deus, foi escolhido para presidir à Novacap um homem austero e ríspido, mas sincero e operoso. Este homem chama-se Israel Pinheiro da Silva. Este homem fez de toda a sua administração o mais sólido pedestal de pontualidade e de assiduidade.

A chuva ou canícula não lhe obstruíam os passos nem lhe arrefeciam os planos. A trajetória era a mesma. Superou todos os óbices. Transpôs todas as barreiras e venceu todas as batalhas. Para tudo encontrava ou toques de tambor, preferindo sempre a penumbra de sua modestia aos bimbalhues de publicidades. "*Summa opes inopia cupiditatum*": a maior riqueza é não ter pretensões. (Sêneca) Em tão pouco tempo, muito fez. e

muito aperfeiçoou, sob as batéguas de sua ladiga, para apresentar tão alto voo de realizações: "Muita tulit factique puer, sudavit et alit" - (Horácio). Tudo isto, porque muito quis: "Valdo velle".

Os que cumprem o seu dever com alma alegre e lábios sorridentes, sempre andam sua estrada na vida. São calmos quando tudo lhes sorri, e bravos quando tudo lhes resiste, segundo o poeta latino: "Acquam, memento, vobis in arduis, servare mentem, non secus in bonis".

Mas para a consecução em tempo recorde, o Dr. Israel Pinheiro contou com a ajuda oportuna de dois homens que acompanharam a direção da Novacap: esses homens, cujo esforço, compromisso e boa-vontade dedicaram o trabalho da construção de Brasília, foram os diretores Ernesto Silveira e Jaime Meinberg. Bernardo Sayão Carvalho Araújo e Moacyr Gomes e Souza. Esta equipe operosa de ativos diretores secundou o presidente Israel Pinheiro, até a consumação do grande empreendimento - a construção de Brasília.

Não menos eficiente podia deixar de ser o Conselho de Administração, composto de Adroaldo Junqueira Aires, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Aristóteles Bayard Lucas de Lima, Epilogo de Campos, Ernesto Darnicek, Tamerindo Viana Martins, José Ludovico de Almeida e Virgílio Távora, secretariado por Erasmo Martins Pedro.

Por sua vez, o Conselho Fiscal muito contribuiu para o fator administração, com seu largo auxílio, nas pessoas esclarecidas de Herbert Moraes, Luiz Ribeiro Gonçalves, Mauro Borges Teixeira, José Peixoto da Silveira com os suplentes Themistocles Barcelos e Vicente Assunção.

Não se podem esquecer Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Também lhe foi estio imediato a competência provada e segura dos seus chefes de Gabinete. No Rio de Janeiro, José Pereira de Faria; em Brasília Carlos Albertos Quadros.

Mais tarde Ney Dutra Uruahay, ex-chefe da Divisão do Pessoal, não se pode esquecer também o avaliado serviço prestado pela secretária Maria Augusta Rebouças.

Damos, a seguir, a relação nominal de todos os que contribuíram diretamente no auxílio administrativo à construção de Brasília, conforme lista fornecida pela Divisão do Pessoal.

## Gabinete do Presidente

### Chefes de Gabinete:

José Pereira de Faria (Rio de Janeiro)  
Ney Dutra Uruahay (Brasília)

### Oficiais de Gabinete:

Maria Augusta Rebouças  
Adelina Cruz Rodrigues da Cunha

### Secretarias do Presidente e

#### Diretores:

Agnaaldo Cobra  
Alexio Mendes de Carvalho  
Alice Sturzenacker  
Amélia dos Passos Lima  
Cecília Garrido de Sousa  
Clidener Maranhão de Carvalho  
Dinah Marcol Watzke  
Domiciano Fernandes de Oliveira  
Feliciano Marques da Silva  
Francisco Fernandes do Nascimento  
Hilda Cabral Carvalho de Araújo  
Iris Medeiros  
Jessé Santiago Serra  
João Milton Prates  
José Cláudio dos Santos Travassos  
Lourival Batista de Oliveira  
Marcos Pinto Braga  
Maria José Veloso  
Maria do Rosário Martins  
Maria Victória Moreira Caldas  
Nice de Matos Almeida  
Nilson Ferreira Gomes  
Odyssey Grunewald  
Ofélia Gusmão da Silva  
Paulo França Miranda da Fonseca  
Raimundo Moacyr Soares de Neyva  
Vera Baldo Cordeiro  
Yone de Almeida Roland  
Stelita de Cerqueira Lima

## Departamento de Urbanismo e

### Aquitectura

#### Chefe do Departamento:

Oscar Niemeyer Soares Filho

Lúcio Costa  
Abel Carnaúba da Costa Accioly  
Adeildo Viegas de Lima  
Américo Alves Lyra  
Antônio Pedro da Silva  
Athos Bulcão  
Augusto Guimarães Filho  
Benito Sechi Scoutetuzza  
Carlos Elias Paulino  
Claus Peter M'uhe  
Elias Kaufman  
Erasmo Franco  
Emilio Mariano da Silva Jotta  
Geraldo de Castro Psmel  
Galdino Duyrrat C. Cunha Lima  
Germano Soares Brandão

Gisela de Magalhães  
Giuseppe Enni Tizzano  
Glaucio de Oliveira Campello  
Guo Luis Dimanche  
Helo de Mello  
Hermano Gomes Montenegro  
Italo Campofiorito  
Jackson Alves da Rocha  
Jaime Dantas Campello  
João Urbano de Rezende Costa  
Jorge de Souza  
José Carlos Fadul  
José Manoel K. Lopes da Silva  
José de Souza Reis  
José Vicente da Rocha Paz  
Kal Schmidt  
Laurinda Ribeiro de Rezende  
Lóvis Rocha Delgado  
Lúcio Marinho Estelita  
Luiz Antônio Moreira da Silva  
Marcel Edmond Dimanche  
Manoel Gonde Martinez  
Mário Gramby  
Mário Moreira Fontenelle  
Nauro Jorge Esteves  
Maria Luiza de Carvalho  
Maria Elza M. G. Costa  
Messias Pereira de Andrade  
Manoel Dias Machado  
Maurício Dias da Silva  
Nilza Maria Dantas Conceição  
Onofre Gontijo Mendes  
Oscar da Fonseca Filho  
Oncílio Natal Silva  
Paulo de Mello e Silva  
Pedro Sagulo  
Petrônio Emanuel de Cerqueira  
Pietro Batini  
Odete Damasco Bittencourt  
Sabine Ulys Raywet  
Sahnel Machado Barrosos  
Salomão Tandeta  
Sebastião Jacques Selman  
Setímio Narciso  
Sílvio Ribeiro  
Sílvio Schoelkopf  
Victor Noel Saldanha Marinho  
Waldemar Coelho da Rocha e Silva  
Waldir Chacon de Lemos  
Walter de Souza Ribeiro  
Washington Vieira Pimenta  
Willy Bezerra de Mello  
Wilson Reis Netto  
Ana Maria de Niemeyer Soares  
Arlindo Faciolli  
Arthur Lício Marques Pontual  
Carlos Augusto R. Camargo  
Cesar Gonçalves Filho  
Dagoberto Rodrigues  
Fernando Luiz de Coni Campos  
Fernando Penna Botafogo Gonçalves  
Flávio D'Árimo  
Flávio Mattos  
Francisco de Assis Faria  
Gauss Marinho Estelita  
Harry James Cole

## Heitor Annes Dias Vignoli

Iberê S. Goulart  
Ivo Dollabella  
Jayme Zetzel  
João Baldo  
Joãoquim Cardoso  
John Canongia Long  
Jorge Ribeiro Laclate  
José Anchieta Leal  
José Roberto B. de Carvalho  
José Valtom Araújo Araújo  
Júlio Meda  
Léa da Silva Araújo  
Luiz Augusto Pedral Sampaio  
Mário dos Santos Cardoso  
Marcos Jaimovic  
Mário Bruno Faibbaum  
Marlene Ferreira Bruno da Silva  
Mauro Vinhas de Queiroz  
Ney Carlos Esteves  
Olavo de Lima  
Oswaldo Lontra Netto  
Otávio Sérgio da C. Moraes  
Wilmar Jorge Telles  
Paulo Comissário de A. Fontes  
Paulo Eduardo de H. da Silva  
Raimundo José Nogueira  
Renato de Mendonça Junior  
Roberto Sacombé  
Sergio Martins  
Sergio Pôrto  
Theodoro Joels  
Vladas Vyvas  
Victor Fadul  
Gladson da R. Pimentel  
Ivana Zubic  
José Maria de A. Souza  
Lourenço Waltrick Sobrinho  
Maria Luiza P. de Carvalho  
Rothier Soares Benther

## Departamento de Viação e Obras

### Chefe do Departamento:

Vasco Viana de Andrade

Alberto Leda Bellano  
Aldair da Silva Pacheco  
André Toscano  
Antônio Brugger  
Antônio Cândido de Oliveira  
Antônio José Coutinho  
Antônio Modesto da Silveira  
Aderson de Oliveira  
Armando Barreto  
Athualpa S. da Silva Prego  
Auvary Jurandy Monteiro  
Boanerges Barbosa de Freitas  
Carlos Antônio da Costa Cavalcante  
Carlos Frederico de Andrade  
Carlos da Silva Dourado  
Carlo Giangregorio  
Célia Maria  
Célio de Macedo Medeiros  
Cid Tórrès  
Conrado Borges Fernandes  
Décio de Souza Reis

Dimitri Pankov  
Eli Bussinger  
Gabriel Pereira Lima  
Gerson Monteiro Guimarães  
Gilberto Neves Baeta  
Haroldo Martin  
Hércules Rodrigues Braga  
Honório Lôbo Neto  
Irene Pankov  
Ivaldo Gadelha Lara  
Jaime Teixeira de Sena  
Jair da Cunha Guedes  
Jarbas Alves da Costa  
João Martins Vieira  
João Ribeiro Vicentini  
Joffre Mozart Parada  
José Barbosa Leite  
José Carlos de Miran  
José Clóvis do Rég  
José Fabiano de Figueiredo  
José Fernandes de Araújo  
José Gentil Neto  
José Jorge de Melo  
José Luz Faria  
José Maciel de Paiva  
José Martins Vieira  
José Nobre da Conceição  
José Osvaldo da Silva  
José Paulo Sobrinho  
José S. Ferreira Filho  
José Santana Campos  
Lauro Karl  
Leonidas Ostroerg  
Lucas Viana Neiva  
Luiz Arnínio da Silva  
Luiz Edgar Pereira Tostes  
Luiz Lins de Oliveira  
Luiz Virgínio  
Luzardo Jacó de Castro e Silva  
Manoel Delmiro de Sousa  
Manoel Ramos Bernardes  
Maria Aparecida Xavier  
Mary Izabel dos Santos  
Maria Helena Penna Scorza  
Milton Nunes Coelho  
Maurício de Melo Botelho  
Moacyr Miranda Gomes  
Moacyr Soares de Sousa  
Modesto de Oliveira Lima  
Mucio Antônio de Lima  
Mustafá Zaguilul Botelho  
Nedson Simões  
Olinete da Silveira Santana  
Otávio Batista de Almeida  
Oswaldo Alberto de Sant'Ana  
Paulo de Abreu Rebelo  
Paulo Borges de Freitas  
Paulo Pimenta Guimarães  
Pedro Alves dos Santos  
Pietro Soraru  
Raimundo de Oliveira  
Reinaldo Pimenta de Rezende  
Rosebela Wanderley Lobato  
Rubens José Dias  
Saciá Tinozinho Aporani  
Sílvio Mota Gaspar  
Taugio Inatomi

Terezinha de Jesus Melo  
Triago Vieira Camargo  
Trijano Augusto Santo Sê  
Tunilho Teixeira Milhomens  
Uk Mendonça Lima  
José D. do Nascimento  
Israel Pinheiro Filho  
Antônio E. da Silva  
Edson Martins de Deus  
Feliciano Marques Filho  
Herbert Parnapu  
Lucy Souto Marinho  
Maria Divina Candeo  
Rodolfo Lobato Pereira  
Ulirajara Miranda Gomes  
Wílson Noleto Maranhão  
Wainer Neves Rosa  
Urbano Lopes de Sousa  
Valter Marques Dourado  
Vicente de Paula Azevedo Silva  
Vicente de Paula Lopes  
Vicente Rosa de Lima  
Waldomiro Veiga  
Walfredo de Freitas  
Walquírio Pereira Rodrigues  
Wilson Freua  
Wilson Soares Lopes  
Antônio Ezequiel da Silva

#### Depart. de Águas e Esgotos

**Chefe do Departamento :**

**Targino Pereira da Costa**

Antônio Ney Parente  
Clóvis Gomes Falção  
Cornélio Pimenta da Rocha  
Donato P. da Silva  
Douglas Rizzo  
Edward Pedro Fortes Peressin  
Eduardo Cravo  
Efígieño de Jesus Sales  
Erasmo Cravo  
Anandro César Meneses  
Feliciano Marques da Silva  
Francisco A. B. da Silva  
Francisco de Assis Lopes  
Raimundo de Freitas  
Gerson Spindola Carneiro  
João Gomes de Almeida Régio  
João Lincon de Lara  
Joaquim O. de C. Costa  
José Vieira Gomes  
Luciano Pinto Carvalho  
Manoel Dantas Vilar Filho  
Maria Eugénia Targino da Costa  
Maria Zenith Cartaxo Bezerra  
Massyoshi Furuhashi  
Raimundo Amado Barreto  
Renato Dall'Osteria  
Ronald Barcelos Silva

Tabajara Wendt da Costa  
Vicente Ribeiro de Vasconcelos  
Otavio Rodrigues da Costa  
Yumiko Furuhashi  
Zeni Moreira

#### Departamento de Força e Luz

**Chefe do Departamento :**

**Afrânio Barbosa da Silva**

Altamiro Artiaga Moreno  
Álvaro Barbosa Herdman  
Álvaro José Pires Albuquerque  
Aristides Albrista de Moraes  
César Augusto de São José  
Cyro Machado do E. Santo  
David Calisto Dib  
Donato Grip Filho  
Francisco Bezerra Lima  
Francisco de Freitas  
Francisco Troncha  
Horácio Carneiro Filgueiras  
João Batista Neuman  
Jorge Wilson Gonçalves de Azevedo  
Lincoln de Sena Gonçalves  
Luiz de Castro Monte  
Luiz Felipe de Araújo  
Luiz Gonzaga Alcintara  
Mauro Rodrigues Alves  
Michel Jean Maurice Vincent  
Otacílio Vieira Palma  
Othon Silva  
Pedro da Costa Possolo  
Raul Faustino de Oliveira  
Sautier Roger  
Thomaz Figueredo  
Waldomiro Pompeu de Miranda  
Antônio William Ramalho  
Aristides B. de Moraes  
Esdras Martins  
José Pinto Ribeiro  
Jovellino Moreira Cangussu  
Lício Dillon Fônsica de Figueredo  
Luiz Amaral  
Márcio Pinto Braga  
Mário Honório Filho  
Oswaldo Alberto de Santana  
Sílvio Roberto  
Wils de Alvarenga

#### Departamento de Telefones

**Urbanos e Interurbanos**

**Chefe do Departamento :**

**José Paulo Viana**

Amaruly Rodrigues Prado  
Antônio de Paula Assumpção  
Carlos Alberto Bontempo Carneiro  
Dilson Antônio Cardoso

Jorge Vieira Palma  
Josnoski Soriano de Oliveira  
José Hamilton Pereira  
José Inácio Caicoya da Rato  
José Rubens Pinheiro  
Francisca Muniz  
Lestock Soares  
Manoel W. da Silva Laranja  
Marcelo Augusto Varela  
Nadir Sequeira Montez  
Ney Gabriel de Carvalho Barata  
Orlando Cardoso de Araújo  
Orlando Rodrigues da Cunha Borges  
Paulo de Almeida da Cunha Medeiros  
Samuel Audey Buzaglo  
Sarah Sete Rocha  
Sylvia Grabois Gadelha  
Thomas Peter Costain  
Werner Max Kraus  
Jorge Amorim Braga  
José Júlio Pontes Corrêa da Silva  
Antônio A. Ferreira  
Braz Raimundo  
Helena Vieira Barros  
João Baeza  
José P. Ribeiro  
Luiz Guilherme Romancini  
Pedro Possollo Filho  
Ronam Borges Vaz  
Sebastião S. de Oliveira  
Wolmir B. Martins

#### Departamento de Transportes e Comunicações

**Chefe do Departamento :**

**Marcos Valdetar da Fonseca**

Adilson Flores dos Santos  
Alexandre Arsolli  
Alfredo Teixeira de Carvalho  
Alzira Alves de Brito  
Ana Soares do Couto  
Angelina de Oliveira  
Antônio Afonso de Alarcão  
Antônio Guido Sobrinho  
Antônio Lemos de Campos Bueno  
Antonio Pereira de Macedo  
Ariane Américo Azevedo  
Aristides Alves Granjeiro  
Aristides da Costa  
Armando Pinheiro Alfredo  
Ary Ribeiro  
Aurelicio Lopes Trindade  
Balbino Dutra  
Barulas Miguel Ferreira  
Benjamin Pereira de Araújo  
Carlos Felipe Gonçalves  
Daniel Tavares de Melo  
Dante Togniere  
Darcy Dutra de Castro  
Darcy de Souza Paiva

Darcy Virginia Costa  
Delmar Antonio Cardoso  
Djalma Dias de Araújo  
Djalma de Oliveira Firme  
Edmundo Afonso Alarcão  
Elbo Gandini  
Elcy de Paula Matsuda  
Emarly Freixo Pontes  
Henrique Raul R. Guerrero  
Fenelon Honorato  
Fernando Ferreira  
Flávio Ribeiro Filhote  
Frederico Aires Lemos  
Georgina Zanette Santarém  
Geraldo Martins Ribas  
Gilberto Goes Arriero  
Jaime da Costa Ribeiro  
Jair Medeiros  
Jerônimo de Oliveira  
Joaquim de Castro  
Darcy Dias do Nascimento  
Paulo de Mello Prates  
João Evangelista da Silva  
João Matsuda  
José Botelho Feijó  
José Candido da Silva  
José Conrado Dantas  
José Carlos Lemos Marcondes  
José Guilherme Mendes  
José Joaquim de Jesus  
José Napoleão  
José Nunes Araidés  
Leopoldino Soares de Oliveira  
Manoel Monteiro Magalhães  
Mário Gagliomone  
Moacyr Lopes Dias  
Murilo Frederico da C. Prado  
Nerino Macedo  
Nicolau Aivelecks  
Norival Francisco de Sá  
Odécio Martins Baeza  
Orlando Gagliomoni  
Paulo Levenhagen de Mello  
Paulo Manhães de Almeida  
Pedro Ferreira Nobre  
Petrônio Geraldo Canabrava  
Rinaldo Joaquim de Araújo  
Sebastião Borges da Silva  
Sebastião Ferraz de Andrade  
Ubaldo Bahia de Mello  
Vivalde Lyrio  
Walter Athayde  
Walter Montes de Souza  
Valter Vieira Barros  
Walter Rodrigues  
Wilson de Freitas  
Yoshie Suda  
Arnaldo Luiz Rossi  
Agostinho Machado Bittencourt  
Eurides Cavalcanti da Silva  
João Leite da Silva  
José Candido da Silva

Lucas Carlos Neto  
Luiz Botelho Feijó  
Marcos A. da Silva  
Maria E. de Souza  
Maria H. M. Vargas  
Agripino Pereira Lins

#### Departamento de Edificações

**Chefe do Departamento :**

**Pery da Rocha França**

Afrânio Amâncio da Silva  
Alberto Sardinha da Costa  
Aloysio Caixeta Leite  
Aloysio de Carvalho Silva  
Álvaro Alberto de Araújo Sampaio  
André Rodrigues de Araújo  
Antenor Ferreira dos Santos Filho  
Antônio Joaquim Alves da Cunha  
Annuciata de Freitas  
Ariovaldo Amaral Fortes  
Benedito Marinho Mello  
Carlos Magalhães da Silveira  
Cláudio Silva T. de Freitas  
Creso Vilela  
Darcy de Oliveira Cabral  
Dirceu Basilio  
Domingos Marcos Zaratini  
Dulcinea Moreira E. Paulino  
Eduardo Dantas Ramos  
Eloyso Carvalho Silva  
Eloyso Ribeiro de Souza  
Enio Ribeiro de Almeida  
Ernesto Chalhêo Corrêa  
Ernesto Guilherme Walter  
Evandro Cintra Lima  
Fabiano Cunha Campos  
Flávio Xisto de Araújo  
Francisco Assis de A. Vilar  
George Francisco Pavetti  
Geraldô Natalino Petrillo  
Hélio Moraes de Araújo da Cunha  
Hélio Luiz Corrêa  
Herculano Barbosa de Oliveira  
Hely Emediato  
Hilderval Teixeira  
Honorato Batista Cordeiro  
Hugo Martins Borges  
Jacob Horolick  
Jair de Barros Musa  
João Aguiã Júnior  
João Ribeiro da Silva  
José Brasil Colares  
José Franchini  
José Lafafete Silvano do Prado  
Lallamand de Baltholônia Souza  
Luiz Fernando Silva Caldas  
Manoel Ferreira  
Manoel Rodrigues de Carvalho  
Manoel de Lourdes A. Campos  
Maria Nilze Parreiras  
Martinus Costerus

Maximino Rodrigues Bergmann  
 Mayo de Queiroz Fernandes  
 Nadezda Nedke  
 Ney Lambert de Brito  
 Paulino Rubens de Barros  
 Paulo Janot Borges  
 Pedro Figueira Fonseca  
 Pedro Perri  
 Raimundo Nunes da Silva  
 Raulindo de Oliveira Tristão  
 Ricardo de Godoy Jaguaribe  
 Roberto Martins Borges  
 Roberto Walter de Castro  
 Sebastião Dutra  
 Silveira Fernandes de Souza  
 Silvio Carlos Pimenta Jaguaribe  
 Silvio Costa  
 Simenon Fichel  
 Thorwaldson Lazaro Amarel  
 Walter José de Castro  
 Walter Milhone Galante  
 Watterey dos Santos  
 Wilson de Paula Carreira  
 Adelson Septrimo  
 Almir Ribeiro  
 Angelo F. de Paula  
 Antonio L. Ramos Dias  
 Edson N. de Campos  
 Fernando da C. Ferreira  
 Fernando L. R. Dias  
 Eunald Jorge Aldar  
 Gil Martins G. Ferreira  
 Gladys M. S. Silveira  
 Hilmar Duarte dos Santos  
 João Ribeiro da Silva  
 José Queiroz  
 Josias P. da Fonseca  
 Juarez Correa da Rocha  
 Luciano T. Guimarães  
 Mário F. Coutinho  
 Otavo L. da Silva  
 Rogério de Freitas Cunha  
 Sérgio Fagundes de Faria  
 Wadió da Costa Gomide

**Departamento Médico**

**Chefe do Departamento :**

**Jairo Assis Almeida**

Adalgisa Freitas Borges  
 Alberto Pimentel Cardoso  
 Alda Nunes dos Reis  
 Alfonso Cordova Apliceira  
 Alice Maros Tora da Silva  
 Almir da Costa Batista  
 Antonio de Pádua Silva  
 Cleide Almeida Fernandes  
 Clóvis Fleury de Godoy  
 Domingos de Oliveira Lima Junior  
 Engenio Teixeira L. M. Sarmento

Francisco Evangelista Feitosa  
 Helena Corropassi  
 Heleny de Lucias  
 Hugo Fernandes Leão  
 João Batista de Mendonça  
 João Leão da Mota Filho  
 José da Costa Gomes  
 José Farni  
 José de Magalhães Barros  
 José Maria Duarte  
 José Ruy Correa Machado  
 José Vital Soares  
 Lauro França Duarte D'Oliveira  
 Maria Ayras Cavalcante  
 Krishomiti Teixeira  
 Lúlio Graça  
 Manoel Searzeine  
 Nilo Menezes Cardoso  
 Quintino R. de Castro  
 Rodrigo Ovídio de Souza e Silva  
 Romem Braga M. N. da Gama  
 Zilda Nunes Gonçalves  
 Pedro Victor Mafra  
 Terezinha J. B. e Souza  
 Uirajara Ramos Caiado Junior  
 Roberto Viana Pena  
 Celso Coimbra B. Cortin

**Departamento de Organização e Administração Municipal**

**Chefe do Departamento :**

**Mário Meireles**

Abílio José Neto  
 Adérito Ferreira  
 Alexandre Caetano Grandt  
 Alvirno Moraes  
 Antonio Alexandre da Rocha Ferreira  
 Antonio Neto Godoi  
 Artur José Vicente  
 Benedito Jacinto da Silva  
 Camilo Severino de Oliveira  
 Cândido Dácio  
 Celso Paggi  
 Cicero Primo da Silva  
 Galdino Martins da Silva  
 Gildo Furtado Soares de Meireles  
 Durvalino José dos Santos  
 Edison Machado e Silva  
 Elicio Malaceto  
 Eli Benedito  
 Fernando Muzzi Alves Pinto  
 Flávio Bruno Von Spehring  
 Francisco José Marques Helney  
 Gerardo Peganha Nunes  
 Inácio de Lima Ferreira  
 Jethro Bello Torres  
 Joaquim de Sousa Lima  
 João Carneiro de Abreu  
 Jorge Ferreira Ribeiro

José Bosco Isaac  
 José Eduardo Montandon Borges  
 José Flori Combi  
 José Marco Zarrutini  
 José Murilo Macedo Bicalho  
 José Paulo dos Reis  
 José Res Pirajá  
 José Silveira Filho  
 José Vieira Borges  
 Júlio César Santos  
 Laércio Francisco V. Lammunier  
 Leury Mendes  
 Levy do Amarel  
 Manoel Messias de Mello  
 Márcio Quintino dos Santos  
 Maria Rachel Xavier Bruno  
 Maria Solange L. Meireles  
 Maurício Golebiowski  
 Miguel Crivaro  
 Milfron Pernambuco da Rocha  
 Nancy Terezinha de Rezende  
 Newton Jacinto de Almeida  
 Nicolau Neto Godoy  
 Nicolau Pinto Ramalho  
 Olegário Neves Marcel  
 Osvaldo Cruz Vieira  
 Osvaldo de Oliveira Azevedo  
 Ozealio Muniz Pignatta  
 Paulo Mendes de Freitas  
 Pedro Mendes de Freitas  
 Pedro Caram Zouquim  
 Raul Miranda Pereira de Melo  
 Roberto Reginaldo  
 Sylvio Pinto de Oliveira  
 Waldir Silva  
 Valmir Gondin de Freitas  
 Waldir Gonzaga  
 Waldir Rezende  
 Walestan Benévdes Gomes  
 Wellington Costa Araújo  
 Celso Silveira  
 Dilaci V. Mazzaro  
 Elzevir Andriome Filho  
 Emanuel F. M. Lirio  
 Fernando MORA Monreal  
 Frits de J. L. Guimarães  
 José das Neves  
 Luiz Fernandes Rocha  
 Maria Beatriz de O. Peggy  
 Nesaia Alves Pinto  
 Rubens Mesquita

**Departamento Imobiliário**

**Chefe do Departamento :**

**Édio Ortega Redrigo**

Agnelo Paes Sobreira  
 Alax Lins Pereira  
 Aladar Szabo  
 Américo Fernandes de Sousa Neto  
 Anfrido Ziller

Antonio Alvares Teixeira  
 Antonio Soares da Silva  
 Barbara Dhl  
 Célia Daher  
 Celine Gonçalves Lima  
 Dilzio do Carmo Lima  
 Edmundo Holanda de Sá  
 Edmundo Eduardo Rappel  
 Elisheth da Silveira Samra  
 Elson José Ferreira  
 Ernesto Mauroico de Paulo Lenk  
 Fernando Norralho Millions  
 Francisco de Assis Andrade Fonteles  
 Ivan de Lima Pompeu  
 Gendler Wang  
 Jader Goodson Ferreira  
 Henrique Benício de Oliveira  
 José de Carvalho França  
 José Marques Laranjeira  
 José Severiano da Costa Andrade  
 José Sotom Unaplunga dos Guimarães  
 Landelino José Ferreira  
 Lídia Alves Teixeira  
 Luiz de Mattos  
 Maria Edmyr da Costa Gomes  
 Maria Helena Machado  
 Mauro da Costa Gomes  
 Odilardo Evangelista Belém  
 Valma Dib  
 Vera Hirionaka  
 Walter Dabert  
 Walter Lima  
 Walter Machado Figueiredo  
 Waldia de Sousa  
 Ademair de Almeida Campos  
 Luiz Fernandes de Castro Balão  
 Mário Cost Piratudi  
 Oswaldo Pinto Fonseca  
 Paulo Roberto Delidique de Paiva  
 Fortunato Pinto Junior  
 Francisco Walter Heilbuth  
 José de Oliveira Barreto  
 Manoel Guimarães de Macedo  
 Manoel da Silva Cardoso  
 Marcos Tílio Lomex  
 Maria Magalena Madeira Martins  
 Nilton de Melo  
 Renato Viana Martins  
 Sebastião Dias Ribas Filho  
 Antonio Luiz Prestes Paranhos  
 Ana Claves Simon  
 Arnaldo Correia Rabello  
 Edith Neves Kolling  
 Jason da Costa  
 José Edmundo França Braga  
 Leony Mesquita  
 Levy Francisco da Silva  
 Marcos Pereira Rezende  
 Percília Campos  
 Roberto de Oliveira Cruz  
 Tasso Galvão de Velasco  
 Alvaro Costa Teixeira Nogueira

Artlio Pogliari  
 Hilda Canelhas Lucena  
 Irene Ferrari  
 João Barreira  
 José Roberto Alvaranga Vieira  
 Manoel Calixto de Oliveira  
 Antenor Pessoa de Carvalho  
 Albano Martins da Rocha  
 Diva Nazareth Soares  
 Elisa Maria Pereira Reis  
 Hélio Silva  
 João Leite de Moraes  
 Jorge Luiz Teixeira  
 Jorge Xavier de Araújo  
 José Adalberto de Araújo  
 José Pereira Soares Filho  
 Letícia Pupo Maia  
 Mário Pereira Brandão  
 Nilton Ferreira Mata  
 Odete Coutinho Madureira  
 Othoniel Amarel  
 Tullio Maria Brandão Gracindo  
 Zely Knupser  
 Denerival da Cunha Brandão  
 Edelvicto Amor de Sousa  
 Leila Fallth  
 Mauro Marques  
 Scharley Fernandes de Andrade  
 Aldara Almeida  
 Jorge Alberto Vinhais  
 José Rabelo Machado  
 Paulo Angoni Becon Pereira

**Departamento de Educação e Difusão Cultural**

Abelardo Alves de Moraes  
 Adalberto Leobino de Albuquerque  
 Alia Aguiar  
 Alfredo José da Cunha Ribeiro  
 Allia Felício Tobias  
 Amabile de Andrade Gomes  
 Amury de Almeida  
 Anélia Alexandre Costa  
 Ana Pereira Leal e Costa  
 Anísia dos Santos da Rocha Cravo  
 Antonia Paczkoski  
 Antonica Silva  
 Antonieta Viana Lobo Pereira  
 Antônio de Neiva Moreira Filho  
 Azevões Jacinto Pinheiro  
 Benedito Martins Mendes  
 Benjamin de Sousa Miranda  
 Carlos José Pereira  
 Carmos Daher  
 Henrique Teixeira Tam  
 Ináti Caranina Coladivriti  
 Conceição Guimarães Campos  
 Dávia Ribeiro Prado

Deley Aguiar  
Délia Guimarães  
Dinhal Barbosa de Brito  
Edna Baker  
Elisa Clepf  
Elfrise M. Penna Breschiamini  
Eliza Alves Cunha  
Eliza Alves Kingen

Cremilda de Araújo  
Irmã Teresinha de Jesus J. Prudente  
Lola Azra Barenhecha  
Pedro Rabelo Mendes

### Departamento-Geral de Contabilidade

Chefe do Departamento :

José Madureira Horta

Helena Lopes de Melo  
Hilda Teles de Faria  
Ilcey Mirna Mello  
Itala da Silva Conde  
Ivaney Ehrhardt  
José Francisco Ramos  
José Mazzaro  
Juliete Gonçalves dos Reis  
Leda Guimarães  
Leocádia Parada Toscano  
Ligia de Oliveira  
Lúcia Danti Cislak  
Maria Amélia Galbriano Neves  
Maria Antônia Jacintho  
Maria da Glória Freitas Quinela  
Maria Helena Aparecida Piva  
Maria Helena Furti  
Maria Helena de Lama Torres  
Maria Helena Perreira  
Maria Isaura de Albuquerque e Silva  
Maria de Lourdes Givuniel Brandão  
Maria de Lourdes Duarte M. Santos  
Maria de Lourdes Faria  
Maria de Lourdes Sousa Goulart  
Maria das Neves Costa Morici  
Marta Reis Catedo  
Marta do Rosário Avila Bessa  
Marta do S. B. Lira de Freitas  
Marta Teresa de Medeiros Falcao  
Maurly Alfredo Alves  
Milton Miler  
Mirra de Mele Andrade  
Nanamy Ludovico Lacerda Osório  
Neusa Maria Costa  
Olimda da Rocha Lobo  
Omar Paulo Machado  
Orcide Medeiros da Silva  
Ortilda de Sousa Lobo  
Rachel de Castro Dourado  
Renato Mauzer Trlka  
Rubens Edson Lambick  
Sama Alves Soyer  
Sela dos Cherutins Guimarães  
Irmã Maria Nunes de Paula  
Irmã Olga do Nascimento Monteiro  
Sela Magalhães Pava  
Walter Lima da Cruz  
Zoc Guimarães Pereziz  
Geraldo Pio X de Sales

Adam Teodor Massalatz  
Ademar Franqueto da Silva  
Aino Soares Bezerra  
Alcides de Oliveira Fleury  
Alcides Rangel  
Alfredo Loureiro Júnior  
Antônio Ryres Martins  
Antônio Bernardino de Sá  
Antônio de C. Braga  
Antônio Carlos Dias de Almeida  
Carlos Alves

Antônio Dolores Matos  
Aranho Pinheiro Moreira da Silva  
Barbara da Silva Moreira  
Carlos Victor de Sá Giovanni  
Corban de Deus Costa  
Dalmo Dario Ferreira  
Dirce Costa do Carmo  
Djalma Ferreira de Sousa  
Edson Del Papa  
Domingos Oshioni  
Eliza Borges Gomes  
Erodry Pontes  
Ethel Gerardo Gambtrava  
Eucledes Wander de Almeida  
Eunice Marques de Sousa  
Fábio Soffrati  
Francisco Duarte Dias  
Francisco Soares de Sousa  
Geraldo Enéas Maranhão  
Geraldo M. Veloso Gonçalves  
João Batista da Costa  
João Pedro M. Leão de Aquino  
Jorge de Campos Rives  
José Augusto Pereira  
José Carlos Giovanni  
José Gomes de Mendonça  
José Gonçalves Zuzza  
José de Oliveira  
José de Oliveira  
José Pereira de Sousa  
José dos Reis Castro  
José Saldanha da Silva  
José de Souza Delgado  
José Wagner do Amaral  
Júlio Gouveia  
Lindolfo Pires Braga  
Luiz Carlos W. César  
Manoel Jorge Rodrigues  
Márcio Lucas Graçiano

Maria do Carmo Gonçalves Novatas  
Maria das Dores Chagas  
Marlene de Gusmão  
Maurício Ribeiro de Avila  
Miguel Flexa  
Moacyr Bernandus Ferreira  
Myrtila de Souza Chaves  
Nair Pereira Lima  
Nestor Barreto Vasconcelos  
Nestor Fernandes da Silva  
Nilza Guimarães Dias  
Orcélio Lacerda  
Olavo Colela

Orcerem Germano Spósito  
Oscar Ferreira de Souza  
Oswaldo de Mello  
Oraviano Cardoso  
Paulo Davrell de Oliveira  
Paulo Veloso Gonçalves  
Ramry Faluh  
Reynaldo Amarel  
Robespierre Barbosa  
Rodolfo Lopes Dias  
Rubens Zeferino do Amarel  
Sebastião de Castro  
Silvano Alves de Paula  
Silvio Faina  
Vitorino Antônio de Souza  
Waldor Ferreira de Souza  
Walter Machado  
Weber Teixeira da Silva  
Antônio Carlos P. das Neves  
Aristides Toledo de Albuquerque  
Geny Barros de Araújo  
Levy Trigueiro Mendes  
Luiz Koblitz  
Thelma Martins Ribeiro

### Departamento Financeiro

Chefe do Departamento :

Hélio Magalhães Escobar

Alfredo Lopes da Silva  
Alfeu Thomaz Leite  
Antônio José de Almeida Machado  
Antônio José Lopes Júnior  
Ari Corrêa de Oliveira  
Benedito Barbosa Gambtrava  
Eldimar W. Teles Barcelos  
Emídio José de Sousa Pereira  
Gabriel Vieira Escobar  
Haslocher Amarel  
Isaac Pereira da Silva  
Jefferson Roncel  
João Alberto Martins Dal Sesti  
Joaquim Alves Vasques  
José Carlos Barcelos  
Mariza Kappel  
Napoleão Guerra

Nelson Ferreira Martins  
Theodoro Vieira da Silva  
Vinicius Galba Capone

### Departamento Jurídico

Chefe do Departamento :

Françisco Luiz de Bessa Leite

Adilson Faria  
Dario Dêlho Cardoso  
Eluf Gadia  
Eliza Maria de Jesus de Carvalho  
João Maria Cavalcante de Sousa  
José de Lourdes Brandão  
Júlio Quirino da Costa  
Luiz Carlos Ferreira  
Márcio Bruno Von Sperling  
Dora Martins de Carvalho  
Jorge Pedro M. Magalhães  
Milton Perotto  
Nageib Abes Canan  
Rando Luiz Alves da Cruz  
Segsundo Mello  
Waltério Mendes Cardoso  
Angelo Ramundo de Sousa  
Asdrubal de Moraes Andrade  
Naynor Alcibades Ferreira  
Nilo Pereira Nogueira

### Departamento Agrícola

Vicente Ferrer Correia Lima  
Alym Rodrigues Neto  
Carlinho Ribeiro da Cruz  
Dagnar Gomes  
Joey Berquó

### Departamento Geral de Agricultura

Chefe do Departamento :  
Roosevelt Nader  
Aádo da Silva Lemes  
Alberto José Rabello  
Afonso Marthas  
Amélia Lopes Guimarães  
Ana Rita Xavier da Ciza  
André Victor Stassan  
Antônio de Almeida Campos  
Antônio Tomazzelli  
Aparecida Rosa  
Arduvin Retto Grunewald  
Arnaldo Poceschi  
Arthur de Andrade Filho  
Arrur Castor Pinto de Mesquita  
Benedito Pinto de Almeida  
Bernardes Afonso Senna  
Cezar Najar Fernandes  
Cyrto Lopes do Amaral

Edmundo Rabetige  
Fernando Cavalcante Sidiari  
Franklin Lessa  
Frederico Guilherme de Holanda  
Francisco T. O. Freitas  
Griselinde de Holanda Borges  
Guido Taddel  
Helkias Lino de Souza  
Inacerna Mendonça Ribeiro  
Ivan Cardoso  
Jaime Campos Saiz  
Jesse Soares da Silva  
Joaquim Amuntes de Figueiredo  
José Adolpho de A. Miranda  
José Arcanjo E. Pereira  
José Anstólho de Castro Figueiras  
José de Assis Prado  
José Brígido da Silveira  
José Cândido Borba  
José Correia Filho  
José Ferreira  
José Ferreira da Silva Filho  
José Gaudioso Holanda  
Leontido Gonrio Rezende  
José dos Santos P. Junior  
Lúcio Rezende da Silva  
Manoel Xavier da Paula  
Maria Gomes Florencio  
Marciano Gonçalves Diniz  
Nasser Turif Nasser  
Nepomuceno Raimundo da Silva  
Omar Damasceno  
Otávio de Oliveira Torres  
Raul Melges de Andrade  
Ruy Jácome de Medeiros  
Sebastião de Avila  
Severo Ribeiro da Silva  
Teodolino Teixeira  
Tereza Camaratta da Silveira  
Tolendal de Almeida Caxiteira  
Vitalino Siltvano de Souza  
Waldemar Gadelha Filho  
Waldemar Miranda  
Wilson Ruben Rodrigues  
Maria Cezaria de Jesus  
Vicente Monteiro  
Walfrido Marcelino dos Santos

### Departamento de Produção Industrial

Chefe do Departamento :  
Benjamin Jacob  
Almázor Júlio Martins  
Amano de Salusse Lussac  
Harrur Alves de Andrade  
Clóvis Josephart Pixoto  
Eduardo Lomba Tablas  
Francisco Costa Melémia

Francisco Justino  
João Luiz de Andrade  
José de Almeida Nobre  
José Carlos de Lana Tôres  
José Mário Mazzili  
José Ramalho Brunet  
Miguel Gomes dos Santos  
Newton de Lana Sete Tôres  
Pedro Henrique Hangueth Araújo  
Raimundo Nonato Vieira  
Vicente de Paula Pinto

#### Departamento de Relações Públicas

##### Chefe do Departamento :

Carlos Alberto Quadros  
Augusto Gribel  
Carlos Magno W. Gonçalves  
Carolino Maria de Andrade  
César Prates  
Edmundo José de Moraes Neto  
Eli Furtado de Mendonça  
Esdras Moraes da Silveira  
Fausto Chentim Morel  
Francisco José Meinberg  
Gustavo Simoni  
Harold de Lima Belém  
Isauro Carneiro Filho  
Júlio Dias de Queiroz  
Magdalena Manso Vieira  
Walter Valadares de Castro

#### Departamento de Compras

##### Chefe do Departamento :

#### Hélio Moreira dos Santos

Afonso Pena de Araújo  
Aurélio Costa Neto  
Arlita Passos de Carvalho  
Arlete da Silva Queiroz  
Francisco Adalberto Rocha  
Francisco de Assis Mauro Ribeiro  
Francisco Muniz Junior  
Herbert Martins Costa  
Hilka Junqueira Bastos  
Israel Rodrigues da Silva  
João Fernandes Filho  
Jorge Otero Peixoto  
José Alfredo Bronze Malenha  
José Rezende Siqueira  
Lucélia Duarte Moreira dos Santos  
Maria da Conceição L. Escobar  
Oswaldo Ferreira de Oliveira Filho  
Severino Cecy Silva de Araújo  
Solano Santos de Moraes  
Trifênia Helena de Bustamante  
Wilson Bezerra  
Abílio Quaresma de Lima

Aracy de Sousa Coutinho  
Carlos Romeiro  
Adalgisa Yacones Ferrari  
Antônio Luiz de Almeida Barroso  
Ernesto Augusto Freitas Neto  
Expedito de Holanda Cavalcante  
Gerbo Carretero  
Jaques Teixeira Guimarães  
José Jorge dos Santos  
José do Prado Pereira  
Odilardo de Oliveira Costa  
Eurides Pagliari  
Otaviano Teixeira Coêlho  
Yara Rasmussen Schuetze  
Helena Isaacson Carneiro Felipe  
Geny Saliba de Araújo  
Tomaz Vilanova Monteiro Lopes  
Samuel Crispiano dos Santos

#### Departamento de Estudos e Planejamentos Agrícolas

##### Chefe do Departamento :

#### Ruy de Figueiredo Malta

Anísia Teixeira de Souza  
Antonietta Teodoro  
Braulina Mendes de Carvalho  
Carlos Augusto Soares  
Elymar Pontes  
João Queiroz Júnior  
Kazuías Nakazato  
Lacialberto Carneiro  
Leocádio de Assis Gouvêa  
Luiz Carlos Pimenta Neto  
Mário Daza Gronebold  
Miguel Mendes Neto  
Milton Pereira da Costa  
Rubens Madella

#### Departamento de Terras e Colonização

##### Chefe do Departamento :

#### Luiz Julião Braga

Alaide Casemiro Chagas Bezerra  
Aluísio de Sousa Carvalho  
Antônio Luiz de Sousa Mello Júnior  
Carlos Benevenuto Pereira da Silva  
Conceição Mendes  
Dilson Gregório  
Elízzer Mota Araújo  
Eugênio Cavalcante do Amaral  
Eurico Nenevê  
Fábio Saliba  
Fauze Nagib Saliba  
Francisco Gomes de O. Braga  
Humberto Schettine de Andrade  
João Alcides Vimar

João de Sá Guimarães Neto  
Jorge Corrêa Varrela  
Miguel Filho  
José Botone de Carvalho e Silva  
José Pedro de Alcântara  
José Umbelino de Sousa  
Levy Batista de Carvalho  
Maria Amélia Gomes  
Maria do Céu Lacerda  
Maurício Dutra de Moraes  
Miécio José Quintão  
Milton Cavalcante do Nascimento  
Nilton de Jesus Araújo  
Paulo Guilherme Vieira da Silva  
Raimundo Roberto da Silva  
Ruy Barbosa de Paiva  
Toshio Nakazato  
Vsevolod Tarapanoff  
Mário Chiari  
Raimundo Bezerra Teles

#### Divisão de Divulgação

##### Chefe da Divisão :

#### Nonato Silva

Aracy de Freitas Coutinho  
Armando Ivo de Carvalho Abreu  
Deysse Pôrto  
Décio Daddário  
Henrique Iório de O. Filho  
Horácio Alves Mendes  
Erasmo Martins Pedro  
Jayme Rodrigues Siqueira  
Joaquim Ribeiro Viegas  
José Maria da Costa Santos  
Nélio Francisco Tavares Pinheiro  
Pitris Carlos Augusto A. da Costa  
Poesia de Gonçalves Campos Seixas  
Tibúrcio Bispo Pereira  
Pedro Andrade Gomes  
Paulo Rebêfeld

#### Divisão do Pessoal

##### Chefe da Divisão :

#### João Efigênio Ferreira

Afonso Celso de A. e Silva  
Alba Alves Tabanez  
Alemar Barista Cardoso  
Álvaro José França Teles  
Antônio Justino da Silva  
Antônio Nascimento Rocha  
Antônio Pereira Damasceno  
Benedito Jesus dos Santos  
Bernardo Ramos  
Claudimíria Silva  
Clímério França Duarte D'Oliveira  
Direcu Alfonso F. D. Tissiani  
Edmar Assis Ribeiro  
Geraldo Vital

Helena Pinto Braga  
Henrique de Azevedo Netto  
Humberto Antônio Muzzi A. Pinto  
Itamar Montes Costa  
João Amadeu de Oliveira  
José Augusto da Cruz Victória  
José Gontijo Rezende  
José Rezende de Moraes  
Leonorio Soares  
Lindolfo Rodrigues da Cunha Filho  
Nadir Moreira Magalhães  
Paulo José Yagelovic  
Sadaco Suda  
Wilson Rodrigues de Sá  
Wladimir da Motta Rezende  
Dorival Lourença da Cunha  
João Batista Lima  
Antônio Alves de Moura  
Arquibaldo Pereira dos Santos  
Elizeu Crispiano dos Santos  
Eurico Paulino dos Santos  
Francisco Célio Ramadinha  
Leilah de Oliveira  
Moacyr Soares Rolin  
Maria Thereza da Silva Villar  
Oswaldo Gontijo

#### Divisão de Documentação

##### Chefe de Divisão :

#### José Duarte Dias

Cremeilda Soares  
Eliane Ribeiro de Castro  
Francisco de Assis Oliveira Teixeira  
Galileu Aparecido Freitas  
Juares Machado  
Marília Tosta da Silva  
Mariza Tosta da Silva Feijó  
Máxima Gomes  
Ruth Cardoso de Pádua  
Terezinha de Almeida Belchior  
Terezinha Pires de Rezende  
Antônio Duarte Dias  
Isola Gonçalves Muniz

#### Divisão do Material

##### Chefe de Divisão :

#### Geraldo Almeida

Aníbal Augusto Pereira  
Antônio Ramos de Souza  
Antônio Ribeiro da Silva  
Carlos Silva  
Cleonicé Rodrigues Saliba  
Ednaldo Raimundo Rocha Pereira  
Geraldino Matos  
Hugo Camacho Pestana

João Valentin de Barros  
José Augusto Montandon Borges  
Manoel Natal do Nascimento  
Mário Xavier de Andrade  
Mário Rodrigues dos Reis  
Ordomundi de Oliveira Martins  
Sebastião Ester de Carvalho  
Telêmaco Gomes da Cruz Júnior  
Aldemar Fernandes de Andrade  
Walter Taciano de Oliveira  
Francisco Assis Landim  
Gilberto Garcia de Souza  
Hélio da Silva Pedreira

#### Divisão de Estradas de Ferro

Abel Olímpio Arantes  
Amâncio Irene de Vasconcelos  
Ana Ferreira Lopes  
Arnaldo Martins Zenha Guimarães  
Benoni Procópio Rabelo  
Carlos Pestana  
Eduardo Pinheiro Meirelles  
Francisco D. Ferreira Mierelles  
Hamilton Ribeiro de Santana  
Joaquim Pimenta de Carvalho  
José Laginestra  
Júlio Vieira Palma  
Luiz Fernandes de Freitas Lima  
Nestor Rocha  
Ney Duany  
Olavo Rezende de Castro  
Sílvio Mendes Campos  
Thurwald José Pascoal Toti  
Vasco Fernandes de Castro  
Hélio Vieira Lins  
Ismael Nogueira  
Luiz Ferreria Leal  
Taciano Emanuel da Silva  
Vicente Felix Perruci

#### Divisão de Biologia

##### Chefe de Divisão :

#### João Moojen de Oliveira

Américo Mendonça Ribeiro  
Américo Raimundo Pires  
Antônio Abrão Sebbá  
Antônio Medeiros de Aquino  
Aivaldo Ribeiro Cabral  
Armando de Mendonça  
Ary Barros de Lima  
Aylton de Mello Brito  
Clóvis Matias dos Santos  
Dinah Ayres Maranhão  
Divo Batista de Paiva

Francisco Matias dos Santos  
Gilberto Rolemberg Figueiredo  
João Ferreira Sobrinho  
José H. Aguiar Miranda  
Joel da Malta Oliveira  
José Casado Accioly de Lima  
José Machado Sobrinho  
Lourival Pedro de Oliveira  
Luiz Edmundo Moojen  
Ostávio de Araújo Coutinho  
Pedro de Mello Brito  
Sebastião Ribeiro  
Werton Luiz da Costa e Silva

#### Órgão Fiscalizador

Chefe do Órgão :

Romeu Scorza

Abrão Jorge  
Domingos Martins Versiani  
Geraldo Claro da Silva  
José Maria Lopes  
Leo Sebastião David  
Luiz Carlos Boaventura Neves

#### Serviço de Abastecimento

Chefe de Serviço :

Amaro Antônio Cavalheiro

Accioly França Soares  
Almir Vieira Passos  
Híbraim de Moraes  
Ivanir Batista  
Joaquim Eugênio de Araujo Filho  
José Soares Pinheiro  
José Teixeira do Amaral  
Sebastião José da Silva

#### Campanha de Arborização

Antônio Orlando Filho  
Antônio Pereira de Sousa  
Juvêncio de Assis Ribeiro  
Walter da Silva Borda

#### Convênios

Eudoro Haekkel Lins de Barros  
Filipinas Borges Maciel  
Heitor Cordeiro



Aqui também não podia faltar uma palavra àqueles pioneiros, que se dirigiram para a região inóspita, a enfrentar as intempéries. Claro que nos referimos aos pioneiros do Núcleo Bandeirante, que, por 3 anos, abasteceram e continuam abastecendo a Nova Cidade, cujo capital investido sobe a mais de um bilhão de cruzeiros.

Os operários, as autarquias, os bancos, os fornecedores e empreiteiros são também objeto de nossa menção.

A todos os bandeirantes de Brasília e a todos aqueles que, por ventura não constem diretamente ou indiretamente neste registro e nesta mensagem, queremos ressaltar-lhes os trabalhos e o suor vertido no amanho da maior obra do século XX, a construção da Nova Capital brasileira. Deus recompense largamente a todos.

O Cruzeiro plantado no término do Eixo Monumental, à cuja sombra foi rezada a primeira missa oficial de Brasília, por Sua Eminência Dom Carlos de Vasconcelos Mota, Cardeal-arcebispo de São Paulo. Destacam-se na foto os presidentes Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro.



# brasília e seus antecedentes

Prof. Horácio Mendes

- 1 - Professor Catedrático de Direito Comercial na FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.
- 2 - Ex-professor de Ciência das Finanças, contratado, na FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL.
- 3 - Ex-professor de Direito Romano (interino) na FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.
- 4 - Examinador, na FACULDADE NACIONAL DE DIREITO (Vestibular), das seguintes matérias: Português e Literatura, Francês, Geografia Econômica, Sociologia e Filosofia (1941-1956).
- 5 - Examinador de Português e Literatura, por três vezes, na FACULDADE DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO (Vestibular).
- 6 - Inspetor do antigo Departamento Nacional de Ensino (1927), tendo

servido, anteriormente, no mesmo Departamento, como examinador de Português, Francês e Latim.

- 7 - Diretor da seção filológica da revista BRASILIANA (com Liberto Bittencourt - parte científica; Fábio Luz - parte literária; Moreira Guimarães - parte filosófica).

## OBRAS

- Noções de História do Brasil, Rio, 1923.
- Esboço Crítico do Romantismo Brasileiro (Tese de concurso) - Rio, 1929.
- Erros da Nova Ortografia. (ensaio) - Rio, 1931.
- Da Economia Política nos Cursos de Direito. (ensaio) - Rio, 1934.
- Saneamento Financeiro. (Tese de concurso) - Rio, 1942.
- Moeda e seus problemas (Tese de concurso) - Rio, 1951.



Prof. Horácio Mendes

1 - A idéia da interiorização da capital não é nova, vem de longe. Já os Inconfidentes, no seu idealismo, acalentavam tal propósito. Nos *AUTOS DE DEVASSA* encontram-se as seguintes referências:

- 1 - "...que a capital se havia de mudar para São João del-Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos". in *AUTO de perguntas a DOMINGOS DE ABREU VIEIRA*, em 16 de junho de 1789. Vol. I, p. 95.
- 2 - "...dizendo mais que o Desembargador Gonzaga lhe havia dito que não conti-nuasse obras nas suas casas porque a capital havia de ser a vila de São João del-Rei". in *AUTO de acareação de DOMINGOS DE ABREU VIEIRA e JOAQUIM SILVERIO DOS REIS*, em 15 de julho de 1791. Vol. IV, p. 372.
- 3 - "...porque a nova Capital havia de ser em São João del-Rei". in *Depoimento de DOMINGOS DE ABREU VIEIRA*, em 1.º de setembro de 1789. Vol. III, p. 407.
- 4 - "...que se havia de fazer uma República, de que São João del-Rei havia de ser a capital, com uma Universidade, na qual ele, respondente, devia estudar, sem ser necessário ir a Coimbra". in *AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA*, filho, em 27 de junho de 1791, vol. V, p. 65.
- 5 - "Achara uns paços conjuçados a fazerem um levante e a reduzirem as Minas a uma república, fazendo vários parlamentos, um na dita Vila, outro na de São João del-Rei e outros mais, ficando a vila de São João del-Rei sendo a capital". in *AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA*, pai, em 18 de julho de 1789. Vol. I, p. 215.
- 6 - "...porquanto estava próximo a fazer-se nestas Minas um levante para se erigirem em república, e que haviam de haver nela sete Parlamentos, sendo a capital São João del-Rei".

no *AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA*, pai, em 15 de julho de 1789. Vol. I, p. 212.

- 7 - "...fazerem uma República dividida em várias províncias, cuja Capital havia de ser a Vila de São João del-Rei". no *Depoimento de JOSÉ DE REZENDE COSTA*, pai, em 12 de setembro de 1789, Vol. III, p. 434.
- 8 - "...porque a Capital havia de ser na Vila de São João del-Rei". na *Denúncia de JOAQUIM SILVERIO DOS REIS A LUIZ DE VASCONCELOS E SOUZA*, em 5 de maio de 1789. Vol. III, p. 236.
- 9 - "...porque a nova Capital havia de ser na Vila de São João del-Rei". no *DEPOIMENTO DE JOAQUIM SILVERIO DOS REIS*, em 18 de maio de 1789. Vol. III, p. 251.
- 10 - "...e finalmente que a Capital se mudaria logo que se fizesse o levante..." no *AUTO de continuação de perguntas ao padre JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA ROLIM*, Vol. II, p. 304.
- 11 - "...afastar a capital das agitações de um pórtio marítimo e das populações ambulantes das minerações do ouro, onde parece que a terra evapora tumultos. E instado mais que tanto é certo ter ele, respondente, proferido semelhantes discursos, que é ilegavel ter dito o que relatado fica a respeito da cidade do Rio de Janeiro, etc." no *AUTO de continuação de perguntas, ratificadas já feitas e acareação feita ao CONEGO LUIZ VIEIRA DA SILVA*, em 23 de julho de 1789. Vol. II, p. 127.

Fica provado, por conseguinte, que, na INCONFIDENCIA MINEIRA, estão as raízes históricas do fenómeno mudantista. Quem apresentou a idéia foi o Dr. A. MACIEL, inspirado no exemplo da Confederação norte-americana.

2 - Há quem afirme que, em 1809, William Pitt, em discurso pronunciado na Capital portuguesa, preconizara a criação, no interior do Brasil, de uma Nova Lisboa. Varnhagen, porém, contesta o fato, baseado, como sempre, em pesquisas seguras e minuciosas.

3 - O Conselheiro e Chanceler Veloso de Oliveira, em Memorial apresentado ao Príncipe Regente, em 1810, observava:

"É preciso que a Córte se não fixe em algum pórtio marítimo, principalmente se éle fór grande e em boas proporções para o comércio... A Capital se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento de confusão tropel de gentes indistintamente acumuladas".



José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça

4 - José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça, por sua vez, defendeu a interiorização da capital em seu artigo publicado, em 1813, no famoso "CORREIO BRAZILIENSE". Dizia éle:

"O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade que se destina a ser capital do Império do Brasil; e se os cortesões que ali foram de Lisboa tivessem assas patriótico e agradecimento pelo país que os recolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um

generoso sacrifício das comodidades e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um país do interior, central e immediato às cabeceiras dos grandes rios, edificariam ali uma cidade nova, começariam por abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos do mar, removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis e lançariam assim os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam.

Este ponto central se achava nas cabeceiras do famoso Rio São Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte e ao sul, ao nordeste e ao sueste, vastas campinas para criação de gados, pedra em abundância para toda sorte de edíficios, madeiras de construção para todo o necessário, minas riquíssimas de toda qualidade de metais, uma situação que se pode comparar com a descrição do que temos do Paraíso Terreal".

5 - José Bonifácio de Andrada e Silva, a 9 de outubro de 1821, redigiu as instruções aos deputados de São Paulo às Córtes de Lisboa, aprovadas, como se sabe, por unânime decisão. Nelas se acha o seguinte passo:

"Parece-me também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Córte de Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15.º..."

6 - Um desses deputados às Córtes de Lisboa publicou, em 1822, um "Aditamento ao Projeto de Constituição para ser aplicado ao Reino do Brasil", cujo artigo 1.º tinha a seguinte redação:

"No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do Paraguai e Amazonas, fundar-se-á a Capital d'este reino, com a denominação de Brasília, ou qualquer outra".

7 - José Bonifácio de Andrada e Silva, em sessão de 9 de junho de 1823, da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, apresentou "Memória sobre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova Capital".

Nos ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE - 1823 - TOMO I, pg. 23, está registrado:

"O Sr. Secretário França deu conta de uma memória oferecida à Assembléa pelo Sr. Andrada e Silva sobre a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova Capital para assento da Córte, da assembléa legislativa e dos tribunais superiores. Foi recebida com agrado; e remetida à comissão de estatística e depois à de constituição para apresentarem o seu parecer".

8 - O constitucionalista João Barbalho refere que os patriotas da Confederação do Equador, de 1824, tinham o propósito de, criando a República, "fundar, em lugar fértil, sadio e abundante d'água, uma cidade central para capital que, pelo menos, distasse quarenta léguas da costa do mar".

9 - "O Universal", jornal editado em Ouro Preto, defendeu, em 1825, a interiorização da capital.

10 - Em 1822, mediante representação dirigida ao Príncipe D. Pedro, a Vila de Barbacena foi proposta para Capital, sede da Monarquia Portuguesa, então em crise.

O Primeiro Imperador, em agradecimento, outorgou a Barbacena o titulo de "nobre e muito leal", conforme Alvará de 17 de março de 1823.

11 - O Dr. Alexandre José de Melo Moraes refere que, pelo Governo Provisório de São Paulo, em 1821, foram transmitidas instruções, aos deputados, relativas aos interesses do Brasil (cf. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, pag. 85, § 9.º, cap. II, sob o titulo "Negócios do Brasil").

Entre tais interesses figurava a mudança da Capital:

"Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central, no interior do Brasil, para assento da córte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 grãos, em sitio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo fica a córte ou assento da regência livre de qualquer "assalto" e "surpresa" extrema, e se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta córte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Governo e se "favoreça" por elle o commercio interno do vasto Império do Brasil".

Foi apresentada essa proposta em sessão de 9 de outubro de 1821, no Palácio do Governo de São Paulo, e aprovada no dia immediato.

12 - Em 1834 foi criado o MUNICÍPIO NEUTRO, desmembrado da Província Fluminense, para sede do Governo Federal, a cuja immediata jurisdição ficou subordinado.

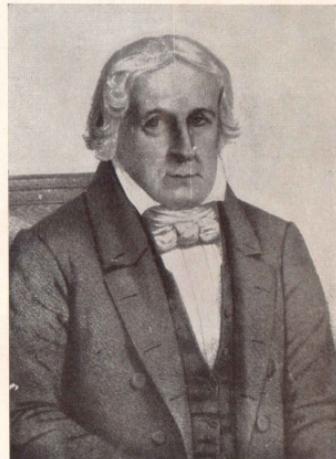
A primeira vista, é claro, poderia parecer que as aspirações mudantistas estavam sepultadas.

Puro engano!

Em 1834, precisamente, escrevia o Visconde de Porto Seguro, na sua monumental HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, (TOMO II, pg. 814):

"E a primeira lição que devemos colher é a de, já em tempo de paz, atendermos mais aos meios de resistência que deve permitir Deus que seja "quanto antes" retirada a Capital do Império "do vulnerável", aí na fronteira e tão "exposta" a ser ameaçada de um bombardeio e sofrê-lo com grande prejuizo de seus povoações, por "qualquer inimigo" superior ao mar, que se proponha a arrancar do Governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar se o mesmo Governo "aí" se não achasse.

E isto quanto a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central,



José Bonifácio de Andrada e Silva

"mais segura", mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e S. Francisco, nos elevados chapadões, de arcos puros, de "águas boas" e até de abundantes mármore, vizinho ao triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre-de-Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata".

Em 1839, o grande historiador FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN, que se popularizou com o titulo de VISCONDE DE PORTO SEGURO, retomava, e amplava, as idéias do fundador do "Correio Braziliense".

Fêz época, entre nós, a campanha de Varnhagen em 1877. Ficou histórico o officio do Visconde ao Ministro da Agricultura Tomás Coelho, datado de 28 de julho de 1877, da Vila Formosa da Imperatriz. É de relembra-se, porisso, o juizo do saudoso Aleicles Bezerra: "Quando se fizer a mudança da Capital ninguém mais do que Varnhagen tem direito, na nova cidade, a um condigno monumento na praça pública: então será salgado o débito que o país contraiu com o seu máximo historiador".

Varnhagen perguntou: "Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?"

Em seguida respondeu:

"Cremos haver deixado demonstrada a conveniência da exclusão de todos os portos

de mar. E agora acrescentaremos a Capital do Império deve estar em alguma paragem bastante no interior que reúna mais circunstâncias favoráveis, não só para satisfazer ao princípio essencial do clima... , como pelas razões seguintes:

1.º - Qualquer ponto dêle, por distante que o imaginemos, nunca será tanto que não possa no intervalo de horas comunicar-se com o pórtio mais próximo do litoral, por um caminho de ferro que proporemos como indispensável de se construir.

2.º - Convém, para proteger as comunicações, levar às nossas províncias do sertão, e aí empregar, a maior soma possível de capitais produtivos, os quais aumentando sua cultura e riqueza, e depois sua população, reverterão em favor das cidades marítimas, já recebendo dali gêneros de consumo ou de exportação, já enviando-lhe os gêneros ultramarinos, que elas mais ricas e povoadas consumirão em muito maior quantidade.

3.º - Como as cidades vizinhas ao mar se civilizam e criam as necessidades dos cômodos da vida e do luxo, estímulo da riqueza, pela simples frequência dos navios e trato do comércio marítimo, aos longos sertões, é necessário, para que êles

se animem a sair do estado quase natural, levar como tónicos grandes focos de civilização, e não o pôde haver melhor do que o de assentar ali a própria capital, que em todos os reinos é o centro do luxo.

4.º - Os governos cuja sede está no interior do país tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações, que são as veias e artérias do Estado, que sem elas definha e morre.

5.º - Ao mesmo tempo uma capital central pode distribuir com mais igualdade, em diferentes raios, sua solicitude.

6.º - Quanto mais central esteja a capital mais obstáculos se poderiam criar para não chegar a ela qualquer inimigo que ousasse invadir o País; e ainda, sem imaginar êsse caso extremo, qualquer exigente negociador não se julgaria ali tão forte para ditar condições, como tendo à vista suas esquadras.

7.º - Sendo certo que as capitais, quando crescidas, são o centro do luxo, ou dos artigos que não são de primeira necessidade, e por tanto os maiores consumidores dos produtos do comércio marítimo, êsses chegarão ao interior já meio convertidos em tráfico interno pelos preços dos transportes, do que resultarão valores criados em benefício do país.

8.º - Um centro de civilização nos elevadíssimos chapadões do interior, e em clima não tropical, faria que prontamente aí se cultivasse artigos de comércio que não cultiva a beira mar, e a permuta seria em benefício do país, que além disso ficaria mais rico de meios próprios: e nesses chapadões a população, que hoje é quase apenas pastoril, passaria a ser agricultora e até com o tempo, a ensaiar-se em outros ramos da indústria.

9.º - Sendo nesses chapadões elevados os ares mais finos, e correspondentes aos da Europa, e legislando-se desde já que na sua capital e arredores não haveria escravatura, estas verdades constariam logo, e afluiria ali espontaneamente muita colonização estrangeira, que hoje não vai ou por desconhecem estas circunstâncias de climas ou por não se atreverem a internar pelo "far-west", onde não tem cônsules nem representantes, numa terra cuja língua desconhecem, e por preferirem países onde não há escravos...

10.º - Aumentando em todo o caso, ainda sem esta colonização, a população no interior com a formação da capital, e começando nos arredores desta a desenvolver-se... certa indústria fabril e manufatureira, se colheira a vantagem de poupar mais os matos cujas madeiras se poderão para o futuro utilizar para a construção naval ou para exportar, em vez de serem queimadas nas fabricas, e nas roças e no uso doméstico.

11.º - Em uma posição adequada do interior estará o governo mais em circunstan-

cia de atender aos ricos distritos de Goiás e Cuiabá, onde há tanto por criar, e dar providências à cerca dos índios, a respeito dos quais muito pouco, ainda mal, se tem falado no Rio de Janeiro.

12.º - Os pretendentes a negócios de tôdas as províncias, bem longe de passar o mar (como se habitassem numa ilha), terão que percorrer o império, o que os fará conhecer melhor o país e suas necessidades; e o que gastem na jornada ou na residência da capital será mais em favor do país do que se o gastassem nos vapores, ou numa cidade marítima".

Mais tarde, porém, o Visconde acabou por indicar o local da sua preferência:

"Na vasta extensão que acabo de percorrer, há porém outra região não menos apropriada a oferecer localidades favoráveis ao primeiro estabelecimento de colonos europeus, e a respeito da qual julgo que deveríamos desde já dar algumas providências, a fim de a ir preparando para a missão que a Providência parece ter-lhe reservado, fazendo a um tempo dela partir águas para os três rios maiores do Brasil e da América do Sul, Amazonas, Prata e São Francisco, e constituindo-a, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes concas ou bacias fluviais do Império. Refiro-me à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestres D'Armas, com chapadões elevados mais de mil e cem metros, sobre o mar, como nela requer para a melhoria do clima a menor latitude, com algumas terras mais altas do lado do norte, que não só a protegem dos ventos menos frescos desse lado, como lhe oferecerão os indispensáveis mananciais".

11 - Em 1852, no Senado, Holanda Cavalcanti apresentou projeto de lei que mandava mudar a capital para um ponto interior do País. Tal projeto foi discutido na sessão do dia 1.º de junho de 1853.

14 - O Senador Jobim, a 1.º setembro de 1875, aconselhava a mudança da capital, firmando-se em argumentos de ordem política e estratégica.

15 - Em 30 de agosto de 1883, conforme está comprovado, SAO JOAO BOSCO, em sonho, viu uma terra de riqueza inconcebível.

Nessa terra, exatamente, foi construída a nova Capital.

16 - Entramos, agora, na fase republicana. Merece referência, desde logo, a Constituição Provisória da República, estabelecida pelo Decreto n.º 914-A, de 23 de outubro de 1890, do Governo Provisório. No art. 2.º está a ideia mudantista:

"Cada uma das antigas províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro construirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso. Se o Congresso resolver a mudança da capital, escolhido para êste fim o território mediante o consenso do Estado ou os Estados de



São João Bosco

que tiver de desmembrar-se, passará o atual Distrito Federal de per si a constituir um Estado".

17 - Vota-se, em 1891, a Constituição Republicana. O art. 3.º assim ficou redigido:

"Fica pertencendo à União, no plano central da República, um zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Parágrafo único - Efectuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado".

A questão da mudança da Capital, segundo esclarece Barbosa Lima Sobrinho, surgiu na Comissão dos Juristas, composta de Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Santos Werneck, Rangel Pestana e Magalhães Castro. O art. 2.º do Projeto, elaborado pela Comissão dos Juristas, estava assim redigido:

"As antigas províncias são consideradas Estados; e o Distrito Federal, outrora Município Neutro, continuará a ser a Capital da União, até que o Congresso resolva sobre a sua transferência. Parágrafo único - Escolhida para êste fim o território, como o assentimento do Estado ou Estados de que houver de ser desmem-

Francisco Adolfo Varhagen



brado, o referido Distrito será anexado ao Estado do Rio de Janeiro ou formará novo Estado, conforme determinar o Congresso".

O Projeto da Comissão dos Juristas foi submetido aos estudos dos membros do Governo Provisório. Rui Barbosa discorreu do artigo que estabelecia a mudança da Capital.

Na Comissão dos 21, na Assembléa Constituinte, houve algumas emendas. Nenhuma, porém, logrou aceitação. Já, diz Barbosa Lima Sobrinho, a apresentação, em plenário, de uma emenda, subscrita por 88 constituintes, encaminhada à Mesa da Assembléa pelo então Deputado Lauro Müller, embora a primeira assinatura da emenda fosse a do Deputado por São Paulo, o Tenente Coronel Joaquim de Souza Mursa. Adotava-se, nessa emenda, publicada juntamente com o ofício dirigido, pelo Visconde de Porto Seguro, ao Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, então Ministro da Agricultura, a orientação já defendida, na Comissão dos 21, pelo Senador Virgílio Damiano: decisão definitiva pela própria Constituinte, e não autorização condicional. A mudança passava a ser uma resolução da Constituinte e, não uma proposta para o pronunciamento ulterior dos Congressos Legislativos.

A emenda encaminhada por Lauro Müller foi aprovada na sessão de 22 de dezembro de 1890.

18 —No Congresso Constituinte, o assunto foi amplamente discutido por vários deputados, notadamente por Tomás Delfino Virgílio Damiano apresentou proposta de transferência da Capital para o interior, aventando a idéia da localização dela na Vila Formosa da Imperatriz. Lauro Müller foi o encaminhador da emenda dispondo que a Capital se estabeleceria no Planalto Central, e que deu lugar ao artigo 3.º da Constituição de 1891, justificando-o com o ofício, já então famoso, do Visconde de Porto Seguro.

Promulgada a nossa primeira Carta Republicana, em obediência a ela, o Ministro das Obras Públicas nomeou, em 17 de maio de 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, integrada dos seguintes membros: 1 — Luiz Cruls, chefe; 2 — J. de Oliveira Lacaille, astrônomo; 3 — Henrique Morize, astrônomo; 4 — Antônio Martins de Azevedo Pimentel, médico-higienista; 5 — Pedro Gouvêa, médico; 6 — Celestino Alves Bastos, ajudante; 7 — Augusto Tasso Fragoso, ajudante servindo de secretário; 8 — Hastimphilo de Moura, ajudante; 9 — Alípio Gama, ajudante; 10 — Antônio Cavalcante de Albuquerque, ajudante; 11 — Alfredo José Abrantes, farmacêutico; 12 — Eugênio Hussak, geólogo; 13 — Ernesto Uel, botânico; 14 — Felcissimo do Espírito Santo, auxíliar; 15 — Antônio Jacinto de Araújo Costa, auxíliar; 16 — João de Azevedo Peres Cuiabá, auxíliar; 17 — José Paulo de Melo, auxíliar; 18 — Eduardo Chartier, mecânico; 19 — Francisco Souto, ajudante de mecânico; 20 — Pedro Carolina Pinto de Almeida, comandante do contingente; 21 — Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim, alferes do Contingente; 22 — Henrique Silva, Alferes do Contingente.

Ao chefe da Comissão, Dr. Luiz Cruls, o Ministro das Obras Públicas dirigiu as seguintes

#### INSTRUÇÕES

Em obediência às disposições do artigo 3.º da Constituição Federal, e para dar cumprimento à resolução do Congresso Nacional que consigna na Lei de

Orçamento em vigor a verba destinada à exploração do Planalto Central da República e demarcação da área que tem de ser ocupada pela futura Capital dos Estados Unidos do Brasil, é nesta data nomeada a Comissão encarregada de tais trabalhos, cuja direção é confiada ao vosso conhecido zelo e provada competência.

No desempenho de tão importante missão deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade das águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. das regiões exploradas e tudo mais que diretamente se ligar ao assunto que constitui o objeto da vossa missão.

No decurso de tais trabalhos, e tanto quanto possa, poderéis realizar não só os estudos que julgardes de vantagem e utilidade para o mais completo desempenho do vosso encargo, mas ainda os que possam concorrer para a determinação de dados de valor científico com relação a essa parte ainda pouco explorada do Brasil. Da inclusa cópia do portaria desta data consta o pessoal que faz parte da referida Comissão.

Saúde e Fraternidade  
Antônio Gonçalves de Faria

A Comissão, segundo consta do Relatório apresentado, partiu, do Rio, a 9 de junho de 1892, conduzindo 206 volumes de materiais diversos, com o peso total de 9.640 quilos, diretamente para Uberaba, na época ponto terminal da Estrada de Ferro Mogiana. De Uberaba saiu a cavalo, em 29 de junho, passando por Catalão, Entre Rios (Ipameri) e Bonfim, e chegou a Pirênópolis no dia 1.º de agosto do mesmo ano. Daí a Comissão se dividiu em dois grupos, um dos quais passou por Santa Luzia, seguindo, o outro, rumo certo à cidade de Formosa, onde se encontraram.

Os trabalhos da Comissão Cruls consumiram exatamente 26 meses, terminando no fim de 1894. De tudo foi apresentado minucioso relatório ao Governo Federal. 19 — Em 1893 a Comissão apresentou ao Ministro da Viação e Obras-Públicas, o Excmo. Sr. Dr. Antônio Orlindo dos Santos Peres, RELATÓRIO PARCIAL. Do RELATÓRIO DEFINITIVO existem as seguintes edições por ordem cronológica:

O PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

VIII, 365 pp., 27 gravuras, 11 tabelas.

H. Laemert & Cia., Rio de Janeiro, 1894.

RELATORIO DA COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL

365 pp., 27 heliogravuras, 11 tabelas.

H. Laemert & Cia. 1894.

RELATORIO DA COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL

XIV — 269 pp., 1 figura, 2 mapas, 1 gráfico e

1 tabela.

Brasília, série 5.ª, volume 258 — 1947.

#### PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

(Introdução de Gastão Cruls)

3.ª edição, com 26 ilustrações e 3 mapas.

Livraria José Olympio Editora, Rio, 1957.

20 — As conclusões da MISSAO CRULS receberam, de alguns estudiosos, severas restrições.

O Dr. Domingos Jaguaribe, entre outros, no folheto intitulado "Mudança de Capital do União" (Rio, 1896), respondeu ao Dr. Domingos Jaguaribe, mostrando:

a) O Dr. Jaguaribe apontou, para sede da nova Capital, "os Campos do Jordão, no Planalto Central do Brasil, reunindo os requisitos precisos para aquiloém fim".

Cruls, em "Mudança da Capital da União" (Rio, 1896), respondeu ao Dr. Domingos Jaguaribe, mostrando:

a) que o lugar chamado Campos do Jordão será fonte do Planalto Central Brasileiro, distando apenas oitenta quilômetros do litoral;

b) que o ponto preferido pela MISSAO serve a todos os Estados, e não somente a alguns deles, como afirma o Dr. Jaguaribe em seu trabalho;

c) que a Comissão tinha apenas de demarcar a "zona para o futuro distrito" e não "proceder à escolha do local para a futura capital";

d) que o Dr. Jaguaribe incide em vários erros graves e comete várias infidelidades.

O Dr. Domingos Jaguaribe replicou (MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL DO BRASIL, réplica à resposta do Dr. Cruls — S. Paulo, 1896).

Assimile-se, como nota curiosa, que a Circular e o folheto do Dr. Domingos Jaguaribe receberam resposta mais segura, em 1896, do Sr. Alípio Gama, que se apresentou singularmente como "ignorado e humilíssimo colaborador dos trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil".

João Coelho Gomes Ribeiro, em A CAPITAL FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA, em 1907, fez sérias restrições, também, aos trabalhos realizados pela chamada "MISSAO CRULS".

Com o mapa da região do futuro Distrito Federal apresentado por Cruls, informa Gomes Ribeiro, "dá-se a singular circunstância de não estar de acordo com o mapa geral da região explorada, conforme se verifica no relatório definitivo".

E acrescenta:

"Este fato só pode ser avaliado pelos que estudaram esta questão com o cuidado que ela merece".

Afirma Gomes Ribeiro, em conclusão, "que a nossa pátria ficou nesta dura contingência: — Escolher a Capital do Brasil de acordo com a opinião do Sr. Cruls, ou reformar a Constituição".

Como quer que seja, a grande verdade é que o Relatório, para o tempo, constitui peça de grande valor. As seguintes passagens merecem relembrações:

I — "São abundantíssimas as águas em curso permanente, mórmente na parte meridional da zona demarcada, tornando-se fácil abastecer uma cidade, por mais populosa que seja, à razão de 1.000 litros de água por dia e por habitante".

II — "Todo o mundo sabe que o povoamento do Brasil quase que se limita exclusivamente à faixa do litoral, com o extenso desval-

vimento desde o Rio Grande do Sul à embocadura do Rio Amazonas.

Justamente nesta região é a salubridade subordinada, em geral, ao grau do paludismo, visto ser baixa, úmida, quente e palustre toda essa zona.

Nas terras altas do interior tudo é diferente.

É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade proverbial; grande a abundância de excelente água potável; rios navegáveis; extensos planos sem interrupções importantes; solerbas madeiras de construções de suas grandes florestas; abundância de preciosos minerais e essências diversas; elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que à primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade e com o bem-estar dos seus habitantes.

Infelizmente, porém, tudo isto é desconhecido, e todo o interior longo do Brasil ainda hoje passa por ser país doentio, muito quente e mesmo insípido.

Entretanto, o contrário é que é exato, e do que se segue claramente deduz-se que a natureza fez desigual a repartição dos

Luiz Cruls



benefícios do solo do Brasil (como em toda a parte), e os primeiros povoadores, desconhecendo a sabedoria desta distribuição, preferiram as regiões menos férteis e menos salubres na comprida e estreita zona do litoral, sem dúvida pela maior facilidade do comércio marítimo e das relações políticas com a antiga metrópole e o resto do mundo civilizado."

III - "A conformação física e climatológica do vasto plano central do Brasil facilita sobrenaturalmente a aclimação do trabalhador europeu, sem os prejuízos das regiões úmidas, cujos prediçosos al desaparecem pela grande altitude média; pelos seus rios navegáveis e brandos declives favorece o movimento comercial interno e as demais relações dos Estados brasileiros entre si e do Brasil com as Repúblicas vizinhas, a América do Norte, a Europa e a África, bem como garante ao Governo Federal inúmeros pontos estratégicos para a defesa militar do Distrito.

A fertilidade do solo combinada com a altitude, etc., concorre para o bom êxito na cultura do frumento, como em mínima escala se observa perto de Cavalante, ao norte do Estado de Goiás; e todas as plantas da zona temperada poderão bem se aclimar nesta região."

IV - "Se os primeiros povoadores do Goiás, em vez de se consagrarem exclusivamente à mineração do ouro, tivessem cultivado também a terra, se tivessem convenientemente aproveitado os 4.000 quilômetros de costas fluviais até onde pode chegar o explorador, seria com toda a segurança hoje o Goiás uma verdadeira jóia no interior do Brasil."

V - "Além do muito ouro, Goiás tem jazidas diamantíferas, pedras não foram encontradas, e, particularmente, grande quantidade de minérios de ferro de alta porcentagem. O granito, o mármore, o cristal da rocha, a argila de diversas cores, a pedra afiar, a cal, a pedra de rebolo, o salitre, o gás útil, o caulim, etc., os minerais de subido valor industrial e só esperam a época do advento da civilização e progresso do futuro Estado."

VI - "Parece, pelo exposto, que em Goiás há poucas matas virgens, mas bem depressa se convencerá o contrário quando atender a que neste Estado é prodigiosa a quantidade de rios, ribeiras e córregos em que se encontra densa mata marginal de grande largura e na extensão de centenas e centenas de quilômetros; que é innumerável a quantidade de capões das nascentes; e, finalmente, que nas vastíssimas regiões das vertentes do N., S.W., e S.W., onde a ação perene de um clima tão úmido favorece o seu desenvolvimento, a vegetação florestal é grandiosa e abundantíssima de árvores apropriadas às construções civis

e navais, a todos os ramos da atividade industrial, à Medicina, etc."

VII - "Além das inúmeras riquezas já apontadas, as águas medicinais, até hoje conhecidas, bastam só por si para chamar a atenção dos poderes públicos para o quase desconhecido Estado de Goiás."

VIII - "Pedras próprias para construção e facilmente trabalhadas, encontram-se entre as rochas da formação dos xistos cristalinos."

IX - "Na realidade a mudança da Capital Federal é assunto tão importante e que se liga diretamente com tantos e tamanhos interesses da Nação, que deve ser encarado pelos seus lados mais amplos. Não devemos limitar-nos a considerar as condições atuais da questão, mas também as condições futuras."

X - "A cana-de-açúcar, o café e o fumo dão perfeitamente em Goiás, e os produtos industriais resultantes são de excelente qualidade."

XI - "Além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cubo de arformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova Capital despertariam certamente a admiração de todas as nações."

XII - "Nutrimos pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior soma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para nela edificar-se uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com águas potáveis abundantes, situada em região cujos terrenos, convenientemente tratados, prestar-se-ão às mais importantes culturas, e que, por um sistema de vias férreas e mistas convenientemente estudado, poderá facilmente ser ligada com o litoral e os diversos pontos do território da República."

XIII - "Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que dessa medida podem provir, acreditamos que eles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco pensadas às idéias progressistas e que, considerando insuperáveis as dificuldades que lhes são inerentes, acham preferível não sair das trilhas da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso."

21 - O Dr. Nogueira Paranaíba, em 1905, apresentou ao Senado um projeto de transferência da Capital para o plano de Goiás, com prazo longo para a sua realização.

22 - O Conde Afonso Celso, em 1905, pelo *Jornal do Brasil*, advogou a idéia da mudança da Capital Federal para Belo Horizonte, com a consequente volta da Capital mineira para Ouro Preto. E sugeriu, para tanto, a emancipação, pela União, da cidade, quer interna, quer externa, do Estado de Minas Gerais.

Lembre-se, como curiosidade histórica, que, em 1891, foi apresentado ao Congresso Nacional o seguinte projeto de lei:

"O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a cidade de Minas, no Estado de Minas Gerais, a Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, ora para outro ponto que for julgado convenientemente no plano que ficará sendo território da União e constituído em Distrito Federal.

Parágrafo único - O atual Distrito Federal, efetuada a transferência, será imediatamente constituído em Estado Federado, nos termos do art. 3.º parágrafo único, da Constituição Federal, e terá a denominação de Estado de Guanabara.

Art. 2.º - Não sendo a cidade de Minas a escolhida para o estabelecimento da Capital da União deverá ser ouvido o Congresso Nacional antes da deliberação do Poder Executivo.

Art. 3.º - Para efeito da execução desta lei fica autorizado o Poder Executivo a entrar em acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais ou de qualquer outro Estado da União e bem assim a fazer as necessárias operações de crédito.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 11 de outubro de 1891.  
a) Sá Freire.

23 - João Coelho Gomes Ribeiro, a partir de 1905, emcarta, pelo *Diário Popular*, de São Paulo, vibrante campanha em favor da mudança da Capital para a região das montanhas.

Seus editoriais foram reunidos, em 1907, sob o título - A CAPITAL FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (Apelo ao Congresso Nacional).

Já em 1890, em opúsculo anterior, dissera Gomes Ribeiro:

"Quanto ao Distrito Federal, a sede do Governo, a Capital da República não pode nem deve continuar na cidade do Rio de Janeiro.

O exemplo criterioso e sábio da Confederação Norte Americana, os próprios precedentes da nossa história nos estão indicando a necessidade inelutável de subtraírem-se à influência da grande multidão, em um centro populoso, muitas vezes mal inspirada, porque mal dirigida, o Governo supremo da nação sobretudo as suas assembleias deliberantes.

O local mesmo a preferir-se para o caso, deve oferecer condições especiais de terreno que dificultem o incremento das habitações e da população, além de um certo limite. E essa a lição dos Estados Unidos do Norte, onde até nas capitais dos Estados se acham preenchidas as citadas condições acatoladoras de futuras sedições e de graves embarços para o Governo." (*Estudos Constitucionais*, pg. 17)

Em retribuição, os requerentes entregariam a cidade em condições de perfeito funcionamento, com todos os palácios do serviço federal e do municipal. A proposta, em princípio, foi aceita, mas os requerentes não procuraram capacitá-la para a execução.

A. Leyret retirou-se do Brasil e o assunto foi dado, então, como encerrado.

Cumpre observar, como curiosidade histórica, que a proposta de Leyret não tinha, sequer, originalidade.

Já em 1891, muito antes, portanto, dos engenheiros (Guilherme Greenhalgh e Tomás Bezz) se profilicaram a construir a Futura Capital Federal, sem ínus para o Governo, mediante os seguintes favores:

"1.º - concessão do direito de desapropriar as terras particulares e de comprar as devolutas existentes naquela zona na área destinada à nova cidade só cedendo ao Governo a superfície necessária às servidões públicas;

2.º - Privilégio, por 90 anos, para estabelecimento dos serviços de esgotos, abastecimento de água, iluminação pública e particular, serviço telegráfico, telefônico e de carris de ferro, revertendo tudo isto ao Governo no fim daquele prazo;

3.º - preferência, em igualdade de condições, para a concessão de todos os melhoramentos que o Governo pretenda introduzir na futura Capital;

4.º - concessão para a construção, uso e gozo, com garantia de zona por espaço de 90 anos, das estradas de ferro, necessárias à facilidade de comunicações da nova Capital com os Estados, portos ou vias-féreas construídas;

5.º - isenção dos impostos de importação sobre os materiais necessários à construção das obras a executar ali;

6.º - isenção por 20 anos do imposto de transmissão de propriedade sobre todos os imóveis que adquirirem ou transferirem."

A Comissão de Obras Públicas e Colonização, ouvida sobre o requerimento dos referidos engenheiros, exarou, em 22 de julho de 1891, o PARECER N.º 35, que assim termina:

"1.º - Considerando que a escolha do local para a fundação da futura Capital deve ser feita por delegados responsáveis de confiança do Governo, e não por particulares ou empresas que por intuíto puramente mercantis podem, antepondo as suas conveniências ao bem público, escolher uma situação que não corresponda de modo completo às aspirações do Congresso Constituinte;

2.º - Considerando que a mudança da Capital não é medida de caráter urgente e que essa escolha de local, o estudo de suas condições climatéricas, higiênicas, orográficas, hidrográficas, geológicas, dependem de despesas que, só depois de bem conhecidas as circunstâncias financeiras do País, poderão ser autorizadas pelo Poder Legislativo;

3.º - Considerando que os favores solicitados pelos peticionários constituem em grande

parte um monopólio odioso e injustificável:

É de parecer que seja indeferido o mencionado requerimento.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1891.  
Antônio de Faria, Domingos Rocha, Alfredo Ellis, Pedro Velho, Carilo de Lemos, José Bevilacqua, F. Schmidt, G. Besouro, com restrição quanto ao segundo considerando."

25 - Eduardo Sócrates, representante goiano, no dia 23 de novembro de 1911, justificou projeto autorizando a mudança da Capital em ônus para o Governo, mediante concessão de privilégios na exploração dos serviços urbanos.

26 - O projeto do Senador Justo Chermont, apresentado em 1919, suscitou por 11 senadores, refletia o pensamento da "Ação Social Nacionalista". Mandava lançar as pedras fundamentais dos palácios do Congresso, no Planalto Central, por ocasião das solenidades comemorativas do centenário da nossa Independência. Mandava, ainda, abrir concorrência para a construção, no plano goiano, da nova Capital. Recebeu do relator, Senador Régio Monteiro, o seguinte parecer:

"Não é possível recusar-se apoio ao presente projeto, que não faz mais do que estabelecer o processo para a observação da cláusula expressa na letra do Art. 3.º da Constituição Federal. A mudança da Capital da República está decretada terminantemente por um dispositivo insofismável do nosso pacto fundamental. Nenhuma discussão mais é permitida em torno da necessidade dessa medida. A Constituição a consagra e é quanto basta para que ela não seja suscetível de impugnação. Assim, a Comissão de Justiça e Legislação pensa que cumpre um dever aconselhando ao Senado a aprovação do presente projeto."

27 - Em 1922, no dia 18 de janeiro, foi assinado, pelo Presidente Epitácio Pessoa, o Decreto Legislativo n.º 494, assim redigido:

"Art. 1.º - A Capital da República será oportunamente estabelecida no Planalto Central da República, na zona de 14-400 quilômetros quadrados, que, por força do artigo 3.º da Constituição Federal, pertencem à União, para esse fim especial já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2.º - O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de Setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a Capital da União.

Art. 3.º - O Poder Executivo mandará proceder aos estudos do traçado mais conveniente para uma estrada de ferro que ligue a futura Capital Federal a um lugar em comunicação ferroviária para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como das bases ou do plano geral para a construção da cidade, comunicando ao Congresso Nacional, dentro de um ano da data deste Decreto, os resultados que obtiver".

Em obediência ao citado Decreto Legislativo, que mereceu muitos aplausos, foi lançada a pedra fundamental da futura Capital do País no dia 7 de setembro de 1922. Há, no marco levantado, uma placa com os seguintes dizeres:

"Sendo Presidente da República o Excelentíssimo Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao disposto no Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada, em 7 de setembro de 1922, ao meio dia, a pedra fundamental da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil".

O Decreto n.º 4.494 é tido como de iniciativa do saudos deputado Americano do Brasil. O antigo Deputado Marcelino Rodrigues Machado, representante do Maranhão, já reivindicou, porém, a autoria do projeto de lei, apelando, mesmo, para os Anais da Câmara dos Deputados.

28 - Ainda em 1922, na sessão de 21 de outubro, foi apresentado, pelos Deputados Americano do Brasil, Camilo Prates, Carlos Garcia e Marcelino Rodrigues Machado, um projeto que autorizava "a abrir concorrência pública para a construção da nova Capital do Brasil". O Executivo, pelo projeto, poderia conceder privilégios de luz e força, esgotos, água, telefones e viação urbana, obrigando-se, o vencedor da concorrência, a entregar a cidade, inteiramente pronta, no prazo de 10 anos. 29 - O Tenente-Coronel Luiz Mariano de Barros Fournier, saudos professor da Escola Militar do Realengo, no Governo Arthur Bernardes, propôs-se a traçar e a construir, sem ônus para a Nação, a nova Capital, havendo idealizado, para tanto, um sistema muito pessoal e muito prático.

Seus pontos de vista estão contidos na conferência que realizou, no Club Militar, no dia 29 de outubro de 1924, impressa, pouco depois, em folheto precioso.

O nome de Barros Fournier está vinculado, fortemente vinculado, ao singular conhecimento de Brasília. Ocupou a tribuna do Club Militar, no dia 6 de abril de 1949, também para discorrer sobre a conveniência da mudança da Capital, o ilustre engenheiro-agrônomo José Eurico Dias Martins.

A conferência foi desdobramento dos tópicos a seguir:

- Um pouco de história: no passado e no presente;
- A preponderância do fator clima na localização da Capital de um País tropical;
- Recursos essenciais ao estabelecimento da Capital: os de natureza extrativa; os de natureza agrícola;
- A significação da atual manta florística do planalto brasileiro;
- A política dos rios;
- A fisionomia que deve apresentar a futura Capital do Brasil.

Dias Martins relembra, na sua brilhante conferência, que surgiu, no Rio de Janeiro, ao se aproximar a data centenária da nossa emancipação política, uma instituição chamada "Ação Social Nacionalista", que apresentou os Mandamentos do patriota brasileiro. Entre tais mandamentos achava-se o seguinte:

"Pugnar pelo cumprimento do art. 3.º da Constituição da República, que estabelece a mudança da Capital do País para o pla-

nalto de Goiás (medida de alcance patriótico, ainda não posta em prática pela força em contrário do elemento estrangeiro)".

O panfleto "Gil Blas", que espelhava as doutrinas da "Ação Social Nacionalista", inscrevia, no grupo dos seus marcos fundacionais, o de n.º 1 - "Mudança da Capital da República para o Planalto Central do Brasil, nos termos da Constituição".

30 - Luís Atto Gomes Ferraz, em 1924, elaborou, no Rio de Janeiro, um trabalho interessante: A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL PARA O PLANALTO CENTRAL DA REPÚBLICA - COMO REALIZÁ-LA DENTRO DO PERÍODO DE 5 ANOS.

É um projeto que contém observações felizes e que merece, ainda hoje, estudo meditado.

31 - Ocorreu, pouco depois, a Revolução de 1930. Em 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição Republicana, trazendo, no art. 4.º das Disposições Transitórias, o seguinte dispositivo:

"Art. 2.º - Será transferida a Capital da União para um ponto Central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do Governo, procederá a estudos das várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança."

O dispositivo constitucional não teve, porém aplicação.

32 - Em 1937 foi decretada a Constituição do "Estado Novo", que, expressamente, nada consignava sobre o problema da mudança. Não a proibiu, entretanto, como se vê desta disposição:

"Art. 7.º - O atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União."

33 - O Engenheiro Coimbra Bueno, em 1939, apresentou ao Presidente Getúlio Vargas um memorial onde era sugerida a retomada do problema da interiorização da Capital da República. Em agosto de 1940, em Goiânia, o Presidente Vargas lançou a "Cruzada Rumo ao Oeste", indiretamente de sentido mudantista.

34 - Pronuncia-se, logo após, 1945, sobre o problema, a Assembléia Geral do IBGE, sendo aprovada, então, a Resolução n.º 279, de 19 de julho, na qual se lê:

"Parece, pois, que não se pode pôr em dúvida a necessidade de interiorizar a Capital, como medida de segurança nacional, tanto interna como externa. Para onde, entretanto, se poderá fazer essa mudança? Também parece fora de dúvida: para o Planalto Central de Goiás, perto da cidade de Formosa, onde já está demarcada a área do futuro Distrito Federal."

35 - A Constituição de 1946, depois de debates cautelosos e profundos, determinou em Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 4.º - A Capital da União será transferida para o Planalto Central do País. § 1.º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localidade da nova Capital.

§ 2.º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao Domínio da União.

§ 3.º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional promoverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4.º - Eferuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara."

Cumprindo o dispositivo citado, o Presidente Eurico Gaspar Dutra instituiu a "Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil", composta de geógrafos, geólogos, agrônomos, engenheiros, e também, de higienistas. Sob a presidência do General Djalma Polli Coelho, a Comissão iniciou seus trabalhos preparatórios em novembro de 1946.

A Comissão Polli Coelho apresentou relatório geral dos trabalhos em 4 de agosto de 1948. Manteve a localização na mesma região estudada e descrita por Cruls, dilatando a respectiva área, porém, para 77.000 km<sup>2</sup>, através de divisas naturais.

O Presidente Dutra, pela Mensagem n.º 293, de 21 de agosto de 1948, encaminhou o Relatório ao Congresso Nacional, onde permaneceu, em estudos, até 5 de janeiro de 1953, quando foi sancionada a Lei n.º 1.803, que autorizou o Executivo a realizar estudos definitivos para a

Marechal José Pessoa



localização da Capital, na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos sul 15º 30' e 17º e os meridianos W. Gr. 46º 30' e 49º 30'. Para conclusão dos estudos foi fixado o prazo de três anos. Em 36 - Pelo Decreto n.º 32.976, de 8 de junho de 1953, foi constituída a "Comissão de Localização da Nova Capital Federal", sob a presidência do General Caiado de Castro, dela participando técnicos de diversas especializações.

A Comissão realizou trabalhos de alta envergadura, dando cabal desenvolvimento à missão que recebeu. Estudos exaustivos foram realizados, então, na área denominada "Retângulo do Congresso".

37 - Em 30 de abril de 1955, quando a Comissão já se encontrava sob a presidência do Marechal José Pessoa, foram escolhidos a área e o sítio da Nova Capital, com uma superfície de 5.850 km², situada entre o Rio Preto e o Descoberto e os paralelos 15º 30' e 16º 03'. Para levantamento da Capital, na área referida, foi adotado o local compreendido entre o ribeirão Bananal e o córrego Fundo.

O Governo do Estado de Goiás, na mesma data, e por solicitação do Presidente da Comissão, baixou o Decreto n.º 480, declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, para efeito de posterior desapropriação, a área destinada à localização do novo Distrito Federal.

A escolha da área e do sítio da futura Capital foi aprovada pelo Presidente da República, em 5 de agosto do mesmo ano (1955). O Presidente da República, em 8 de setembro, também de 1955, homologou todas as decisões da "Comissão de Localização da Nova Capital Federal", determinando que os trabalhos prosseguissem.

A "Comissão de Localização da Nova Capital Federal", em 9 de dezembro de 1955, transformou-se em "Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal", passando a trabalhar com a

cooperação do Governo de Goiás, que organizou a "Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal", sob a presidência do Dr. Altamiro de Moura Pacheco. Iniciaram-se, então, as desapropriações amigáveis das terras incluídas na área escolhida para construção da Nova Capital.

Em 18 de abril de 1956, na cidade do mesmo nome, o Presidente Juscelino Kubitschek assinava a "Mensagem de Anápolis", que tomou o n.º 1.234, tratando da criação da "Companhia Urbanizadora da Nova Capital", que deveria receber todos os encargos da construção da futura Capital.

A referida "Mensagem", dirigida ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto de lei, fez surgir a Lei n.º 92.874, sancionada em 19 de setembro de 1956, depois de unânime aprovação.

Três dias depois (22 de setembro), presentes o representante da União e o então Presidente da "Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal", Dr. Ernesto Silva, bem como outras autoridades, foi lavrada a ata da constituição da nova Companhia, que passou a ser designada, abreviadamente, por NOVACAP.

O patrimônio da extinta "Comissão de Planejamento" incorporou-se à NOVACAP. Esta, iniciando suas atividades, lançou concurso, entre engenheiros, arquitetos e urbanistas brasileiros, para apresentação de um Plano Piloto da Nova Capital do Brasil.

Classificou-se, em 1.º lugar, o projeto apresentado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, nome já anteriormente consagrado na cadeira e nas atividades da sua profissão. O julgamento do concurso realizou-se no dia 12 de março de 1956, funcionando a seguinte comissão: William Holford, inglês; Stamo Papadakis, norte-americano; André Sive, francês; Hortá Barbosa, do Clube de Engenharia, e Paulo Antunes Ribeiro, do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Os trabalhos estiveram sob a direção do Dr. Israel Pinheiro da Silva, Presidente da NOVACAP.

Iniciaram-se, logo depois, as obras de Brasília, com assistência pessoal do Presidente Juscelino Kubitschek. Houve luta, sacrifício, decisão. Inaugura-se, agora, sob as bênçãos de Deus, a Nova Capital. Cumpre-se, com exatidão, a Lei n.º 3.273, de 21 de outubro de 1957.

— Ao historiador, como síntese, cabe apenas afirmar: — Um novo ciclo está inscrito na História do Brasil!

— Ao sociólogo, porém, cabe o dever de analisar Brasília como obra de integração nacional. Brasília e sua função sociológica — eis um tema de alto e fascinante significado cultural.

O Presidente Juscelino Kubitschek, em discursos memoráveis, antológicos, e em mensagens eloquentes, mostrou, com precisão, o que representava, realmente, a marcha vitoriosa para o Planalto Central. O Realizador intímido definiu, com maestria, fulgor e segurança, a obra imensa que aí está realizada. O Criador definiu, antecipadamente, inspiradamente, aquilo que criou: "O ideal da mudança da Capital para o centro geográfico do território brasileiro não teve senão esse motor inicial: aproximar os brasileiros, distantes fisicamente, de fazerem no País um sistema em que o acesso ao trabalho, à produção e ao bem estar deixasse de desconhecer as disparidades e os paradoxos infelizmente ainda comuns em nosso território."

Resalte-se, em primeiro lugar, que a construção de Brasília é, tecnicamente, autofinanciável. É o emprego de capital mais reprodutivo que já se fez no mundo. Adianta semelhante afirmativa na qualidade de velho professor de *Ciência das Finanças*, disciplina que até li, como contratado, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Equivocou-se, pois, nesse particular, e nas demais questões correlatas, o saudoso mestre Dr. José Rodrigues Valle, Catedrático de Economia Política, ao se opor, apaixonadamente, como de seu feitio, à mudança da Capital (REVISTA JURÍDICA, vol. XV, págs. 121-130, Rio, 1957).

Outros também se equivocaram. Mas, por insignificância no campo doutrinário, não merecem, realmente, citação.

Vejam, por expressivo, este contraste: — As classes produtoras, em 1949, em Araxá, aprovaram, por unanimidade, e de pé, sob aplausos gerais, a tese que recomendava ao Presidente da República e ao Congresso Nacional o cumprimento rápido do dispositivo constitucional que trata da interiorização da Capital.

O Erário apenas adiantou meios para que se edificasse, em plena solidão, uma grande Capital. Feita a obra, e feita com primores técnicos, que pode dizer o vero sociólogo?

O vero sociólogo, com fundamentos geopolíticos e ratelzanos, com determinações da geografia humanizada, vendo o homem e a paisagem, interpretando panoramas, pensando realisticamente, há-de firmar, forçosamente, as seguintes

#### CONCLUSÕES:

1.ª — A criação de Brasília aberta os laços de unidade nacional, chegando mesmo a representar uma obra de conquista de imensas áreas do nosso território.

2.ª — Modificará, sem dúvida, a estrutura administrativa do País, melho-

rando, sensivelmente, nossos índices de produtividade.

3.ª — É uma obra de penetração, em todos os sentidos, e levando saúde, instrução, técnica e progresso a regiões atrasadas, abandonadas ou desconhecidas.

4.ª — É uma obra de fecundação: as novas estradas serão sementes de núcleos, vilas, povoados e cidades.

5.ª — Facilita o transporte rodoviário, o que significa melhoria no campo das atividades econômicas.

6.ª — Institui o transporte ferroviário, o que representa altas possibilidades de progresso. Sabe-se, em sociologia, que, para o interior, a civilização caminha na ponta dos trilhos e no silvo das locomotivas.

7.ª — O mar traz o progresso espontâneo, natural. No interior, entretanto, o progresso é obra de conquista, obra de decididos bandeirantes e de resolutos pioneiros.

8.ª — A construção de Brasília, contrariando os pessimistas, mostra de quanto é capaz o homem brasileiro. Podemos dizer, completando Euclides da Cunha: "O brasileiro é, antes de tudo, um forte".

9.ª — Brasília está vinculada, sociologicamente, aos problemas da Amazônia e do Nordeste. Facilitará, sob muitos aspectos, as respectivas soluções.

10.ª — Brasília centralizará a orientação, descentralizando, porém, a execução.

11.ª — A criação de Brasília, com o afluxo de corrente demográfica, representa a criação de novos mercados, funcionando, por conseguinte, como fator de deflação.

12.ª — Brasília fará desaparecer o êxodo rural, descongestionando, assim, São Paulo e Rio. O nosso problema das favelas ficará, dessa forma, aliviado.

A transferência da Capital para um ponto interior do País é solução para graves problemas nacionais. Eis por que Rio Branco, o *Deus Terminus* das nossas fronteiras, também se confessou favorável à ideia, segundo afirma o saudoso Americano do Brasil.

Brasília tem opositores. Não importa. Rui Barbosa e muitos outros luminares foram contra a construção de Belo Horizonte, mas isso não impediu que ela surgisse, crescesse, prosperasse. *Habent sua fata urbes quoque!*

O destino de Brasília é florir, frutificar, encantar e dominar. E o destino do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o menino pobre de Diamantina, foi, entre múltiplas coisas grandiosas, criar, no sólido e no deserto, a cidade-perfeita, a cidade-monumento, alma da nacionalidade, glória eterna, eiverna, sempiterna, do novo Brasil, do Brasil que tem fé, do Brasil que realiza, do Brasil que avança para conquistas fulgurantes!



# a história da construção de Brasília

Não caberia em poucas páginas toda a história da construção de Brasília. Seria, evidentemente, tarefa para os historiadores que se ocuparão do futuro de memorializar para os nossos pósteros todos os detalhes das obras que, durante quatro anos, monopolizaram as atenções da nação, fazendo correr, de norte a sul, uma chama de entusiasmo pelo redescobrimto e redenção do país.

Foi em 1956. Dias depois que o Presidente da República sancionou a Lei do Congresso criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Passando por locais inteiramente desertos, abrindo picadas nas vastidões do Planalto Central Brasileiro, um grupo de pioneiros, numa demonstração de coragem e fé no empreendimento que então se iniciava, chegou ao sítio Castanho, às margens do Ribeirão do Gama, na fazenda do mesmo nome, para fixar as primeiras estacas da moderna cidade, destinada a abrigar o cérebro e o coração do Brasil. Seria a cidade sonhada há séculos, com a disposição, nascida dos Inconfidentes de 1789, de servir como sede da capital do Brasil. Somente então se iniciava a histórica arrancada de levar para o interior a civilização literária. Representava a conquista de ponderável parcela do território brasileiro, uma área para o governo para governar, — aguardava a disposição dos homens em estabelecer, no coração do Brasil, a sede da vida política e administrativa.

Não foi sem um misto de descrença e de indiferença que muitos viram partir para o interior de Goiás a covardia pioneira que dá início à construção de Brasília. Mas, os homens que aceitaram a incumbência de dar corpo e forma à determinação contida em várias das Cartas Magnas inseridas na história do país desde 1891, não tinham tempo para o debate estéril e as polémicas que os inocentes provocavam, visando a anular, de início, o que se lhes afigurava um sonho impossível.

As primeiras barreiras surgiam no vastidão do Planalto, o estrelado céu da futura capital, foi, assim, o primeiro teto dos bandeirantes modernos que tiraram o mesmo ensinamento dos homens que 200 anos antes procuraram ouro e pedrarias. Agora a luta era maior, pois não representava apenas a pesquisa das esmeraldas. Procura-se redimir o país, dando-lhe, social e economicamente, a mesma independência obtida em 1822 no terreno político. Foram os homens que avançaram pelo interior, no objetivo de beneficiar mais de 60 milhões de pessoas, integrando o Brasil em si mesmo e anulando as diferenças impostas pelo regionalismo, forçado pelas circunstâncias a um isolamento que deixava a nação a marcar passo.

Não se visava apenas à construção de uma cidade, mas se batilhava somente pela emancipação de uma região. Os oito milhões residentes por igual, os benefícios oriundos da interiorização da capital. Este o objetivo da luta, subentendendo no imperativo constitucional que pressagia a mudança. A coragem tinha que ser elemento imprescindível na disposição dos homens que se abalavam do sul para o interior do Brasil, no sítio já escolhido para a mudança da capital. Urgia construir-lha, no menor prazo de tempo possível, para recuperar o estufo de uma era em que a civilização brasileira se concentrava quase que somente no litoral, deixando, à própria sorte, oito décimos da po-

pulação, que nem sequer contava com meios de comunicações e de transportes para levar sua produção aos grandes centros consumidores do país. Era o Brasil que iniciava a arrancada para marchar com os seus próprios pés, explorando economicamente tudo aquilo que a natureza, pródiga com os brasileiros, lhe oferecia, bastando apenas o trabalho e o esforço para arrancá-lo de seu seio — não ouro e os diamantes — mas o fruto do trabalho e da labuta de milhões de compatriotas, que não pediam ajuda, mas apenas a oportunidade de serem úteis ao seu país.

Mas, remetemos muitos meses para rápida consulta pelos fatos que marcaram o projeto e a construção de Brasília. A 18 de abril de 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek assina a cidade-gêmea de Anápolis, a mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto de lei, propondo a mudança da Capital da República para o Planalto Central.

A mensagem traçava um histórico da idéia da transferência da Capital, assinalando a importância que a decisão do Congresso teria para o futuro do país.

O projeto fixava a área do futuro Distrito Federal e autorizava o Executivo a constituir uma Sociedade denominada Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a estabelecer e construir o sistema de transportes e comunicações do novo Distrito Federal e a tomar medidas correlatas.

A 29 de junho, entidades de classe e órgãos do governo reúnem-se com a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, para estudo de um Plano Regional e aquisição da área de 5.250 quilômetros quadrados incluídos no sítio da nova capital.

A 4 de julho, o governador José Ludovico de Almeida incorpora os esforços de Goiás na consecução do grande objetivo de interiorização da capital. Três dias depois o Ministério da Agricultura nomeia sua sêrie comissão de técnicos para uma série de estudos e planejamentos relacionados com a mudança da capital.

Em 15 de setembro de 1956, na cidade de Corinto, quando do início das obras da barragem de Três Marias, o Presidente Juscelino Kubitschek declara que "o Governo cumprirá a lei do Congresso que determina a construção da nova capital". No dia 10 do mesmo mês o Chefe do Governo sanciona a lei que dispõe sobre a mudança da Capital Federal. A lei toma o número 2.574 e determina a criação da Nova Capital, destinada a urbanizar e construir a nova cidade com o capital de 500 milhões de cruzeiros, dividido em mil ações de Cr\$ 500.000, que a União subscreve em sua totalidade. A Lei dá à futura capital o nome de BRASÍLIA.

No dia 24 de setembro de 1956 são nomeados pela Presidência da República, respectivamente para presidente e diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, os Drs. Ivo de Sá, Ruy de Sá Silva, Roberto Carvalho Araújo e Ernesto Silva. No dia 25 de outubro do mesmo ano eram nomeados o diretor, Dr. Ivo Meiberg, e o Conselho Administrativo, composto dos Drs. Adraldo Junqueira Aires, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Epilogo de Campos, General Ernesto Duv-

nales, Dr. Oscar Fontoura, e o Conselho Fiscal, com os Srs. Dr. Herbert Moses, Eng. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, Major Mauro Borges Teixeira e os Suplentes Eng. Tenistockes Barcellos Correira e Eng. Vicente Assunção.

Em o último dia do mês de setembro, é publicado oficialmente e divulgado por toda a imprensa o Edital para o concurso nacional destinado à escolha do Plano-Floresta de Brasília.

A 2 de outubro de 1956, chegou à Fazenda do Gama o Presidente Juscelino Kubitschek, a bordo de um Douglas da FAB, que desceu na pista construída ao lado do chamado "Catetinho". O "Catetinho" era uma casa de madeira, que abrigava o Presidente da República, em suas inspeções à Nova Capital, local onde o Chefe do Governo permaneceu, sempre que ia a Brasília, até 30 de junho de 1958, quando se transferia para o Palácio da Alvorada, residência definitiva do Presidente em Brasília.

Fotografia sumamente histórica, colhida a 2 de outubro de 1956, no local da Nova Capital.



Naquela ocasião o presidente Juscelino Kubitschek pronunciou estas palavras: "Disto Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta Alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande Destino". Brasília, 2 de outubro de 1956, Juscelino Kubitschek. O "Catetinho" foi construído em apenas dez dias, por um grupo de amigos do Presidente Kubitschek. Ali, vários atos de fundamental importância para a vida de Bra-



"Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta Alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande Destino."

Brasília, 2 de outubro de 1956.  
Juscelino Kubitschek de Oliveira



silha foram assinados; ali, diversas reuniões tiveram lugar, debatendo o Chefe do Governo com o Presidente Israel Pinheiro, os diretores da Novacap e os Chefes de Serviço os problemas de maior urgência sobre a construção da nova capital. O "Catetinho" - hoje já incorporado ao patrimônio histórico e geográfico da União, através de decreto presidencial, recebeu muitos visitantes ilustres, destacando-se o presidente de Portugal, general Craveiro Lopes, que esteve em Brasília a 20 de junho de 1957, menos de três anos antes da mudança da capital, que hoje se concretiza.

Marco histórico do início da construção de Brasília, o "Catetinho" está definitivamente ligado à história da nova sede do Governo da República. Construção modesta que durante quase dois anos recebeu o Presidente Kubitschek em suas visitas a Brasília, o "Catetinho", em suas paredes de madeira, constitui uma página marcante na história de Brasília. Ali foi fixada uma placa com a seguinte inscrição: "Esta casa, primeira construção de Brasília, executada em dez dias, de 22 a 31-10-1956, foi a residência provisória do Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Participaram desta obra pioneira: João Milton Prates, Oscar Niemeyer, César Prates, José Ferreira C. Alves, Roberto Pena, Dilermano Reis, Emídio Rocha, Vivaldo Lirio, Osório Reis e Agostinho Montandon."

Em óbica mesa de madeira, em campo aberto, a 2 de outubro, o Presidente da República assina o primeiro ato oficial em Brasília: a nomeação do Sr. Mário Mengelletti para o Ministério da Agricultura.

A 9 de outubro de 1956, toma posse na presidência da Novacap o dr. Israel Pinheiro. A 16 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem anuncia o início da construção da rodovia Anápolis-Brasília, integrando o projeto da Transbrasiliana, a BR-14.

O Presidente da Novacap, acompanhado do arquiteto Oscar Niemeyer e engenheiros, estuda, a 1.º de novembro, o local para os primeiros prédios a serem construídos em Brasília. A Novacap já instalou seu escritório na cidade de Luziânia, obtendo ainda a cessão de locais em Anápolis para armazenamento de materiais.

No dia 7 é o Departamento Nacional de Estradas de Ferro que anuncia as obras projetadas para a ligação ferroviária com



Brasília, através da Central do Brasil, via Piraporá, da Paulista, partindo de Colômbia e da Goiás, partindo de Anápolis.

A 10 de novembro, debaixo de forte chuva, o Presidente Kubitschek realiza sua primeira inspeção aos núcleos pioneiros de trabalhadores em Brasília. Já existem então, no sítio da Nova Capital, 232 operários.

A 1.º de dezembro concluem-se os entendimentos para que a Companhia Siderúrgica Nacional forme a Novacap as estruturas metálicas destinadas à construção de um grande hotel em Brasília. No dia seguinte, o arquiteto Oscar Niemeyer conclui a elaboração do plano para o Palácio Residencial do Presidente da República, que recebeu a denominação de Palácio da Alvorada.



A 8 de dezembro, o Presidente Kubitschek volta a Brasília, partindo de Maceté. No dia 11 inauguram-se em Brasília os serviços do S.A.P.S. para fornecer alimentação aos operários locais.

Começa a adquirir vida o Núcleo Bandeirante, onde a iniciativa particular poderá se desenvolver, fornecendo o necessário aos habitantes de Brasília. A "Cidade Livre" - assim chamada - tem caráter provisório e será extinta tão logo Brasília, em sua zona definitiva, possua todos os recursos necessários à sua vida. Hotéis, Pensões, bancos, empresas de aviação, padarias, açougues, agências de automóveis, postos de gasolina, começam a se estabelecer no Núcleo Pioneiro.

Em sua mensagem de Ano Novo, falando



pelo rádio e pela televisão, disse o Presidente Kubitschek: "Conheço as críticas aos trabalhos que vem sendo feitos pelo meu Governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa con-

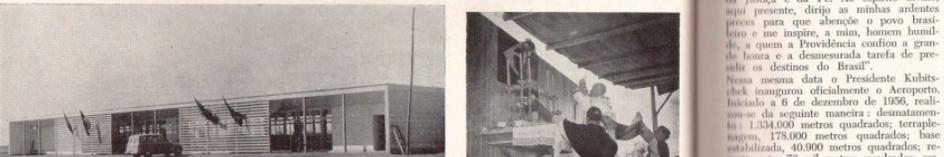
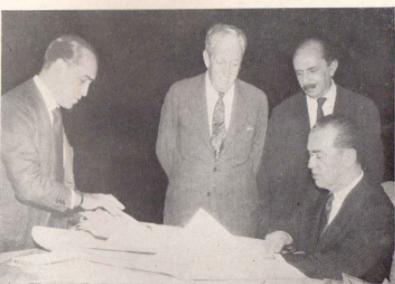
sumação de posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso. Sei e medí todas as consequências dessa mudança da capital. Não desconheço que acrescentei esforços e canceiteiros maiores aos duros trabalhos que pesam sobre os ombros do Governo. Mas era preciso dar o passo decisivo. E o passo decisivo foi dado. Não se flutua ninguém e a Constituição será cumprida em benefício de todos, do país e deste Rio de Janeiro, que nada sofrerá com a mudança, ao contrário, porque não é por ser capital da República que se expande esta cidade, hoje com razões tão profundas, e que continuará cada vez mais forte e mais bela".

Já em janeiro de 1957 anuncia-se que Brasília conta com 2.500 operários, empregados nas diversas obras que se realizam no Planalto Central Brasileiro. No Palácio do Catete, a 18 de Fevereiro, o Sr. Juscelino Kubitschek preside a cerimônia de assinatura da escritura de transferência para a União, de 30.933,750 alqueires geométricos de terras situadas dentro dos limites de Brasília, correspondentes a um quarto da área da futura Capital do país.

A 16 de março, o Chefe do Governo dirige calorosa mensagem à Primeira Sessão Nacional Modernista, que se realiza

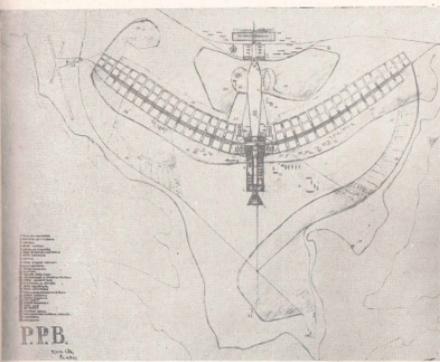
em São Paulo. Os congressistas visitam Brasília, após a realização do conclavo.

A 19, são divulgados os elementos principais do projeto vencedor do Plano-Piloto de Brasília, de autoria do urbanista Lúcio Costa, que diz: "... será uma cidade a um tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional". Brasília será monumental por ser simples e rica em seu traçado. Um triângulo e forma tradicional do equilíbrio — constituirá o local reservado aos Três Poderes, o Executivo e o Supremo Tribunal na base, e o Congresso Nacional no vértice. O Congresso fica voltado para uma imensa esplanada retangular, à maneira do mall dos ingleses. Ao longo dessa esplanada verde erguer-se-ão os edifícios ministeriais. Aos edifícios dos ministérios militares tocará uma praça autônoma, sem fugir ao conjunto, o mesmo aconteceu com a Catedral, que ficará disposta lateralmente. O setor cultural é tratado à maneira de parque, para melhor ambientação de museus, bibliotecas, academias, planetário, etc. Conclui-se, vem a Cidade Universitária, com Hospital de Clínicas e Observatório. O Eixo Monumental leva a setores em que haverá hotéis comerciais e de turismo. O problema residencial é previsto na forma de grandes quadras rodeadas de densa arborização".



O primeiro núcleo policial de Brasília foi instalado a 1.º de abril, chefiado pelo coronel de Polícia Militar, Antônio Muzzi. Já no dia seguinte era inaugurado o Aeroporto de Brasília, dotado de pista pavimentada de 3.300 metros de extensão, a maior do Brasil. Acompanhado dos embaixadores de Portugal e da França, o Presidente Juscelino Kubitschek desceu na nova pista, que, desde então, passou a receber grande número de aviões militares e comerciais. E os mais severos testes foram submetidos à pavimentação da pista do Aeroporto. Os maiores aparelhos — inclusive os modernos jatos BOEING-707 — desceram no Aeroporto de Brasília, cuja pista está preparada para qualquer tipo de aeronave. E no dia 28 de abril, na sessão inaugural do IV Congresso de Municípios, no Rio de Janeiro, o Presidente da República assim se refere a Brasília: "O novo Governo, como sabeis, tem as vistas voltadas para o interior e se empenha de fato e de vontade em que o país procure o seu natural centro de gravidade, valorizando as grandes áreas do "hinterland". Brasília é o corolário desse movimento para dentro; é, ao mesmo tempo, meta e ponto de partida, porque a marcha para o interior se frustrará, sem aquela base de apoio".

Espetáculo tocante foi, sem dúvida, a primeira missa de Brasília, oficiada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, a 3 de maio de 1957. Quinze mil pessoas acorreram a Brasília nesta data, quando ainda não haviam surgido as construções que hoje completam Brasília, no essencial para o funcionamento da sede do governo. O Cardeal Vasconcelos Motta leva para Brasília a imagem de Nossa Senhora Aparecida, madrinha da nova capital e ofertada a Brasília pela cidade de São Paulo. Durante a missa faz-se ouvir o coral feminino da Universidade Mineira de Arte, dirigindo o Cardeal Motta uma saudação ao Presidente da República, em que salienta a importância de Brasília, que será o "acontecimento máximo depois do Ipiranga" e "o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional". Concluiu o Cardeal Motta dizendo: "Nã Bíblia se lê como plautum Deus, no meio



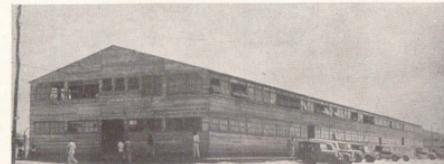
do paraíso terreal, a miraculosa árvore da vida. Brasília é a árvore da vida nacional providencialmente plantada no Planalto Central da nossa Pátria. Que as bênçãos de Deus e da Virgem Mãe de Deus façam com que Brasília cresça, floresça e frutifique em perene primavera da vida nova do Brasil. Incipit vita nova!". Após a missa, e pela primeira vez, o presidente Juscelino Kubitschek falou de Brasília ao povo brasileiro. E em suas palavras, de improviso, disse: "O quadro da celebração da Primeira Missa, em Brasília, não será levado para o esquecimento; aí se vivia uma hora que a história vai fixar. A 3 de maio, Brasília torna-se autenticamente brasileira, porque, desde as origens, o Brasil existe com a presença de Cristo. Com a Primeira Missa planta-se em Brasília uma semente espiritual". Continuando, disse o Presidente Juscelino Kubitschek do seu desejo de que Brasília se modelasse na conformidade dos altos desígnios de Deus, de que a Providência faça da cidade terrestre um reflexo da Cidade de Deus.

"Que ela cresça sob o signo da Caridade, da Justiça e da Fé. Ao espírito divino, aqui presente, dirijo as minhas ardentes preces para que abençoe o povo brasileiro e me inspire, a mim, homem humilde a quem a Providência confiou a grande honra e a desmesurada tarefa de presidir os destinos do Brasil".

Nessa mesma data o Presidente Kubitschek inaugurou oficialmente o Aeroporto. Iniciado a 6 de dezembro de 1956, realizou-se da seguinte maneira: desmatamento de 1.330.000 metros quadrados; terraplanagem, 178.000 metros quadrados; base estabilizada, 40.900 metros quadrados; revestimento, 73 mil metros quadrados; serviços topográficos, de localização e nivelamento, 25 quilômetros. A pista tem o comprimento de 3.300 metros (a maior do Brasil). Na primeira fase foram concluídos 2.400 metros de pista, na largura de 45 metros.



A 14 de maio chegou a Belém o engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo, diretor executivo da Novacap e vice-governador de Goiás, que iniciou a discussão de detalhes, com a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, para a construção da rodovia Belém-Brasília, com 2.200 quilômetros de extensão, possibilitando a que o Brasil se integrasse em si mesmo, unido, através de rodovias modernas e eficientes, e norte ao extremo sul do país. Bernardo Sayão — que mais tarde tornaria na Belém-Brasília, pagando com a vida a consulta de desastiar a selva amazônica, foi o cérebro e os braços na abertura da grande estrada, que está permitindo nas matas nunca antes penetradas, um surto de progresso inenarrável. O florestamento e o reflorestamento de Brasília não foi esquecido. A 23 de maio o Presidente da República aprovou o termo de acêdo entre a Novacap e o Ministério da Agricultura para estudos e efetivação do florestamento e reflorestamento da área de Brasília. Na mesma ocasião, a



Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura inicia um plano de trabalho para a instalação de um parque de reserva que represente um refúgio de animais silvestres na imediação da Nova Capital, com o fim de preservar a fauna. Também o Instituto Nacional de Imigração e Colonização dá início às suas atividades na área de Brasília.

A 2 de junho, os padres Salesianos — ordem fundada por Dom Bosco — dão início à construção de um glaciário, às expensas da Novacap, que tomou o nome do fundador da Ordem. Em 1953, Dom Bosco teve uma visão, na qual a nova terra da promessa surgiria entre os paralelos 15 e 20, no Brasil. Esta é a localização exata de Brasília.

A primeira Dama do País, Sra. Sara Kubitschek, visitou Brasília, pela primeira vez, a 24 de junho de 1957.

A 25 de junho, despedindo-se, no Recife, do Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes, o Presidente da República pronunciou as seguintes palavras:

"Fêz Vossa Excelência o que poucos brasileiros fiz fizeram em todos os tempos: Traçou, no roteiro da aviação, uma linha de viagens do extremo sul ao extremo norte do Brasil, indo diretamente do Porto Alegre a Manaus, pelo interior do Pólo Alégre, pelo interior do Pólo Central, completando o simbolismo dessa jornada, com a permanência de três dias em uma noite em Brasília. E nada me poderia ser mais grato e mais grato aos brasileiros, do que o seu desejo e o seu ígneo em visitar Brasília, com as palavras de fé e de confiança em nossa Nova Capital que V. Excia. pronunciou em seu discurso naquele cruzreiro, no pé do qual, a 3 de maio deste ano, da cidade de Santa Cruz, foi rezada uma primeira e histórica missa pelo eminente Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo, semelhante nobre e como réplica de altas intenções daquela histórica missa rezada um dia de abril, naquele distante e quente lendário ano de 1500, quando os portugueses que acabavam de descobrir a chamada terra de Santa Cruz preferiram, para marcar o seu domínio, antes plantar uma cruz na terra do que impor o seu poderio pela espada.

Se coube aos portugueses fundar as nossas duas primeiras capitais a do Salvador e a do Rio de Janeiro, permaneceram historicamente lembrado que Vossa Excelência foi o primeiro chefe de Estado não brasileiro a visitar a nossa terra e definitivo capital. O que pensei em minhas meditações, proclamo agora, perante V. Excia. Agradeço a Deus o privilégio que me concedeu de encarnar, como Presidente da República, o espírito pioneiro e o sentimento nacional que me deram inspiração e força para construir Brasília no coração do Brasil, com um sentido de transformação e transfiguração do meu País".

A 2 de julho, em Montes Claros, inaugurando uma exposição científica, no programa comemorativo do centenário da cidade, o Presidente Juscelino Kubitschek em discurso, refere-se a Brasília, "cuja iminente realidade já assinala que tem de encetar as comodidades do litoral e enfrentar os fascinantes problemas de uma nação que caminha para grandes destinos". O primeiro congresso Científico de Brasília

Hospital do I.A.P.I., que passam a prestar serviços a todos os segurados da Previdência Social, em Brasília.

A 7 de agosto instala-se em Brasília o primeiro núcleo de imigrantes japoneses, que iniciam suas atividades na área do cinturão verde da Nova Capital. Os colonos chegados a Brasília são elementos rigorosamente selecionados, que se especializam em horticultura e na preparação de pomares, todos eles com longa experiência no país de origem.

No dia 9, parte de Brasília a tocha do Pólo Simbólico, com destino a Porto Alegre, passando pelas capitais e cidades de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba e Nova Capital.

Quando se completar a mudança da Capital, com todos os serviços administrativos do governo instalados no Planoalto Central, Brasília terá um contingente de 30.700 servidores, cuja transferência será gradual. O critério foi fixado pelo Dasq que levou os resultados de seu trabalho ao Presidente da República, no Palácio das Laranjeiras, ocasião em que o Chefe do Governo declarou: "O deficit anual da Estrada de Ferro Central do Brasil é o preço da construção de Brasília.

A futura Capital é um emprego fantástico, dada a valorização que fatalmente ocorrerá".

A 30 de agosto de 1957 os representantes das classes produtoras do país, em número de 300, reafirmam a sua fé e o seu entusiasmo pela construção de Brasília, num encontro na Nova Capital com o Presidente da República. Ovinado a exposição do presidente da Novacap, dr. Israel Pinheiro, os líderes da indústria, do comércio e da agricultura manifestaram a sua disposição de colaborar com o grande empreendimento, que significa a redefinição econômica do Brasil. Na ocasião o dr. Israel Pinheiro esclarece que quem construir realmente Brasília será a iniciativa privada; a Novacap apenas urbanizará e fiscalizará as obras. Os prédios planejados para a Novacap não ultrapassam a cinco por cento do total das construções previstas. Deixei dias depois, 80 alunos da Escola Superior de Guerra chegarem a Brasília, sob o comando do Brigadeiro Alves Séco. Note-se que, em toda sua construção, Brasília foi visitada por todas as turmas de alunos da mais alta escola de estudos militares do país.

A 15 de setembro visitamos Brasília os congressistas da Sétima Conferência Nacional de Jornalistas. 48 horas depois é assinado o decreto criando a Companhia de Guardas sediada na Nova Capital. Na mesma ocasião é fundado o Aéreo Clube de Brasília.

No dia 20 de setembro, em Washington, o Brasil recebe do Banco de Exposição e Importação a soma inicial de UR\$ 10 milhões, para financiamento da compra de estruturas de aço para 11 edifícios de Brasília. Falando na ocasião, o então Embaixador Amaral Peixoto diz:

"O aço que será usado na estrutura projetada para a Nova Capital, pode ser considerado, e em si mesmo, um símbolo da força das tradicionais relações entre nossos dois países. No aço da Usina de Volta Redonda, como no aço destinado a Brasília, vemos um símbolo da colaboração

norte-americano-brasileira no quadro das realidades do século XX. Brasília é uma obra de pioneiros. É o início de uma realidade futura e é justo que os Estados Unidos estejam associados conosco nessa empresa do futuro, como neste estado no passado".

A 27 de setembro é inaugurada a primeira agência da Caixa Econômica Federal em Brasília.

Na terça-feira, 1.º de outubro de 1957, no Palácio do Catete, o Presidente Juscelino Kubitschek sanciona, em solenidade realizada ante todo o Ministério, parlamentares, membros do Poder Judiciário e altas autoridades civis e militares, a lei do Congresso Nacional que fixa a data de 21 de abril de 1960 para a mudança da Capital Federal para Brasília. Uma caneta oferecida por jornalistas goianos é utilizada na histórica solenidade, quando o Presidente Juscelino Kubitschek diz:

"Este ato representa o passo mais vital, mais enérgico, que a Nação dá, após a sua independência política, para a sua plena afirmação, como povo que tomou a sua própria uma das mais extraordinárias tarefas que a história contemporânea viu atribuída a uma coletividade: a de povoar e civilizar as terras que conquistou, vastas como um continente; a de integrar, na comunhão dos povos, para o bem comum dos homens, um dos mais ricos territórios do mundo. Sendo este ato, ao mesmo tempo, o maior e mais severo compromisso que o Brasil toma consigo mesmo, entendi que a ele deviam estar presentes as altas autoridades da República, os representantes mais credenciados da nossa cultura e das nossas forças produtoras, todos aqueles que, com a inteligência, a energia e o trabalho perseverante podem concorrer para que a Nação não falhe, nessa histórica empresa".

A lei sancionada e que hoje tem o seu efetivo cumprimento, tomou o número 3.273. A 18 de outubro, o Ministro da Educação, dr. Olívio Salgado, inaugura a primeira escola de Brasília. O novo estabelecimento, projetado por Oscar Niemeyer, foi construído em apenas 20 dias, recebendo, de imediato, trezentas crianças, filhas de engenheiros e operários da Novacap.

"Na inauguração de Brasília, três de automóvel, com a complementação asfáltica da estrada Belo Horizonte-Brasília. Esta declaração foi feita pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de outubro de 1957, numa entrevista à imprensa. Dentro dos planos de metas previamente traçadas, agora, na inauguração da Nova Capital do Brasil, o Chefe do Governo foi a Brasília em carro de fabricação brasileira, usando gasolina brasileira, trafegando em rodovia pavimentada com asfalto brasileiro. Nesse mesmo dia os presidentes das autarquias da Previdência Social, em reunião com o Presidente da República, traçam os planos de construção dos apartamentos para os servidores públicos transferidos.

No dia 26 é lançada a pedra fundamental do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, construído em Brasília por iniciativa da sra. Sara Kubitschek. Na ocasião, discursando, disse o Presidente da República:



"Como em todas as grandes obras humanas, tudo teria de ser feito na base do bem-estar físico e espiritual dos indivíduos, por uma assistência operante e por um mínimo honroso de tranquilidade familiar. Sem estes alicerces, nenhuma realização do homem poderia se reverter das características da previdência".

A 7 de novembro, o Presidente Kubitschek, em companhia dos engenheiros Bernardo Sayão e Waldir Bonhid, sobrevoa longamente o traçado previsto para a ligação rodoviária Belo-Brasília. Evjze que uma caravana de Belém via da capital paraense a Porto Alegre, por rodovia, a 3 de abril de 1960. (Este feito pioneiro, com a ausência de Bernardo Sayão, morto nas selvas amazônicas, foi efetivado em janeiro e fevereiro de 1960, antecipando-se em mais de três meses esta meta da maior importância para a vida de Brasília).

A 16 de novembro é firmado entre o Ministério da Agricultura e do Governo de Goiás, um convênio para o fornecimento de energia elétrica a Brasília, através da Usina da Cachoeira Dourada.

A 12 de dezembro, discursando em Belo Horizonte, no sexagésimo aniversário de fundação da cidade, o presidente Juscelino Kubitschek assin se refere a Brasília:

"Na vossa ambição de progresso, na vossa lição de pioneirismo, na desistência amada de daqueles que criaram esta cidade, o Brasil está se inspirando para edificar Brasília. Se nós mesmos fizemos, construindo um tempo, um dia, mais ricos territórios — por que do esforço, da tenacidade do Brasil inteiro não poderá nascer Brasília? Ufano-me de que tenha cabido a um homem desta região a oportunidade de concretizar esta vella aspiração pioneira da mudança da capital para o seu lugar exato, que significa uma acertada medida de defesa do Brasil, de posse integral do Brasil, de conquista efetiva de uma das zonas mais adiantadas e fecundas do nosso interior território".

É na última noite de 1957, falando pelo rádio, em sua mensagem de Ano Novo, referindo-se a Brasília, diz o Presidente da República:

"Um povo que corajosamente planta a sua Nova Capital a 200 léguas da Costa Atlântica, mudando o Brasil de posição e realizando um feito que é reputado, no exterior, como um dos mais arrojados e fecundos empreendimentos do mundo moderno, pelas dificuldades que estão sendo vencidas pela imensa repressão que terá de enfrentar a nova cidade, que terá de ser capaz de aprisionar o rio São Francisco, arrancar-lhe a sua fabulosa potência, construindo uma barragem como a de Três Marias, que será a quinta do mundo e aumentará em 550.000 quilowatts o potencial energético desse novo rio, pode nem deves deserer do seu porvir".

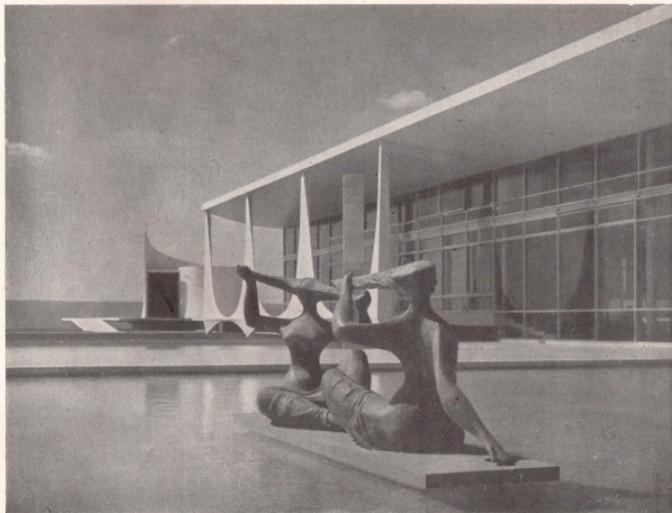
A 6 de janeiro de 1958, foi oficialmente inaugurada pelo Presidente da República a ponte de concreto armado sobre o Rio das Garças, o Rio Araguaia, ocasião em que o Chefe do Governo, declarou:

"Brasília está crescendo vigorosamente; com Brasília crescerá o Brasil Central e a população irremediavelmente desce em gigantescos contingentes os ventos os sentidos a arrancada de prodígio dos nossos mares".

A 2 de maio de 1958, o Brasília Palace Hotel recebeu os seus primeiros Hóspedes, nas figuras do Presidente do Paraguai.



## a construção de Brasília



Gracas ao esforço dos dirigentes da Novacap, unido ao braço operário e ao rugido das máquinas, Brasília pôde obter a sua construção em tempo útil, para hoje ser inaugurada.

Mais uma vez se viu quanto vale e quanto pode a opressidade do homem, quando o assiste a vontade iluminada pela concepções sábias da inteligência. E para isto atentar, aí está Brasília, a Nova Capital brasileira, ostentando toda sua beleza urbanística e arquitetônica, como um obelisco de glória a imortalizar os seus legítimos idealizadores e seus bravos executores.

E para que o leitor melhor ajíze dos fatos e realizações, vamos citar e descrever as obras inauguradas e em andamento. Assim, somente assim, o juízo poderá ser realmente equitativo.

### Obras executadas.

A Novacap concluiu brilhantemente, em tempo recorde, os seguintes edificios: Palácio da Alvorada, com 13.000m<sup>2</sup>, incluindo-se o Anexo de Serviços e a Capela Presidencial, iniciado em fevereiro de 1957 e solenemente inaugurado em 30 de junho de 1958; Brasília Palace Hotel, o majestoso hotel de turismo, com 13.920m<sup>2</sup> de área construída, cuja construção teve início em setembro de 1957, igualmente inaugurado a 30 de junho de 1958; Supremo Tribunal Federal, com 10.190m<sup>2</sup>, obra começada em 10 de julho de 1958; Palácio do Planalto, com 36.000m<sup>2</sup>, começado a construir em 10 de julho de 1958; Congresso Nacional, com 32.776m<sup>2</sup>, iniciado a 4 de janeiro de 1958; 11 Edifícios Ministeriais, com 210.000m<sup>2</sup>, iniciados a 18 de julho de 1958; Escola Parque, com 6.000m<sup>2</sup>; 8 Módulos duplos de lojas e Calçôes, com 4.440 m<sup>2</sup>; Quartel da 6.ª Companhia de Guarda, com 3.215m<sup>2</sup>; Granja-Modelo G-2 (Ipe), G-3 (Tórto) e G-4 (Tamanduá), cada uma com



2.710 m<sup>2</sup>; Departamento de Assistência Médica, com 2.255m<sup>2</sup>; Central Telefônica Sul, com 2.028m<sup>2</sup>; Dependências do Jardim Zoológico, com 1.146m<sup>2</sup>; Escola-Classe, com 1.140m<sup>2</sup>; Colégio Dom Bosco, com 1.211m<sup>2</sup>; Escritórios dos Departamentos de Edificações e Urbanismo e Arquitetura, com 1.000m<sup>2</sup>; Hangar do Aeroporto, com 886 m<sup>2</sup>; 14 lojas comerciais, com 560m<sup>2</sup>; Museu de Brasília, com 417m<sup>2</sup>; Paranoá Clube, com 325m<sup>2</sup>; Di-rectoria de Rotas Aéreas, com 299m<sup>2</sup>; aumento da Estação de Passageiros do Aeroporto, com 250m<sup>2</sup>; Correios e Telégrafos, com 160m<sup>2</sup>; Posto de Puericultura, com 144m<sup>2</sup>; e Supermercado da Unidade de Vizinhança, com 2.454m<sup>2</sup>. Encontram-se em conclusão as seguintes obras: Anexos dos Ministérios, com 18.831m<sup>2</sup>; Anexos do Brasília Palace Hotel, com 6.000m<sup>2</sup>; 8 Módulos duplos de lojas, com 1.920m<sup>2</sup>; Hospital Distrital de Brasília, com 32.000m<sup>2</sup>; Anexos do Congresso Nacional, com 29.000m<sup>2</sup>; Departamento de Imprensa Nacional, com 13.000m<sup>2</sup>; Catedral de Brasília, com 3.000m<sup>2</sup>; Cinema da Unidade de Vizinhança, com 2.000m<sup>2</sup>; Observatório Meteorológico, com 1.000m<sup>2</sup>.

### Obras em andamento.

Em andamento, acham-se as seguintes obras: Tribunal de Contas da União, com 17.640m<sup>2</sup>; 3 blocos de apartamentos, com 12.000m<sup>2</sup>; 6 residências ministeriais, com 3.667m<sup>2</sup>; 2 Escola-Classe, com 2.280m<sup>2</sup>; 2 restaurantes da Unidade da Vizinhança, com 1.355m<sup>2</sup>; Escola-Média Comprehensiva e Torre de Televisão.

### Obras das Autarquias.

Diversas autarquias de providências vêm construindo em Brasília. O I. A. P. I. tem a seu cargo 24 edificios residenciais de 6 pavimentos sobre pilotis;

34 de 3 pavimentos e 3 edificios para sua sede. Nesses blocos, há 4 tipos de apartamento, com área variável de 40 a 150m<sup>2</sup>. Desses conjuntos, acham-se prontos para serem habitados, 5 edificios na Eperiquadrada 105, com 180 apartamentos; 9 edificios na Superquadra dupla 409/410, com 338 apartamentos.

Dos 11 blocos projetados pelo I. A. P. C., com o total de 432 unidades residenciais, já foram concluídos 3 na Quadra e 5 na Quadra 106. Os 3 restantes encontram-se em acabamento. A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários e Empregados em Serviços Públicos, construiu 11 prédios com 432 apartamentos.

A cooperação do I. A. P. E. T. C. no esforço imobiliário realizado em Brasília foi de 11 edificios, com 420 unidades residenciais.

Entre as obras já executadas pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, incluem-se 222 casas residenciais de dois pavimentos; 28 lojas de 3 pavimentos, com loja, sobreloja e residências; 34 lojas comerciais com sobreloja, na Quadra 107; 34, idem, na Quadra 103; e 3 hotéis de dois pavimentos, com um total de 102 pavimentos. A Fundação da Casa Popular, de 1957 a 1959, construiu 500 residências de um pavimento, o 840 apartamentos, distribuídos por 28 blocos de três pavimentos. Em andamento, mais 6 blocos de 3 pavimentos, com 180 apartamentos de sala e três quartos.

Constrói o I. P. A. S. E., em Superquadras 206 e 208, 22 blocos de 6 pavimentos, sobre pilotis, com 768 apartamentos de três tipos.

Para o "habite-se" foram entregues 96 apartamentos do tipo C, 144-B e 48-A.

Programo ainda, para o corrente exercício, a construção de um conjunto residencial com 210 casas, e escola primária e 1 jardim de infância.



Vista panorâmica do setor das Super-Quadras.



Blocos de apartamentos, vendo-se em primeiro plano a avenida já asfaltada.

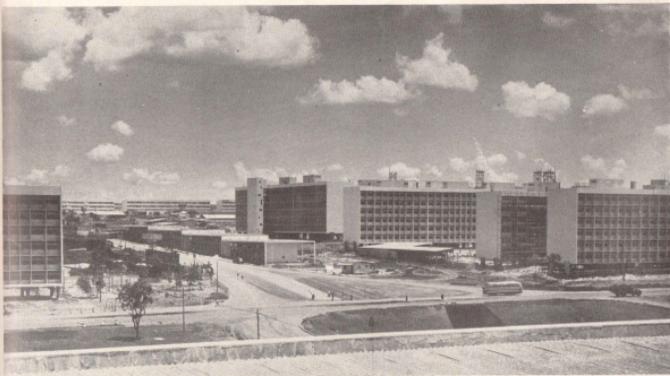


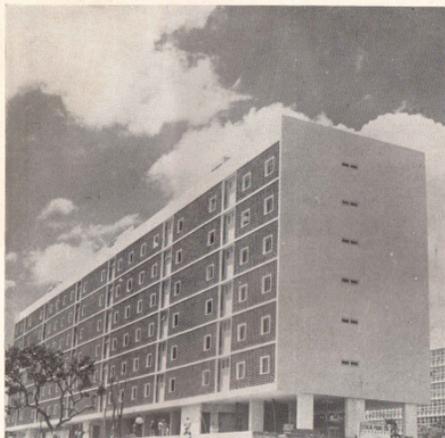
Vista aérea do Setor de Habitação das Super-Quadras.



Perspectiva de vários edifícios de apartamentos.

Uma entrada de quadra, vendo-se o trevo e as lojas residenciais.





Edifício de apartamentos do IAPI.



Foto aérea da curva do Eixo Rodoviário.



As casas da ECEL, vendo-se a frente ajardinada.



Casas residenciais da Caixa Econômica.

Novos escritórios da NOVACAP.

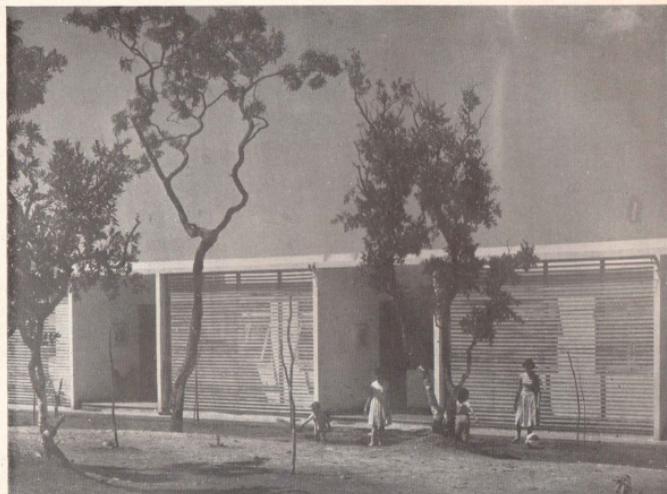
Sector comercial local.





Vista aérea onde aparecem o Super-Mercado e o Posto de Assistência Médica.

Super-Quadras e casas populares.



Tipo padrão das residências da Fundação da Casa Popular.

Eixo Rodoviário Sul

#### Urbanização.

Foram construídos e asfaltados, no Setor Sul: Eixo Rodoviário, Ruas Paralelas, Ruas Transversais, Avenida das Nações, Praças dos Três Poderes, Avenidas de acesso aos loteamentos externos ao Lago, Esplanada dos Ministérios, Aeroporto Internacional, 75 viadutos e passagens de nível inferior, e a Plataforma Central no cruzamento dos eixos principais, com 19.000m<sup>2</sup>.

A Novacap colocou à venda, por intermédio de seus escritórios do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Anápolis, Belo Horizonte e Goiânia, 18.018 lotes em Brasília.

Os números expressam a boa aceitação que obtiveram os terrenos e a confiança que o povo brasileiro deposita no progresso da nova metrópole. Daquela total, foram vendidos 13.769, no valor de Cr\$ . . . . . 4.755.803,10, restando, pois, para venda, apenas 4.249 lotes.

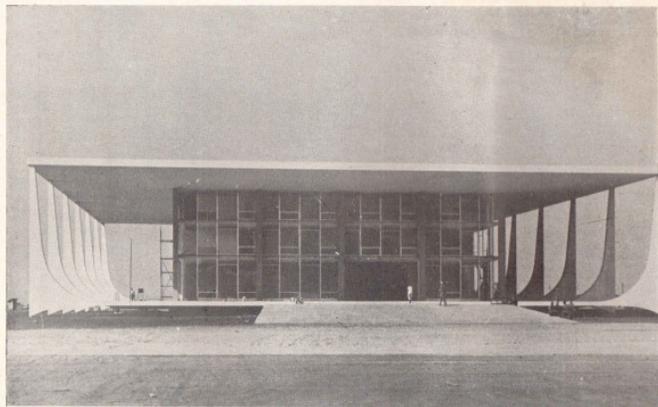


praça d' s  
três poderes



Congresso Nacional.

Praça dos Três Poderes.



Supremo Tribunal Federal.

Palácio dos Despachos (Planalto).

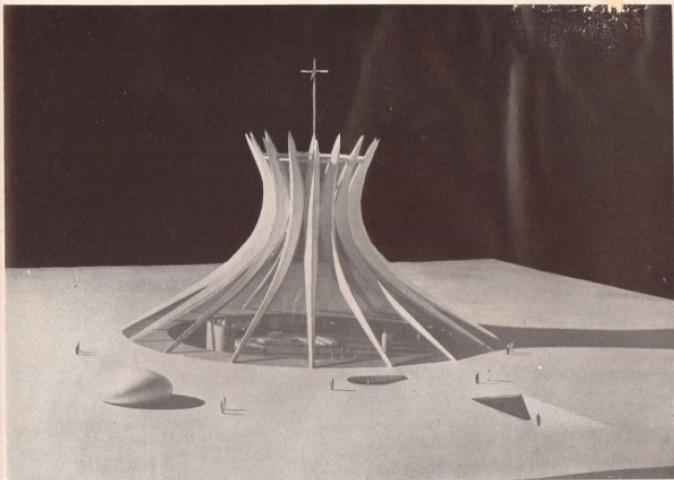




Estado atual da construção da Catedral.



Dois blocos dos Ministérios.



Maquete da Catedral.

Uma ala da esplanada dos Ministérios.



## Ferrovias.

O entrosamento de Brasília com o sistema ferroviário do País está assegurado com a Brasília-Pirapora, na Estrada de Ferro Central do Brasil e Brasília-Colômbia (SP), na Estrada de Ferro Paulista.

Esta última, cruzando a Estrada de Ferro Goiás, em Pires do Rio, articulará a Nova Capital com a Rede Mineira de Viação e a Estrada de Ferro Mogiana. Graças a estes sistemas, Brasília ficará vinculada a todos os pontos do território nacional, através das redes já existentes. As obras do trecho Brasília-Surubá (86 km) foram atacadas com toda a intensidade possível. Em franco desenvolvimento acham-se também as do trecho Pires do Rio-Surubá, que de par com o Surubá-Brasília, ligará a Nova Capital ao sistema ferroviário nacional, através de uma linha de 240 km. Os serviços de terraplenagem desta última encontram-se no grade 94 km, ou seja, 39% da extensão.

Utilizarão-se 3 viadutos, em passagens superiores de cruzamento da ferrovia com as rodovias Brasília-Anápolis e Brasília-Belo Horizonte, num total de 144m. Das 119 obras de arte correntes concluídas, 82 foram executadas em 1959.

A Pirapora-Brasília, cujo término é previsto para segunda etapa, prossegue normalmente, encontrando-se os trabalhos de construção no grade 66km, corresponde a 80% do trecho atacado. Os serviços de terraplenagem alcançaram um volume de 960.000m<sup>3</sup>, e construirão-se 48 obras de arte, das quais 27 em 1959. Ainda no trecho de Pirapora, merece destaque a ponte sobre o rio Tobi, de 30m de vão, com os pilares e encontros concluídos em dezembro.

De 1957 até 1959, as despesas com os serviços ferroviários a cargo da Novacap elevaram-se a Cr\$ 271.101.000,00, assim distribuídas: Cr\$ 1.075.428.000,00 na ligação Brasília-Pires-do-Rio. Cr\$ 195.673.000,00 no trecho que vai de Pirapora ao rio do Sono.

## Rodovias.

### Rodovias.

A partir de dezembro de 1959, Brasília se acha integrada no sistema rodoviário nacional. A conclusão das linhas Brasília-Anápolis e Brasília-Belo Horizonte veio assegurar as comunicações para qualquer ponto do País.

A grande rodovia Belém-Brasília cobrindo uma extensão de 2.194 km, teve o seu término antecipado para fevereiro deste ano.

Por concluir, acha-se apenas a ponte sobre o Tocantins, nas dividas dos Estados de Goiás e Maranhão, cuja travessia ainda está sendo feita por meio de balsas. Esta ponte, imponente obra de engenharia, que mede 532,7m de comprimento e 10 de largura, apresenta um arco central de 132,5m, cuja altura permite livre passagem às embarcações que navegam o Tocantins.

A rodovia Brasília-São Paulo está toda pavimentada, com a exceção normal. Ainda em 1959, executou-se o trecho Brasília-Luzitânia, totalmente pavimentada, setor de rodovia-tronco Brasília-Belo Horizonte, cuja construção esteve a cargo da Novacap.

## Energia.

No abastecimento de energia elétrica, venceram-se as seguintes etapas: construção da Barragem de Paranó, possibilitando um aproveitamento de 30.000 H.P., com todo o material indispensável já adquirido; término da primeira etapa da Usina de Cachoeira Dourada, com a instalação de duas unidades de 18.900 H.P.; o início da segunda etapa — elevação da Barragem — que proporcionará um potencial de ... 135.000 H.P.; acabamento da linha de transmissão de 180 km, que liga Goiânia a Brasília; construção e montagem da subestação principal, ponto de convergência para os circuitos de 220.000 volt provenientes da Usina da Cachoeira Dourada. Junto a essa subestação abutadora instalaram-se grupos termelétricos auxiliares, com capacidade de 13.500 KW.

Para a distribuição de energia elétrica na Asa Sul e no Eixo Monumental, já se executaram serviços que correspondem a 60% da rede subterrânea, com 250 km lineares de ductos; a 70% das subestações de 33.000/13.200 volt; a 50% das redes aéreas de 33 KV inclusive linha de transmissão para a Estação Elevatória do Sistema de Abastecimento de água; e 50% da parte de construção civil das Subestações dos Edifícios Públicos. Concluiu-se a construção e a montagem de 3 usinas termelétricas, de energia, com a capacidade total de 2.400 KW. e a das redes

áreas provisórias, para abastecimento dos diversos cantoneiros de obra.

## Telecomunicações.

Encontram-se em operação as seguintes redes: serviço telefônico local, com uma central automática de 200 linhas, servindo 100 km de extensão; serviço telefônico interurbano, com um canal bilateral de radiotelegrafia ligando Brasília ao Rio de Janeiro; serviço telegráfico, atendido por dois canais de rádio Brasília-Rio, com equipamento de manipulação automática Creed e teletipos.

Ultimearam-se os trabalhos no serviço local, da instalação da Central Telefônica-Sul, com a capacidade, no início de 5.000 linhas, e mais 6 postos satélites que perfazem 900 linhas. Essa estação, servida por contadores de chamada, equipamentos de controle, testes eletrônicos e informações automáticas, é das mais bem aparelhadas do mundo. A entrega da primeira etapa, rede subterrânea de ductos, compreendendo a Asa Sul e o Eixo-Monumental, possibilitará a instalação de, aproximadamente, 15.000 telefones. Serão estendidas linhas automáticas às cidades-satélites de Brasília, Schradinho e Taguatinga, permitindo funcionar, pela primeira vez no País, um serviço telefônico rural automático. Quanto ao serviço interurbano, fez-se a ligação Brasília-Rio de Janeiro, via-rádio

(ondas curtas), pelo sistema independente side-band, com 12 canais. Esse equipamento será também utilizado para ligações diretas com Recife, Salvador e Porto Alegre, pelo radiotelefone em micro-ondas. Ficou estabelecido o radiotelefone em micro-ondas Brasília-Uberlândia-Uberaba-Belo Horizonte-Rio de Janeiro, que proporciona 132 ligações simultâneas.



## Água e esgotos.

Também neste setor se ultimaram obras de vulto, entre as quais a conclusão da Barragem do Tórto, primeira etapa para o abastecimento do Plano-Piloto, e a construção da Usina de Recalque e da Linha Adutora, com extensão de 9 km e diâmetro de 1m.

Ao lado do reservatório R1, ergue-se a Estação de Tratamento, cuja parte de construção civil (filtros e decantadores) foi iniciada e concluída em 1959. No mesmo prazo construiram-se os Reservatórios R1 e R2, com igual capacidade: 30 milhões de litros.

Na Zona Sul, concluíram-se 115 km de uma rede de água potável que terá 140 km. Igualmente, utilizou-se o serviço de captação e distribuição por gravidade do bairro D. Bosco. Ainda no Setor Sul, para o escoamento das águas pluviais, Brasília dispõe de uma rede de 106km de galerias.

Quantos a esgotos sanitários, dos 51km previstos para a primeira etapa, 38km já se instalaram em vários distritos. Está funcionando também uma estação depuradora.

## Abastecimento.

O abastecimento de Brasília não oferece problema, graças a providências diretas da Novacap e à sua política de estímulo aos empreendimentos privados.

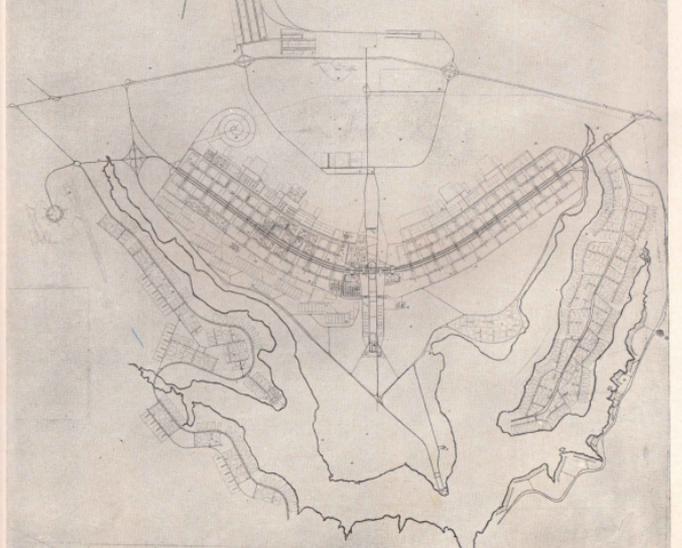
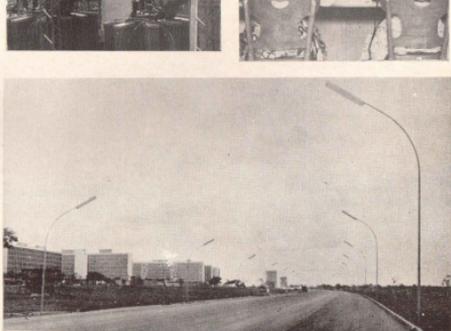
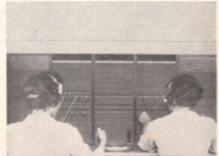
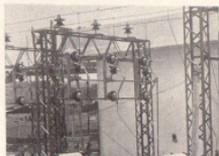
No tocante à avicultura, construiu-se uma colônia-modelo para 75 mil aves, a fim de suprir as deficiências da iniciativa particular e prestar assistência técnica aos criadores, fornecendo-lhes plantões de alta linhagem.

O consumo de produtos da pequena lavoura vem sendo regularmente atendido pela Cooperativa Agrícola Mista, há mais de dois anos.

Para racional distribuição dos produtos, está-se construindo um centro de abastecimento, com a área de 1.400.000m<sup>2</sup>, e três supermercados distribuídos.

Além de um estabelecimento, possui Brasília uma usina de pasteurização, apta a beneficiar 30 mil litros de leite diários.

Acha-se em construção um armazém frigorífico, com capacidade de estocagem para abastecer de carne bovina um núcleo de 300 mil habitantes durante três meses. Como se vê, a Novacap cumpriu à risca o programa que se traçou.



## sistema educacional de brasília



Há mais de dois séculos, surgiu a idéia da mudança da capital federal para o planalto central brasileiro.

Quis o determinismo histórico que esta mudança viesse a realizar-se no governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Tomaram-se as providências necessárias. Instituiu-se o concurso do Plano-Piloto de Brasília. Foi vencedor o urbanista prof. Lúcio Costa. A arquitetura foi confiada a Oscar Niemeyer.

Do plano urbanístico de Lúcio Costa, foi que teve origem o sistema educacional de Brasília. Verdadeira harmonia coexiste entre este e aquele plano. A divisão demográfica motivou a estruturação educacional brasiliense.

### Centro de Educação Elementar

Urbanisticamente, Brasília compõe-se de quadras e super-quadras. Dai o Plano escolar da Nova Capital.

A Educação Elementar é ministrada nos Centros de Educação Elementar. Cada Super-quadra, integrada de quatro quadras, retém um Centro de Educação Elementar. O Centro abrange 4 jardins de infância, 4 escolas-classe e 1 escola-parque.

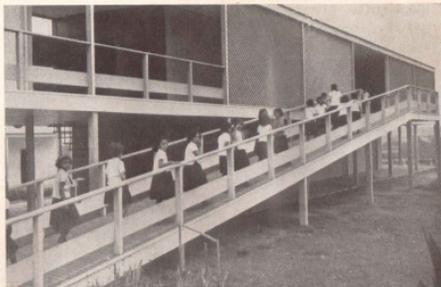
Os jardins de infância destinam-se à educação das crianças de 4 a 6 anos de idade. As escolas-classe ministram educação intelectual sistemática a menores de 7 a 12 anos de idade, em curso completo de 6 anos ou séries escolares.

A escola-parque visa a complementar o conteúdo das escolas-classe, aprimorando e desenvolvendo artística, física e socialmente a criança. A escola-parque visa também, sobretudo, a iniciar a criança ao trabalho, mediante uma rede de instituições, que se entrossam e se ligam entre si, dentro da mesma área. E constitui-se de biblioteca infantil e museu; de pavilhão de atividades de artes industriais; de conjunto de atividades recreativas; de conjunto de atividades sociais, como música, dança, teatro, clubes, exposições; de dependências destinadas a refeitório e administração. E de notar-se que cada quadra contém uma população de 2.500 a 3.000 habitantes. Por isso, calcula-se, então, que as crianças de 4 a 6 anos, em cada quadra, serão de 180 para os jardins de infância, e 480, de 7 a 12 anos, para as outras escolas.



A esquerda:  
Primeiro Grupo Escolar de Brasília, Colégio Dom Bosco e Ginásio La Salle.

A direita:  
Escola Júlia Kubitschek, Escola de Taguatinga, com seu pavilhão de oficinas.



Estabeleceu-se, assim, que cada quadra mantém um jardim de infância, com 4 salas para atender, em dois turnos, a 160 alunos, ou então com 8 salas, funcionando em regime de tempo integral.

A escola-classe contém 8 salas, com o fim de atender a 480 escolares, em 2 turnos, com 16 turmas de 30 alunos.

Em cada super-quadra há uma escola-parque, com capacidade para atender a 1.900 estudantes, em dois turnos, provenientes das 4 escolas-classe. Ali as crianças de 10 a 12 anos iniciarão suas atividades industriais em pequenas oficinas, dedicando-se à arte da tecelagem, tapetaria, encadernação, cerâmica, costura, bordados e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc. Ali também as crianças de 7 a 12 anos dedicar-se-ão a atividades artísticas, sociais, culturais e recreativas, como pintura, biblioteca, exposições, grêmios, música, jogos e natação.

Como o regime é de tempo integral, os alunos frequentarão diariamente a escola-parque, em revezamento, de acordo com o horário da escola-classe. De modo que cada aluno permanecerá quatro horas nas classes de cultura intelectual e quatro horas nas atividades da escola-parque, com o intervalo de almoço.

### Centro de Educação Média

Os Centros de Educação Média propõem-se a proporcionar aos jovens de 11 a 18 anos diversas oportunidades educacionais. Cada núcleo populacional de 30.000 habitantes terá um centro de educação média, com capacidade para abrigar 2.200 estudantes.

O Centro de Educação Média compreende um conjunto de edifício e instalações destinados a: a) cursos básico (1.º ciclo), clássico e científico, técnicos comerciais e industriais; b) aos centros de educação física, com quadras de vôlei, basquete, teatro, exposições, clubes, bibliotecas e piscina, campo de futebol, e cultural, com museu; c) também aos serviços gerais e administrativos.

Os edifícios e dependências do Centro de Educação Média, formam um só conjunto, localizados na mesma área. Isto vem possibilitar aos adolescentes a comunidade de vida e de trabalho, sempre em regime de horário integral.



O Centro de formação do Magistério Primário tem por fim formar e aperfeiçoar o professor primário. E como se trata de unidade escolar tipicamente de caráter profissional, este Centro compreende: a) cursos de formação; b) cursos de aperfeiçoamento e especialização; c) escola de aplicação, constituída de uma escola primária integral e de um jardim de infância.

#### Sector de Recreação

Outro fator de cabal importância é a recreação da comunidade e as atividades culturais. No sector de recreação há: a) Parques Recreativos infantis, entre as quadras, compreendendo duas partes: uma para crianças até 7 anos, e outra para crianças de 8 a 12 anos; b) Praças de Recreio para adultos e adolescentes, e clubes sociais ainda entre as quadras, com instalações de jogos, esportes e outras atividades recreativas; c) Recreio Livre nos locais das atividades livres dos adolescentes.

#### Sector Cultural

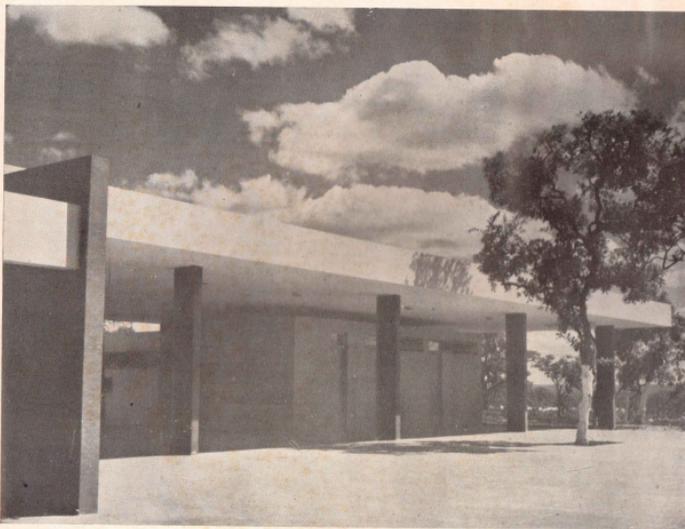
No sector cultural temos as bibliotecas situadas na plataforma do cruzamento do Eixo Monumental com o Rodoviário, e outras a serem ainda planejadas. Desta exposição conclui-se que o Sistema Educacional de Brasília tem de desenvolver-se guardando, na distribuição e em outros aspectos de suas escolas, certas relações de harmonia e de proporcionalidade com o próprio desenvolvimento urbanístico do Novo Distrito Federal. Todavia, a rapidez com que ali se formaram as primeiras aglomerações humanas concentradas, na maior parte, em torno dos locais de trabalho, fez com que a Novacap criasse escolas de caráter transitório, nos pontos de maior concentração e, por isso, não ajustadas às normas de construção e de localização que eram previstas para o Plano-Piloto da cidade.

Neste particular, observou-se em Brasília a distinção entre essas realizações precárias e a etapa a que já atingiram as edificações escolares que definitivamente correspondem a um juízo da execução desse planejamento.

As realizações provisórias foram criada para atender às necessidades iniciais da educação primária, instalando-se sucessivamente: a) Grupo Escolar "Julia Kubitschek", no centro populoso do acampamento da Novacap, em setembro de 1957; b) Escola "Dr. Ernesto Silva", na Construtora Nacional, em setembro de 1958; c) Escola da "Fundação da Casa Popular" com jardim de infância, em março de 1959; d) Escola da "Granja 3", do Tórto, em março de 1959; e) Escola da "CCBE e Coeque", em março de 1959; f) Escola da "Metropolitana", em abril de 1959; g) Escola do "Planaltor", em maio de 1959; h) Escola do "IPASE", em maio de 1959; i) Escola da "Vila Bananal", em maio de 1959; j) Escola da "Granja 1", em Tamandá, em maio de 1959; k) Escola da "Ceramica Benção", em agosto de 1959.

Na execução do plano de obras definitivas para escolas temos: a) 1 Jardim de Infância, entre as quadras 18 e 19, com capacidade para 200 crianças, em 2 turnos; b) 1 Escola-Classe, na quadra 308, para 480 alunos; c) 1 Grupo Escolar em Taguatinga, para 500 alunos, em 2 turnos, cuja matrícula em 1959 excedeu a esse número; d) 1 Escola em Papuda, para 140 alunos. Estão em franco funcionamento: a) Escola-Parque entre as quadras 307 e 308, para 1920 alunos em 2 turnos; b) Duas Escolas-Classe: uma na super-quadra 108, e outra na super-quadra 206; c) 1 Jardim de Infância na Área do Ipase; d) Centro de Educação Média, já anteriormente desfeito.

Escola de Artes Plásticas de Brasília. Biblioteca Visconde de Porto Seguro.



Jardim de Infância.

## a educação em Brasília

O ensino público primário de Brasília foi organizado e mantido pela Novacap, sob a direção do Dr. Ernesto Silva.

Em setembro de 1957 inaugurou-se a primeira escola primária, que recebeu o nome de Grupo Escolar 1, mais tarde chamando-se Grupo Escolar Julia Kubitschek, com 5 professores e 150 alunos, localizada no setor dos operários da Novacap, servindo aos filhos de funcionários, e às crianças dos operários e do Núcleo Bandeirante.

Em setembro de 1958 surgiu a Escola "Dr. Ernesto Silva", na Companhia Construtora Nacional, com 160 alunos, tendo anexo um Jardim de Infância.

Em 1959 a Novacap instalou 10 Escolas, 2 Jardins de Infância e 1 Escola em Taguatinga.

Em 1957, Brasília contava 150 alunos, 1 escola e 5 professores. Em 1958, 626 alunos, 2 escolas, 1 jardim de infância e 18 professores. Em 1959, 2.134 alunos, 12 escolas, 2 jardins e 67 professores. Em 1960, o ensino de Brasília, já sob a direção

da Casch, com mais de 5.000 alunos e 290 professores.

O ensino primário está sendo ministrado em 4 séries, para crianças de 7 a 12 anos, e em alguns casos de 13 a 14 anos, uma vez que o regime escolar prevê 6 anos de escolaridade.

O ensino médio público em Brasília limitou-se na instalação da Escola Profissional de Taguatinga.

O ensino primário particular da Nova Capital funciona nas seguintes escolas: a) Escola das Irmãs Dominicanas, com 150 alunos; b) Instituto Educacional de Brasília, 375; c) Escola Paroquial N. S. de Fátima, 330; d) Escola Metodista, 135; e) Escola Evangélica de Brasília, 64; f) Escola da Igreja Evangélica "Simonton", 70; g) Curso Primário do Ginásio Brasília, 412 alunos; h) Curso do Colégio Dom Bosco, 360 alunos.

O ensino médio particular começou a funcionar em 1958, com o Ginásio Dom Bosco, pertencente aos Padres Salesianos, com mais de 500 alunos; e o Ginásio Brasília,

pertencente atualmente aos Padres Lassalistas, com cerca de 300 alunos. Este ginásio pertenceu anteriormente à "Fundação Brasília".

Brasília não dispõem as instituições culturais. Ali se registram: a) Biblioteca Visconde de Porto Seguro, a primeira biblioteca do Plano-Piloto de Brasília, funcionando num dos edifícios residenciais da Caixa Econômica Federal, aberta diariamente, para leitura "in loco" ou empréstimo a domicílio; b) Biblioteca Pública de Brasília, na cidade Bandeirante; cursos de inglês, francês, italiano, espanhol, alemão; d) Escola de Cerâmica, para crianças, e Escola de Teatro Infantil, com ballet, coreo polifônico, percurso musical, funcionando na sede da Biblioteca "Visconde de Porto Seguro".

Desta data em diante, a educação da Nova Capital passou para a comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Casch), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, pelo Decreto n.º 47.472, de 22 de dezembro de 1959.

Escola-Classe.



Interior do Jardim de Infância.

Escola-Parque.

## a assistência medico-hospitalar

Hospital Distrital.



Ninguém melhor para escrever e expor o sistema de assistência médico-hospitalar de Brasília, que o Dr. Ernesto Silva, diretor da Novacap, e responsável por este serviço.

Esta é a exposição do Dr. Ernesto Silva: "O plano médico-hospitalar de Brasília visto, antes de mais nada, ao equacionamento dos problemas de saúde pública, dentro do espírito que criou a Nova Capital do Brasil.

Vale dizer, realizar-se essa assistência dentro do mesmo espírito revolucionário que presidiu a essa nova civilização do plano central. A construção de uma cidade não se resume em fundá-la e defini-la como tal, em dar-lhe um traçado perfeito e construir edifícios modernos, pontes e estradas pavimentadas, em dotá-la de serviços de água, esgoto, eletricidade, telefone, apartamentos e casas residenciais. Uma cidade não é apenas um amontoado de pedras, um agrupamento ordenado de casas, um traçado intrincado de ruas e sim um sistema de vida. Um sistema revolucionário exige, também, soluções reorganizadoras e simultaneidade de ação.

Não poderia o sistema médico de Brasília adotar soluções arcaicas, repetir erros e seguir a rotina que remonta a épocas coloniais. Imbuídos desses pensamentos e da vontade indomável de tornar Brasília uma cidade humana, dotada de todos os fatores indispensáveis ao conforto, bem-estar e comodidade da população, é que estamos realizando, no campo médico-hospitalar, uma obra revolucionária, original e isenta dos erros comuns nas várias cidades do nosso País, rompendo, também, nesta oportunidade, com o espírito rotineiro, que afeta a e dificulta o progresso.

Atualmente em nosso país a assistência médico-hospitalar apresenta uma série de falhas. As principais são:

1.º) dispersão de esforços pelas multiplica-

ção de serviços assistenciais, por vezes em precário funcionamento.

2.º) extrema oneração desses serviços, decorrente dessa multiplicidade;

3.º) o desestímulo do médico, reduzido a condição de assalariado;

4.º) o premo deslocamento dos doentes para seu hospital, na maioria das vezes localizado a grandes distâncias de sua residência.

Há inevitavelmente no país, uma multiplicação de serviços por vezes precários, dando a certas zonas e cidades um atendimento demasiado e a outras, nenhum.

Isso reduzida numa tremenda oneração para execução dos trabalhos, nem sempre em benefício da sua melhor qualidade.

Não há a negar que em qualquer lugar do mundo a escolha do médico é um caso de confiança pessoal e um direito inalienável do cidadão. A confiança no profissional é um elemento valioso no tratamento do doente; o sistema compulsório de atendimento médico existente em nosso país, não atende a esse requisito.

Por outro lado não há estímulo do médico brasileiro, sujeito que é a um regime de mera assalariado. Com isso, médicos e médicos prejudicaram-se. Estes, sem incentivo e aquela exercida em alguns casos precariamente.

Pelo novo sistema que acaba de ser introduzido em Brasília esses inconvenientes serão afastados: haverá mais comodidade da população, que terá mais próximo os meios de tratamento; maior concentração de meios, melhorando a assistência médico-hospitalar; menos custo dos serviços médicos, decorrentes dessa concentração; livre-arbítrio do indivíduo na escolha do médico que vai tratar de sua saúde; uma intervenção da comunidade nos problemas de saúde pública, que na realidade são do seu interesse e da sua responsabilidade.

O plano assistencial de Brasília, eliminando os excessos verificados em outros pa-

íses, procurou realizar um sistema de aperfeiçoamento do método atualmente vigente aqui. O fulcro principal desta inovação, foi chamar o povo a colaborar na solução de seus próprios problemas. Esse é o objetivo do Conselho Comunitário de Brasília, criado por decreto presidencial. O Conselho Comunitário é o órgão representativo da comunidade. Tem por finalidade opinar sobre os problemas médico-sanitários de Brasília. É um órgão normativo e fiscalizador.

Compar-se-á de representantes de todas as classes sociais através de suas instituições e de representantes do Governo. Por esse sistema, cada cidade poderá levar ao Conselho Comunitário as necessidades de sua cidade ou de seu bairro, para o julgamento e providências do Conselho, por interessados do seu órgão de classe.

É a participação da população, concentrando os homens que as representam e têm capacidade decisória nos problemas da comunidade. Tudo isso de comum acordo e em colaboração com o poder público. O seu órgão de execução é o Conselho de Saúde; Este se compõe de um Diretor e quatro chefes de Divisão, eleitos pelo Conselho Comunitário, sendo o Diretor escolhido em lista tríplice, pelo Presidente da República.

O Conselho de Saúde, para execução de suas atribuições, dispõe de uma rede de hospitais, constituída de:

a) um hospital de base, que constitui o centro de sistema;

b) onze hospitais distritais, cada um atendendo a uma população de - 45 a 50.000 habitantes, previamente zonados pelo Plano-Piloto;

c) hospitais rurais;

d) hospitais satélites.

O hospital de base é o centro do sistema; a 1.ª cadeia para a periferia são os hospitais distritais, situados na zona urbana.



Pósto de Assistência Médica.

procurou realizar um sistema de aperfeiçoamento do método atualmente vigente aqui. O fulcro principal desta inovação, foi chamar o povo a colaborar na solução de seus próprios problemas. Esse é o objetivo do Conselho Comunitário de Brasília, criado por decreto presidencial.

O Conselho Comunitário é o órgão representativo da comunidade. Tem por finalidade opinar sobre os problemas médico-sanitários de Brasília. É um órgão normativo e fiscalizador.

Compar-se-á de representantes de todas as classes sociais através de suas instituições e de representantes do Governo. Por esse sistema, cada cidade poderá levar ao Conselho Comunitário as necessidades de sua cidade ou de seu bairro, para o julgamento e providências do Conselho, por interessados do seu órgão de classe.

É a participação da população, concentrando os homens que as representam e têm capacidade decisória nos problemas da comunidade. Tudo isso de comum acordo e em colaboração com o poder público.

O seu órgão de execução é o Conselho de Saúde; Este se compõe de um Diretor e quatro chefes de Divisão, eleitos pelo Conselho Comunitário, sendo o Diretor escolhido em lista tríplice, pelo Presidente da República.

O Conselho de Saúde, para execução de suas atribuições, dispõe de uma rede de hospitais, constituída de:

a) um hospital de base, que constitui o centro de sistema;

b) onze hospitais distritais, cada um atendendo a uma população de - 45 a 50.000 habitantes, previamente zonados pelo Plano-Piloto;

c) hospitais rurais;

d) hospitais satélites.

O hospital de base é o centro do sistema; a 1.ª cadeia para a periferia são os hospitais distritais, situados na zona urbana.

O 3.º escalão de plano para a periferia são os hospitais rurais, destinados a aquelas zonas. O fechamento do cadeia se faz na área dos hospitais satélites criados (ou a serem criados) nas futuras cidades satélites, de acordo com o Plano-Piloto.

Todas essas unidades, que estarão a serviço do Conselho de Saúde, dispõem dos meios mais modernos de assistência médica.

Para a execução desse plano já está sendo composto um quadro de médicos, enfermeiras e demais auxiliares, de alto nível técnico.

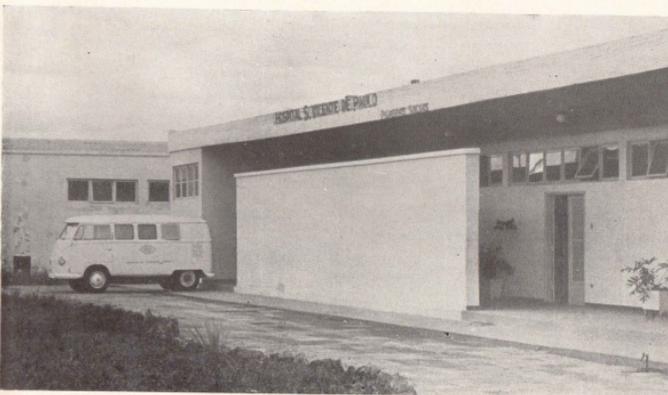
O plano está em franca execução através do Hospital Distrital de Brasília.

Este hospital está em condições de atender a toda a população de Brasília por um largo período. Conta com 200 leitos, em edifício de 12 andares, com Pronto Socorro eficientíssimo, capaz de atender à zona urbana e rural e em serviço de assistência domiciliar.

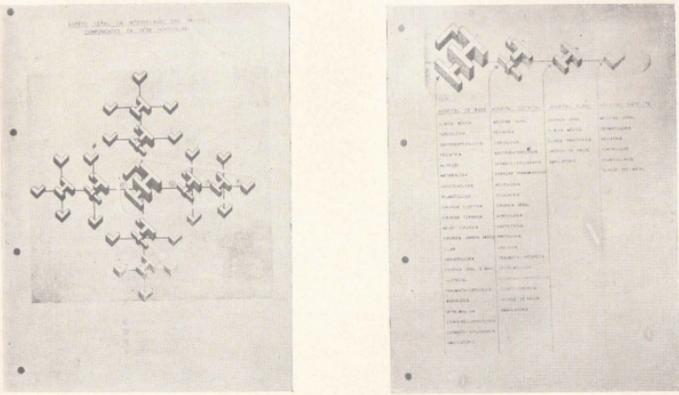
É o hospital eminentemente dinâmico, pela mínima retenção dos doentes, de acordo com as mais modernas normas hospitalares, evitando-se a imobilização dos crônicos, o que, infelizmente, é uma norma na maioria dos hospitais brasileiros.

Como vemos, é um plano revolucionário, à altura da obra realizada pelo Presidente Kubitschek em Brasília, essa nova civilização implantada no coração do Brasil e que foi executada por essa figura singular de pioneiro que é o Dr. Israel Pinheiro, presidente da Novacap.

Esperamos que a brilhante classe médica a que pertencemos, sinta a grandera da inovação que estamos procurando introduzir, que é em benefício da comunidade, da ciência e da classe médica, e nos dê o seu apoio e ao Presidente Juscelino Kubitschek de cuja decisão e espírito renovador nasceram Brasília e os seus complementos humanos, de que este plano é parte".



Organograma do sistema hospitalar de Brasília.



## arquidiocese de Brasília

A criação de Arquidiocese de Brasília constitui, sobretudo, uma afirmação do significado do nosso país no âmbito das Nações Católicas. Com isso, demonstrou o Santo Padre zelo, solicitude e amor pelos brasileiros.

Deve ser destacado, sobretudo, o sentido de integração de um todo que veio dar a Brasília, a iniciativa do Papa João XXIII. Isto por que, materializando um gigante, o Presidente Juscelino Kubitschek lançou-se à obra que encerra de orgulho os seus concidadãos, fazendo subir em pedra e cal monumentos que assinalam a época do redescobrimto do Brasil. A alma desse corpo provém da criação da Arquidiocese, já dotada de pastor, Dom José Newton de Almeida Batista.

Nesta memorável data de 21 de abril de 1960, pórtico de nova estrada na vida brasileira, celebra-se em Brasília a missa inaugural, pelo Legado Pontifício - Cardinal Cerejeira, o que nos dá a presença do Sumo Pontífice, por seu delegado, com a bênção litúrgica da cidade e a mensagem do pai comum da Cristandade, que tanto estima nossa Pátria.

Ah! tudo ao significado dessa dívida do Santo Padre, assim se manifesta Dom José - "emociona-me o ter que deixar Diamantina, na minha vocação é fazer a vontade de Deus, em quem confio e de quem espero receber as graças para enfrentar as responsabilidades de uma circunscrição eclesialística da sede do Governo da Nação".

Durante a entrevista que concedeu, Dom José abordou vários aspectos de sua missão em Brasília. Na ordem de suas atividades, procurou dar destaque à sua intenção de formar novos pastores da Igreja na Arquidiocese do Planalto. E afirmou: "Se em Brasília tudo é trabalho e trabalho idôneo e rápido, minha primeira tarefa há de ser a da construção do Seminário, e com data marcada para a inauguração: janeiro de 1961.

Proseguindo em suas declarações, é Dom José quem nos informa o sentido que dará ao seu governo na Arquidiocese. "A missão específica da Igreja e, pois, do Bispo, é espiritual. Mas, é lógico que não pode esquecer nem prescindir dos problemas materiais do homem, mesmo porque o tormento causado pelas precises temporais podem ser causa de incapacidade para as coisas do espírito". E ainda mais "... diante do abandono do nosso homem interiorano - iletrado, sem saúde, e mal alimentado, sem orientação para o trabalho - e diante da necessidade de manter e desenvolver aquela classe média, que constitui o fiel da balança e o equilíbrio da sociedade, a Igreja usa, entre outros meios, do chamado ruralismo, abençoado pelo santos Pio XII". Nessa ordem de idéias, Dom José sentençou: "aguardamos ansiosos uma ação legislativa, que venha modificar, para melhor, a insustentável condição do nosso homem do campo".

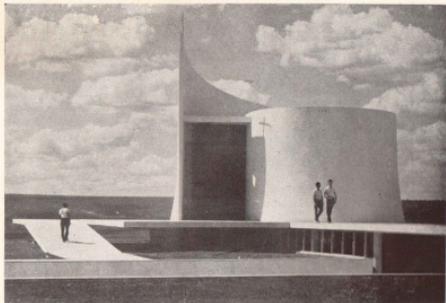
A primeira Igreja de Brasília.



Capela Nossa  
Senhora  
de Fátima



Interior da  
mesma capela.



A capela do Palácio da Alvorada.



Interior da mesma capela, vendo-se o altar.

## brasília e o pensamento presidencial

"Quero abordar, agora, meus patrióticos, o problema da mudança da Capital para Brasília. Conheço as críticas aos trabalhos que vêm sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa Lei Magna, de praticarmos o ato renovador, um ato político pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, que virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de apêrito. Em torno de nossa vastidão, os descampados, o país por conquistar, sítios admiráveis e, no entanto, nos agrupamos à beira do mar, espiando as faldas dos mares. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o oeste, voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir, em voltar. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso. Sei e medi todas as consequências desta mudança da Capital. Não desconheço que acrescentei esforços e cansaças maiores aos outros trabalhos que pesam sobre os ombros do governo. Mas era preciso dar o passo decisivo. E o passo decisivo foi dado. Não se iluda ninguém: a Constituição será cumprida em benefício de todos do país e deste Rio de Janeiro, que nada sofrerá com a mudança, ao contrário, porque não é por ser a Capital da República que se expandiu esta cidade, hoje com raízes tão profundas e que continuará cada vez mais forte e mais bela". (Da mensagem de Ano Bom, 1957 - Revista "Brasília", n.º 1).

"A fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira. Já vos disse, creio, que não se trata apenas de uma retificação puramente geográfica. O choque da mudança operará uma transformação necessária e urgente na mentalidade, no modo de sentir e conceber dos brasileiros, despertando-os, tornando-os mais atraídos pelo empreendimento privado, inspirando-lhes um desejo maior e mais acentuado de melhorar os índices de nossa produtividade. O contato com os problemas, as emoções de um mundo a vencer, tudo isto atuará de maneira saudável na alma nacional, insuflará em todo o país o mesmo espírito que fez de São Paulo o que São Paulo é hoje". (Da Mensagem do Presidente aos participantes da Primeira Semana Nacional Mudancista - Revista "Brasília", n.º 3).

"Até esta data temos governado o Brasil de costas para o interior. Agora, numa expressão feliz e recente do governador de São Paulo, vamos governar o Brasil de costas para o mar. Esta necessidade imperiosa da conquista do Brasil será atendida apenas com este gesto de mudança da capital. É um choque, realmente, que vamos dar no país, e este choque terá a virtude de fecundar terras e regiões desertas do país". (Do discurso proferido, do Catete, no dia 18-2-1957 - Revista "Brasília", n.º 2).

"O Brasil também está empenhado agora em conquistar suas terras abandonadas, caminhando decididamente para o centro e para o oeste para a reintegração definitiva dos seus cinco milhões de quilômetros quadrados, que ainda hoje não conhecem sequer o som do passo humano. A construção de Brasília visa a esse objetivo: levar para o centro do País atividades que desenvolvam a sua economia e integrem na comunhão brasileira mais de 2/3 do território nacional, ainda hoje inexplorados. Em 1960, estradas asfaltadas estarão ligando Brasília ao Rio, a São Paulo e a Belém, numa rede indispensável ao desenvolvimento do interior brasileiro. Nós marchamos resolutamente para a realização, em 1960, das metas governamentais, que darão uma nova estrutura aos destinos do País." (Do discurso proferido em Guaratinguetá, São Paulo, na formatura dos alunos do Curso da Escola de Especialista

da Aeronáutica - Revista "Brasília", n.º 12).

"Queremos que o Brasil deixe de ser um fio de civilização, debruando a Costa Atlântica. Queremos que o Brasil deixe de ser um arquipélago e que se transforme num continente unido, interligado, perfeitamente entrosado. Sinto-me no dever de explicar, não a vós, que o sabeis tanto quanto eu, mas diante de vós, homens honestos e bravos desta cidade, para que me ouçam em toda a parte que Brasília não é uma empresa isolada, um capricho, um sinal, um toque solitário, uma nota perdida, mas um ato identificado com uma política geral, consciente, e deliberadamente conduzida. Brasília obteve e a mesma determinada orientação geradora de acontecimentos grandes e pequenos, todos com uma mesma intenção, um mesmo sentido, e uma direção única. Três Marias, Furnas, as estradas de penetração no interior, o serviço de águas desta e de várias cidades - eles de uma mesma cadeia sólida que ajudará a impulsionar o Brasil, a dar-lhe movimentos, a salvar do subdesenvolvimento tantas de suas regiões.

Tentam passar Brasília em vítima exploradora de todas as dificuldades do passado; tentam culpar Brasília de ser a causa daquilo que deve ser atribuído ao desequilíbrio natural de uma nação que cresce. Tentam atrair sobre a iniciativa revolucionária e salvadora de obedecer-se a um artigo da Constituição, que manda mudar a capital para o planalto goiano, tudo o que se verifica nesta hora. O desequilíbrio orçamentário, o calor na capital, as derrotas e as vitórias eleitorais, o abandono do café, tudo o que culpa Brasília. Ao povo procura-se inculcar o horror à nova capital, mas isto vale dizer em pura perda, porque o povo não vive de experiências que não provocam nada; pelo contrário, tem a intuição criadora, sabe o que será certo ou errado, e já se pronunciou pela bandeira de Brasília. Já foi dito e redito que Brasília, além de outras vantagens, é um investimento reprodutivo, que aos oito bilhões que no máximo, e em todos os seus estágios progressivos, atingirá o investimento corresponderá uma receita estimada em 24 bilhões, graças às vendas do espaço da jovem

metrópole. É uma operação de largo vulto, mas perfeitamente autofinanciável. O Brasil deixará de ser, graças a Brasília, apenas um vasto País no mapa, para transformar-se num país de fato. (Do discurso na cidade de Campina Grande - Revista "Brasília", n.º 23).

"Por que do esforço, da tenacidade do Brasil inteiro não poderá nascer Brasília? Ufano-me de que tenha cabido a um homem desta região a oportunidade de concretizar esta vez a sua aspiração pioneira, da mudança da Capital para o seu lugar exato, que significa uma acertada medida de defesa do Brasil, de posse integral do Brasil, de conquista efetiva de uma das zonas mais admiráveis e fecundas de nosso inenxerto território. A idéia de Belo Horizonte teve os seus inimigos, os seus detratores, os seus velhos do Restelo a protestar contra a ousadia, que tão temerária lhes parecia. Que é feito deles, que é feito dos argumentos especiosos, das observações maliciosas e das insidias a desencorajar a fundação de nossa cidade? Amanhã, todos os que se erguem contra a nova Capital da República também serão confundidos, emudecerão em face da pujante realidade." (Do discurso pronunciado na Fundação de 60.º aniversário da Fundação de Belo Horizonte - Revista "Brasília", n.º 12).

"Quando me animei a essa revolução, que a muitos parecia um sonho de visionário e hoje é uma realidade prestes a ser doada ao povo brasileiro, nada mais fiz do que obedecer a um imperativo da realidade nacional prefigurado na letra de nossa Constituição.

Determinado a acelerar o progresso brasileiro em ritmo compatível com as condições técnicas de nosso tempo, não medi sacrifícios para plantar no coração virgem da Pátria os alicerces de sua nova capital. E aquilo que se apresentava a Nação como uma aspiração quase inalcançável pelo vulto gigantesco de seu empreendimento, é agora, aos olhos do mundo civilizado que se admira de nosso arrojo, uma prova a mais da nossa pioneira e construtiva do Brasil." (Do discurso na Confederação Nacional do Comércio - Revista "Brasília", n.º 23).

"A construção de Brasília era uma tarefa que se impunha aos responsáveis pelos destinos nacionais. E não podia ser protelada, com a cômoda arguição da falta de meios e de recursos, porque não se tratava de uma

providência meramente decorativa no panorama da vida brasileira, mas sim de uma medida básica de nosso futuro, suscitada por uma convergência de fatores operativos que não nos era lícito ignorar.

A circunstância de dispor o Brasil, neste momento de sua evolução cultural, de uma plêiade de grandes técnicos, no plano dos conhecimentos arquitetônicos e urbanísticos, ajudou a enfrentar o problema, com a disposição de resolvê-lo. A estrada que ligará Belém a Brasília será dentro em breve um novo leito de riqueza nacional, por onde correrão as águas de um rio ininterrupto de novas forças econômicas." (Do discurso na Confederação Nacional do Comércio - Revista "Brasília", n.º 23).

"Brasília não é uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não é apenas uma mudança de capital mas o anúncio de uma reforma. O Brasil estava, há muito, necessitado de uma reforma de base, de uma reforma em tudo de uma reforma nos costumes políticos, de uma reforma no seu conceito de estado paternalista, cujo resultado é a precissão incaleculável de uma clientela que precisa saber que, além do respeito que exige para os seus direitos, tem os seus deveres e as suas obrigações a cumprir também. Vamos mudar o Brasil de posição. A mudança geográfica terá forçosamente de acarretar uma nova concepção de vida. Os problemas têm de ser encarados de forma positiva.

Temos de mudar geograficamente o centro de decisão desta Nação e já a mudança está sendo processada. Mas esta mudança tem de ser completada e concluída como uma mudança na própria alma. O Brasil deve ser levado a sério, como uma grande e difícil unidade que requer todo o esforço e aplicação. Nenhuma administração pode realizar alguma coisa de forte e de grande, quando não é sustentada pelo desejo de viver e de crescer de um povo. O que anima e fortalece o Estado é o apoio de uma crença, de uma fé, de uma esperança por parte do povo.

A construção de Brasília é verdadeiro ato de fé de um governo, mas esse ato de fé de ser sustentado e alicerçado pelo desejo do povo brasileiro e pela sua vontade de ser grande. É esta vontade que sinto manifestar-se, nos que se encontram ao meu lado trabalhando, nos anôni-

mos com quem convivo, nos operários, nos jovens brasileiros que erguem no centro do País a cidade do futuro, capital do País do futuro." (Do discurso proferido na cerimônia de instalação da Exposição Permanente no MEC - Revista "Brasília", n.º 13).

"Não hesito em dizer que desvelamos em cuidar daquilo que nos legaram os nossos descobridores: um grande território e um não menor destino. O território mantivemo-lo intacto, e o destino está sendo cumprido. Brasília e as obras de penetração no coração fechado deste país provam que nos vamos aproximando da hora de nossa plenitude." (Do discurso proferido ao receber, em Brasília, as credenciais do novo Embaixador de Portugal no Brasil, Sr. Manoel Rocheta - Revista "Brasília", n.º 18).

"Com essa finalidade, determinei que se desse cumprimento ao imperativo histórico constitucional de transferir a Capital brasileira para o centro do País, de forma a que o sítio de foco de irradiação civilizadora para aquelas regiões, que, afastadas do bafejo do poder central e daqueles pontos mais afortunados e prósperos, não puderam ainda acompanhar o ritmo de progresso verificado em outras partes da Nação. A construção de Brasília não é, portanto, um sonho de visionário, ou a satisfação da vaidade tola de um governante que descesse, simplesmente, ligar seu nome ao de uma empreitada gigantesca, mas fantástica. Não, Brasília completa as metas, Brasília resulta da clara consciência de uma realidade geo-política e econômica, sobre ser um esplêndido testemunho de nossa capacidade de realização." (Do discurso aos Economistas de Belo Horizonte - Turma de 1958 - Revista "Brasília", n.º 24).

"Quero, porém, neste ensejo, afirmar de uma vez para sempre, que não foi para tomar emprestado uma legenda, nem para alçar-me ao nível dos nossos bravos banderantes, que resolvi enfrentar muitas lutas, dificuldades e incompreensões e promover a imediata colocação da cabeça do Brasil onde estão os seus ombros. Qualquer homem de governo, detemeroso e inimigo da preguia, embora desvinculado ou hostil às seduções literárias da marcha para o oeste que, inevitavelmente, aderem ao gesto de mudar a Capital, qualquer estadista de sinceros propósitos, levando em conta apenas os elementos técnicos do problema, faria o que

eu fiz, repetiria o meu esforço, que apenas se sobrelava ao demais atos que praticamos pelo seu alto teor de verdade, pela abundância de suas razões práticas.

Mudar a Capital para o seu lugar certo é, na verdade, uma operação de alta envergadura, um investimento diferente do que temos praticado até hoje, mas um investimento que se pagará de forma generosa e que nos dará frutos numerosos.

O que vai resultar da instalação da Capital em Brasília é de fato incaleculável. Não somente conquistaremos, - alargando os benefícios de nossa civilização - uma grande e abençoada parte de nossa terra, valorizando uma zona fértil de clima temperado, como mudaremos, em virtude do vigor saudável que advirá para o Brasil dessa retificação, o rumo de nossas vidas; tornaremos mais acelerado e mais intenso o ritmo de nosso trabalho, não mais nos deixando distrair, como tem acontecido, pelo difícil dever que é para o nosso povo de elevar o Brasil ao lugar que merece e no entanto não desfruta no concreto internacional." (Do discurso proferido na cerimônia de instalação da Exposição Permanente no MEC - Revista "Brasília", n.º 13).

"Quando assumi o Governo, a criação de uma nova Capital no centro do País pervagava no domínio dos mitos. Durante décadas, a única solução dada ao problema fora meramente cartográfica: nos mapas do País desenhava-se um retângulo de cor assinalando a localização do futuro Distrito Federal. Prometi ao povo brasileiro que, encerrada a minha gestão, haveria de dar ao País, através de um novo centro administrativo, um novo senso de sua unidade e, por conseguinte, de sua existência orgânica. Criei que são poucos os que, hoje, duvidam da seriedade da minha promessa, da determinação de meu intento. Brasília, sem ser ainda a Capital, já é o orgulho e a esperança de todos os brasileiros - um motivo de admiração para o mundo. Antes mesmo de instalá-la, está já ligada a todos os centros urbanos mais adiantados, unificando o que ainda constitui, mais do que a Nação, o arquipélago brasileiro. Brasília é uma realidade, a mais brasileira de todas as realidades.

Não preciso insistir em que a transferência da Capital para seu sítio próprio é o marco de uma nova era, de uma concepção mais realista e mais correta de todos os problemas

da nacionalidade. Agra-lhe a Deus o privilégio que me concedeu, de ter contribuído para a realização de um empreendimento dessa magnitude." (Discurso no Segundo Aniversário de Governo - Revista "Brasília", n.º 14).

"A quem, fria e honestamente, pesar as razões que militam pró ou contra a mudança da capital, estou certo de que os argumentos acima terão demonstrado, sem sombra de dúvida, que se trata de uma necessidade inadiável e inulduível, que se justificaria amplamente, quaisquer que fossem os sacrifícios impostos ao País, pelo único resultado de permitir o mais rápido desenvolvimento de vastas porções de nosso território. Entendo, porém, o Governo de realizar essa transferência de maneira mais econômica possível, sem onerar excessivamente os cofres públicos.

Para isso, além de estabelecer um esquema em larga proporção autofinanciável, vinculou-a, sempre que possível, ao plano de metas, especialmente no setor dos transportes. A articulação rodoviária e ferroviária de Brasília com o resto do País se faz, assim, sem prejuízo da ampliação do sistema geral de transportes e comunicações, prevista para 1960, e dentro do plano de penetração pelo interior do País e de sua comunicação com a periferia litorânea. Brasília possibilitou a ligação física do Brasil, garantindo a posse de nosso território e a unidade nacional." (Do discurso pronunciado em Belo Horizonte como parafininho dos Economistas - Turma de 1958 - Revista "Brasília", n.º 24).

"Não me amedrontou a tarefa de mudar a Capital da República. Sabia, desde o início, que arrastaria muitas críticas, que iria contra interesses adquiridos, que irritaria os desconfortados, mas também sabia que ao Brasil não era possível deter-se, que a meta na vida Capital constituía uma síntese de todas as outras metas de minha administração. Não se trata, com a criação de Brasília, de uma ambição inanimada. Os faróis levantaram monumentos fúnebres ou templos às divindades, para que os seus nomes atravessassem longamente os tempos. Brasília não será uma cidade monumental apenas, moderna e exemplarmente funcional. Obra de alguns homens de gênio capazes de projetar e construir, com recursos razoáveis, dará ela alto testemunho de nossa civilização, transformará-se na ponte

de comando de nossa viagem de conquista do Oeste brasileiro, numa cidade-iniã, de onde se irradiará força criadora para uma das zonas mais abandonadas e desconhecidas de nosso imenso território. Erguendo Brasília, erguemos, ao mesmo tempo, a nossa bandeira sobre regiões de que só tínhamos o domínio nominal. Erguendo Brasília ocupamos o nosso país, provamos que merecemos esse grave e extraordinário benefício da Providência, a herança de um país novo. Quero dizer-vos que nenhuma força humana detém Brasília. Ela já se vislumbra, configurada e em pleno processo de construção. E com Brasília também se levanta uma vasta área de nosso país, que se desencontra enfim, deixando de ser uma longuinha referência nos mapas." (Da Mensagem de Ano Bom - 1959 - Revista "Brasília", n.º 24).

"Estamos em Brasília agora - de novo em frente ao deserto, contemplando um mundo que é nosso, mas que precisamos conquistar. Aqui se encontra o trampolim que permitirá o salto da conquista do Amazonas, como observou, com exatidão, meu amigo, Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo, em cuja alma ardente e apostolado não se aplica a sede pioneira, e em quem não se anuvia o olhar que penetra longe na selva selvagem.

Quero aproveitar este ensejo para pedir a todos os chefes da hierarquia católica aqui presente que implorem a Deus proteção para este Brasil que vai surgindo e nascendo de novo, proteção para a bandeira que pretendem ocupar e torcer, e para a glória da terra brasileira, tornar cristão todo este mundo fechado que a nova capital, torre de comando debruçada sobre o desconhecido, há de desvendar.

Brasília é a marcha para Oeste sem uma obra de fé. Sem fé em Deus, sem fé no destino de nosso país, não me teria arriscado a empresa tão cheia de dificuldades tão exposta a incompreensões. Creio na Providência que não me vai afastar a possibilidade de completar a marcha que a nova capital anuncia." (Do discurso aos altos dignitários da Igreja que participaram da IV Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos, em Goiânia - Revista "Brasília", n.º 19).

"Brasília é um dos frutos da paciência que Deus me deu. Tenho-a mantido ao ouvir críticas e comentários os mais injustos e, mais do que os injustos, repassados de incompre-

ensão, esta acirrada inimiga da paciência. A injustiça tem sua origem quase sempre na paixão cega. A incompreensão, entretanto, porque uma forma de injustiça total, é o que mais fortemente acicuta a paciência. É a incompreensão o mais escarpado de todos os óbices que devemos galgar, ainda que com as maiores dificuldades, para avançar e prosseguir na rota em que nos empilhámos.

A iniciativa de Brasília tem sido posta em dúvida por alguns setores da opinião pública. Sobre a operação da mudança de nossa Capital se fizeram ouvir, até agora, palavras vãs, erros de apreciação e, principalmente demorações que revelam desconhecimento da magnitude do feito. Mas é preciso frisar que a idéia de Brasília já se enraizou no espírito dos homens de boa-vontade, dos que não têm outro interesse e outro alvo senão o de querer arrancar da imprudência uma imensa extensão territorial brasileira. Minha paciência em não discutir o que sei fruto da falta de visão, em suportar observações impropriedades, não me arrefeceu o ânimo e a resolução de levar adiante a empresa que talvez pareça arrojada, mas que é medida inadiável e urgente para a transformação deste país.

Não podemos continuar indefinidamente a ser um território manchado de desertos, com uma população na sua maior parte colada ao litoral, com as mais ricas zonas do nosso território abandonadas e que servem apenas para referências literárias. O nosso destino de ser grande nação é tão imenso e urgente, que é temeridade contrariá-lo, sufocá-lo. Nascemos com proporções continentais; nossa visão humana não pode ser menos ampla que a nossa realidade geográfica." (Do discurso proferido na inauguração do Palácio da Alvorada - Revista "Brasília", n.º 18).

"Este é o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da Esperança, o dia da Ressurreição da Esperança. É o dia da cidade que nasce. Plantamos, com o Sacrifício da Santa Missa, uma semente espiritual neste sítio, que é o do coração da Pátria.

Seja-me permitido formular uma ardente súplica, neste momento: que Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira do Brasil e Madrinha de Brasília, vele por esta cidade que surgirá e prospere os que a vierem habitar, volva os olhos benignos para os homens públicos que daqui deverão dirigir esta Nação, a fim de que eles honrem os nossos maiores e sirvam

condignamente às gerações futuras. Que Brasília se modele na conformidade dos altos desígnios do Eterno; que a Providência faça desta nossa forma de terrestre um reflexo da cidade de Deus; que ela cresça sob o signo da Caridade, da Justiça e da Fé. Ao Espírito Divino, aqui presente, dirijo as minhas ardentes preces para que abençoe o povo brasileiro; e que me inspire a mim, homem humilde, a quem a Providência confiou a grande honra e desmesurada tarefa de presidir aos destinos do Brasil nesta hora em que se inaugura uma era nova." (Do discurso pronunciado por ocasião da Primeira Missa rezada em Brasília a 31 de maio de 1957 - Revista "Brasília", n.º 5).

"A mudança da Capital da República será o renate de esforços quase sobre-humanos em que me venho empenhando com todas as minhas energias. A nós, mineiros, que edificamos esta Capital numa região deserta, quase desértica, e a vemos florescer esplendidamente, esse problema não intimida. Se nossos maiores criaram Belo Horizonte, haremos de poder criar Brasília. É uma ação ousada, bem o sabemos, mas, se recuramos ante dificuldades, retardar-se-á de séculos, talvez, a integração efetiva do Brasil interior na comunidade nacional. A transfiguração política, demográfica, econômica e social que o País experimentará, com a mudança da sede de seu Governo, virá remunerar, generosamente, os sacrifícios que a Nação fizer. Só conhecerá o País a verdadeira grandeza no dia em que dominarmos os grandes vazios interiores, as grandes cidades, rasgando estradas, levando o progresso técnico aos rincões remotos e explorando-lhes as imensas riquezas. E Brasília é o grande passo para esse mundo futuro.

Nada poderá deter esse passo. Nada obstará a marcha do país para a conquista de si mesmo, que é a ocupação efetiva de suas grandes áreas internas. Por ela, empenharei a minha própria vida. Não vejo sentido nas vidas que se economizam, que se recusam a consumirem-se na busca de um ideal. A vida é dívida de Deus, e, como dívida, há de continuar a dar-se generosamente. Não nos é lícito entossurá-la, como um avaro. Continuando a obra da criação, que é perene, havemos de converter a nossa vida em criação também perene." (Do discurso com que foi encerrado, em Belo Horizonte, o Congresso dos Municípios Mineiros - Revista "Brasília", n.º 4).

## chefes de estado em Brasília

Brasília, no decorrer de sua construção, recebeu a visita de sete Chefes de Governo, de países amigos, que tiveram oportunidade de demonstrar, na nova capital, todo o carinho e afecção devotados ao Brasil. Desde a visita do Presidente Craveiro Lopes, em meados de 1957, até à bem recente do Presidente Dwight Eisenhower, em fevereiro deste ano, dois meses antes da mudança da capital, e que o Presidente Kubitschek classificou como a pré-inauguração de Brasília, a Nova Capital foi vista, em todos os seus monumentais detalhes, por estadistas ilustres que, vindo ao Brasil, fizeram questão de conhecer a magnífica obra que se ergue no altiplano do Estado de Goiás, numa antecâmara vispo do Brasil do futuro.

O que se segue, é um ligeiro retrospecto de detalhes das visitas dos Chefes de governo de Portugal, Paraguai, Itália, Cuba, Indonésia, México e Estados Unidos à nova metrópole brasileira.





O General Craveiro Lopes, Presidente de Portugal.

## portugal em brasil

O Presidente de Portugal foi o primeiro Chefe de Estado estrangeiro a visitar Brasília. O General Craveiro Lopes chegou à nova capital do país a 20 de junho de 1957, quando, realmente, tinham início os trabalhos de edificação da metrópole brasileira, no Planalto Central. Sua visita caracterizou-se pelo estreitamento dos tradicionais laços de amizade que unem as duas nações irmãs, e que mais ainda se acentuaram com a histórica visita, no sítio onde técnicos e operários lançavam as fundações para erguer os blocos de cimento que hoje emolduram a ostensa deserta paisagem do Planalto Goiano.

Quando o presidente Craveiro Lopes visitou Brasília, do Palácio da Alvorada existiam apenas as armações de madeira. A recepção ao Chefe do governo luso foi feita no palácio provisório, o Catetinho, quase a céu aberto, ocasião em que o Presidente Juscelino Kubitschek teve oportunidade de explicar ao ilustre visitante a evolução da ideia histórica da mudança da capital e o plano de construção de Bra-

sília. Na maior simplicidade e em momentos em que o protocolo foi inteiramente posto de lado, o Presidente de Portugal permitiu no ambiente singelo e acolhedor do Catetinho. Paraquedistas do Núcleo de Divisão Aéreo-Terrestre saltaram suas proximidades do Aeroporto de Brasília em homenagem ao presidente do país irmão. Craveiro Lopes e Juscelino Kubitschek estiveram ainda presentes à inauguração do Hospital Provisório do Instituto de Appendicitoria e Pemões dos Industriários. E, em Brasília, o presidente de Portugal abraçou o mais antigo cidadão português residente em Goiás: o sr. Alípio Mendes Ferreira, que reside em território goiano há mais de meio século. Antes de deixar Brasília o Presidente Craveiro Lopes inaugurou uma placa comemorativa de sua visita, na qual se formula a "futura construção de um monumento dedicado à raça e em memória dos heróis que fundaram este país". O sr. Craveiro Lopes, a 21 de junho, viajou no "Viscount" presidencial com destino a Manaus, de onde voltou para o Recife, ponto final de sua visita ao Brasil.

## brasil e paraguai

Ainda incompleto, o Brasília Palace Hotel, a 2 de maio de 1958, abriu seus salões numa pré-inauguração, para receber a visita do Presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner, recebido pessoalmente na Nova Capital do Brasil pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Depois de percorrer denoradamente todas as obras de Brasília, inclusive o Palácio da Alvorada, em fase de conclusão, o presidente da República do Paraguai foi homenageado com um banquete pelo Presidente do Brasil, no salão de honra do Hotel de Turismo. Pouco antes, uma projeção cinematográfica, narrada pelos próprios drs. Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, davam ao Chefe de Estado Paraguai uma ideia mais completa do que será Brasília, após a transferência da sede do Governo para o Brasil Central. Em seu discurso, o presidente Alfredo Stroessner destacou a coragem e a determinação do Presidente Kubitschek ao cum-

prir o dispositivo da Constituição Brasileira que determinava a interiorização da capital do país. Ressaltou os indelétricos laços de amizade que unem os dois povos e antecipou o grande surto de progresso que o Brasil receberia, como consequência da mudança de sua metrópole para o coração do Brasil.

Artistas brasileiros e paraguaios, num belo "show", encerraram a festa de confraternização entre os dois países em Brasília. Neste dia, e numa carinhosa homenagem ao Chefe do Governo Paraguai, a Rádio Nacional de Brasília, que seria inaugurada dias depois, entrou no ar em caráter experimental, enviando o seu som para o Rio de Janeiro, e transmitindo os discursos dos dois Chefes de Estado para toda a América Latina.

O general Alfredo Stroessner deixa Brasília na manhã seguinte, depois de pernoitar no Brasília Palace Hotel.

Os presidentes Alfredo Stroessner, Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, respectivamente do Paraguai, do Brasil e da Novacap.





## presidente gronchi em brasil

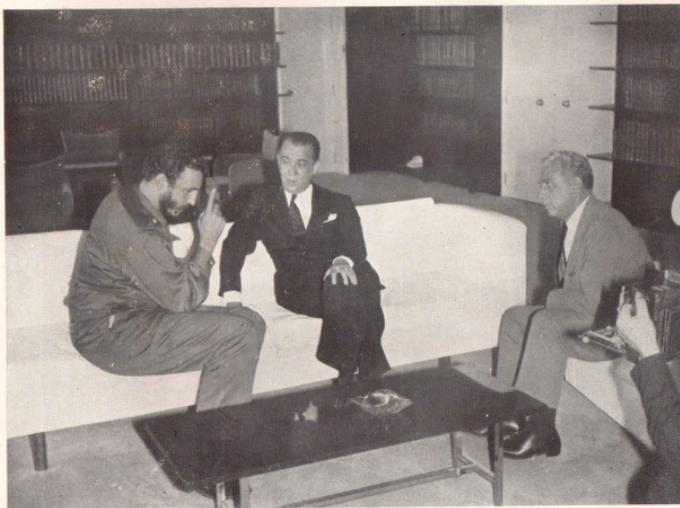
A 8 de setembro de 1958, acompanhado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, o presidente da Itália, dr. Giovanni Gronchi, chegou à nova capital brasileira, para conhecer, de perto, as obras de Brasília, revelando, logo à sua chegada, que a futura metrópole brasileira era manchete dos jornais europeus, que não ocultavam sua admiração pelo grande trabalho de desbravamento que o Brasil realizava, na conquista de seu próprio território. Ao descer no Aeroporto de Brasília o presidente italiano, um destacamento da Força Aérea Brasileira prestou ao visitante as honras de estilo. Uma comissão de senhoras, tendo à frente as sras. Coracy Pinheiro e Hilda Savião, receberam a sra. Carla Gronchi, oferecendo à primeira dama italiana uma corbelta de rosas, como símbolo da amizade entre Brasil e Itália. De helicóptero, e acompanhados pelo Presidente Juscelino Kubitschek e pelo dr. Israel Pinheiro, os ilustres visitantes dirigiram-se ao Palácio da Alvorada. Nos jar-

dins da residência presidencial, o Presidente Gronchi plantou uma árvore típica de seu país, seguida depois para a Avenida das Nações, onde recebeu o lote destinado à construção da futura Embaixada Italiana no Brasil. Em toda sua visita o presidente da Itália foi saudado por milhares de operários e escolares de Brasília, que davam vivas aos dois países e aos dois presidentes. Em seu discurso, o presidente Gronchi acentuou que a Nova Capital brasileira estava sendo edificada com a monumentalidade de Roma e com o sentido romano de permanência e o Presidente Juscelino lembrou as afinidades integrais dos dois povos, pelos vínculos ancestrais, pelo sentimento, pela fé, pelas tendências e pela cultura e que, como um sinal simbólico de origem superior, o grande lago que se cercar a futura metrópole dividia-se ao norte em dois braços que determinavam a formação de uma península, imagem perfeita da península italiana. No dia seguinte, o Presidente Giovanni Gronchi partiu rumo a São Paulo.

## fidel castro visita brasil

"É uma felicidade ser jovem no Brasil" - Estas palavras foram proferidas pelo primeiro ministro de Cuba, Fidel Castro, ao sobrevoar Brasília, de helicóptero, em companhia do Presidente Juscelino Kubitschek, no dia 30 de abril de 1959. O presidente do Conselho de Ministros de Cuba, herói de Sierra Marstra, vencedor da Revolução que empolgou os quatro cantos de seu país, chegou a Brasília, minutos depois do Presidente Kubitschek, que o recebeu em companhia de altas autoridades brasileiras. Grande número de pessoas compareceu ao Aeroporto de Brasília para dar as boas

vindas ao líder cubano que visitou todos os canteiros de obras da Nova Capital do Brasil. Fidel Castro concedeu entrevistas aos jornalistas em Brasília, externando o seu entusiasmo pela construção da Nova Capital Brasileira, que, a seu ver, daria ao Brasil novas possibilidades econômicas, dando ainda ensejo a que os brasileiros melhor explorassem suas grandes riquezas. No mesmo dia o primeiro ministro de Cuba retornou ao Rio de Janeiro. A visita de Fidel Castro a Brasília fez parte de sua viagem por vários países do continente americano.



## Ásia e Brasil-grande distância vencida pela amizade

Também da Ásia longínqua, um Chefe de Estado visitou Brasília, trazendo da Indonésia o abraço de seu país ao Brasil. O Presidente Achmet Sukarno veio ao Brasil a convite da Presidente Juscelino Kubitschek. E muito antes de deixar seu país, rumo à América do Sul, manifestou o seu desejo de conhecer a capital que se ergue agora no Planalto Central. Fruto da determinação e da capacidade do povo brasileiro.

Durante as horas em que permaneceu em Brasília o presidente Sukarno participou

de diversas solenidades em sua homenagem, percorreu todas as grandes obras da moderna capital, admirando-se do gênio de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que planejaram uma cidade de linhas arquitetônicas, atraentes, uma cidade sobretudo funcional.

O Presidente Sukarno recebeu também, em nome de seu país, o lote doado pelo governo brasileiro, para a construção da Embaixada da Indonésia em Brasília, localizada, como as demais, na Avenida das Nações.



Presidente López Mateos saudado pelo dr. Israel Pinheiro.

## lópez mateos: o méxico exalta brasilia

A 21 de janeiro do corrente ano, Brasília recebeu, com honra e devotamento a visita do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, dr. Adolfo López Mateos, que chegou à Nova Capital, viajando no "Viscount" presidencial, acompanhado de grande comitiva.

O Presidente do México alojou no Palácio da Alvorada, em companhia dos presidentes Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, diplomatas, parlamentares, e membros de sua comitiva. Elogiou as linhas urbanísticas e arquitetônicas de Brasília e pronunciou um discurso, no qual se referiu à obra do Presidente da República como a "da verdadeira integração do Brasil", com grandes e benéficos reflexos na política continental.

A exemplo de outros chefes de Estado, o dr. López Mateos recebeu, da Novacap, o terreno reservado à construção da nova sede da missão diplomática mexicana no Brasil. Agradeceu, emocionado, as homenagens que recebeu em Brasília, dizendo que, no coração do Brasil, naquele momento, era forjada toda a grandeza brasileira do futuro. Eram os brasileiros conscientes no papel histórico que o destino lhes reservou, plantando no interior deserto, um monumento arquitetônico que louvava a técnica brasileira e exaltava o braço de nossos operários.

Crupamentos mistos do Exército e da Aeronáutica prestaram ao ilustre visitante as comodidades de praxe. No mesmo dia, o dr. López Mateos retornou ao Rio de Janeiro.

O Presidente Eisenhower não ocultou sua admiração e entusiasmo pelas obras de Brasília, que visitou dois meses antes da transferência da capital para o Planalto Central Brasileiro.

Em suas conversações com o Presidente da República, o general Eisenhower manifestou sempre grande interesse pela interiorização da capital brasileira, procurando conhecer, em seus mínimos detalhes, tudo o que foi projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer para a nova sede do governo do Brasil. O entusiasmo do Presidente Eisenhower por Brasília está expresso na carta que o presidente dos Estados Unidos enviou ao dr. Israel Pinheiro.

E a seguinte:

"Prezado dr. Pinheiro. Como suponho que o sr. percebem, fiquei impressionado, muito mais que as palavras podem descrever, pela Brasília que eu vi e pela Brasília que eu tenho certeza será uma completa realidade dentro de poucos meses. Fico que aceite minhas sinceras congratulações por uma das mais significativas realizações dos tempos modernos. Ao senhor e a cada um dos milhares de pessoas que participam do projeto de Brasília, qualquer que seja sua tarefa individual, eu renovo minha profunda admiração. Muito lhe agradeço sua cortesia e gentileza para comigo. Com os melhores votos e afetuosos cumprimentos, sinceramente, D. Eisenhower."



Das mais entusiasmáticas foi a recepção oferecida em Brasília ao presidente Dwight D. Eisenhower, que chegou à Nova Capital do país, depois de um voo direto da Base Aérea norte-americana de Ramey, em Porto Rico, até Brasília. Foi o último chefe de Estado a visitar Brasília, antes da mudança da capital. Foi o coroamento de uma série de visitas ilustres que qualaram ainda mais a construção de Brasília, marco comemorativo de nova era para o nosso país.

O Chefe do Governo da grande nação norte-americana chegou à Nova Capital precisamente às 14 horas e 30 minutos do dia 23 de fevereiro, sendo recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, ministros de Estado, recebendo ainda, das mãos do presidente Israel Pinheiro, a chave da cidade, enquanto câmbios do Exército — os primeiros na história de Brasília, davam as 21 salvas regulamentares. De automóvel, o Presidente Eisenhower dirigiu-se à Praça dos Três Poderes, e através da Avenida Monumental, o povo rompeu os corções de isolamento no afã de cumprimentar o herói da guerra e o bauarte da paz.

"Esta é a grande e a verdadeira batalha", disse o Presidente Eisenhower, ao apontar para os tratores de Brasília, formados em duas alas ao longo do Eixo Monumental. E acrescentou: "É a grande batalha porque é a batalha da paz". Os dois presidentes discursaram de uma plataforma armada defronte ao Palácio do Planalto, dirigindo-se depois ao Palácio da Alvorada, onde

ficou hospedado o Chefe do Governo dos Estados Unidos.

Eisenhower não escondeu seu entusiasmo por Brasília, externando todo o seu entusiasmo pela construção da nova capital brasileira. E, referindo-se às manifestações do Presidente Kubitschek a sua satisfação por ter sido Brasília o primeiro ponto do território brasileiro a ser por ele visitado, O Presidente Eisenhower teve ainda ocasião de lançar a pedra fundamental do novo e moderno edifício da Embaixada dos Estados Unidos que será construído em Brasília.

A noite, no Palácio da Alvorada, os dois presidentes reuniram-se num jantar íntimo, do qual participaram também o Secretário de Estado Christian Herter e o Chanceler Henrique Lafer; os embaixadores John Moors Cabot e Walter Moreira Salles; e o sr. Milton Eisenhower.

No dia seguinte, pela manhã, o presidente dos Estados Unidos, em seu avião "Columbine III" viajou rumo ao Rio de Janeiro, onde prosseguiram as excepcionais homenagens que lhe foram tribuadas pelo povo brasileiro e que se iniciaram, de maneira tão promissora, em Brasília.

O ponto alto da visita do Presidente Eisenhower a Brasília foi a assinatura da "Declaração de Brasília", firmada pelos Chefes de Governo do Brasil e dos Estados Unidos, reforçando a luta pelos objetivos da "Operação Pan-Americana", idealizada pelo Presidente Kubitschek, e ainda aceitando os pontos de vista entre os dois países na luta contra o sub-desenvolvimento no continente americano.

## visitantes ilustres

Em 1959 mais se acentuou o número de visitantes ilustres que, a convite do governo federal e da Novacap, se deslocaram até o Planalto Central Brasileiro, para conhecer as obras de Brasília. Expressivas figuras da Europa, da América e da Ásia conheceram todos os detalhes da construção de Brasília, externando todos eles, em pronunciamentos que não se limitavam ao protocolo, a sua mais entusiástica admiração pelo conjunto de obras da nova capital brasileira. Já, anteriormente, além dos Chefes de Estado, cujas visitas são referidas em outra parte desta edição, Brasília tinha recebido grande número de visitantes, representantes oficiais de outros países, entre os quais pode se destacar o saudoso Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles; o Príncipe Mikasa, do Japão; chefes de missões estrangeiras acreditadas no Brasil e tantas outras. Entre os últimos visitantes que estiveram em Brasília deve-se destacar os nomes do Príncipe Bernard, dos Países Baixos; a Duquesa de Kent; o ministro de Estado para os Assuntos Culturais da França, dr. André Malraux, (cujo discurso em Brasília foi considerado uma das maiores reafirmações da capacidade de criação dos técnicos e dos trabalhadores brasileiros); o ministro das Finanças, da França, dr. Antoine Pinay; o sr. Brato, França; dr. Antoine Pinay; o sr. Brato, França; dr. Antoine Pinay; o sr. Brato, França; o sr. Vukmanovic, ex-vice-presidente da Jugoslávia; o sr. Arne Skaug, ministro do Comércio da Noruega, isto para falar apenas de personalidades europeias. Mas também foi grande o número de personalidades americanas que estiveram em Brasília, entre as quais os Ministros das Relações Exteriores da Venezuela, Ignacio López Arce; da Argentina, Diongenes Tabuada; do Equador, Carlos Tovar Zaldumbide; da Colômbia, Julio Cesar Turbay Ayala; de El Salvador, embaixador Martinez Moreno; além de representações de parlamentares de países latino-americanos e delegações especiais que vieram ao Brasil para tomar parte em conclaves internacionais.





Exposição de Brasília, em Lisboa, organizada pela Panair do Brasil.

## brasil no exterior

Brasília tem sido, desde o primeiro dia de sua construção, fator dos mais importantes na propaganda do Brasil no exterior. As arrojadas e funcionais linhas arquitetônicas de Oscar Niemeyer; o belo aspecto urbanístico criado por Lúcio Costa; a capacidade dos operários brasileiros que em pouco mais de 3 anos construíram uma cidade em condições de abrigar a sede do Governo; todos estes fatores impressionaram profundamente leigos e técnicos no exterior, tanto que, as mais importantes publicações mundiais enviaram ao Brasil os maiores nomes do jornalismo para reportagens especiais sobre Brasília. Nenhum grande jornal do mundo, nenhuma importante revista, nenhuma cadeia de rádio e televisão ficou surda às informações sobre Brasília, fazendo uma pro-

paganda do Brasil, gratuita, equivalente a muitos milhões de dólares. Como resultado dessa campanha, Brasília está hoje incluída nos roteiros turísticos das mais importantes agências de turismo mundiais. Hoje, nenhum turista vem mais ao Brasil sem também visitar Brasília. E' este o maior atestado de que a importância de Brasília, no exterior, foi muito além da expectativa. Arquitetos e urbanistas estrangeiros que nos visitaram, saíram pelo mundo a exaltar Brasília como uma obra em que a beleza e a funcionalidade se uniam aos grandes objetivos da redenção econômica do Brasil.

Brasília tem se constituído num traço de união entre o Brasil e os mais distantes países do globo.



Exposição em Munique.



Mostra de Brasília realizada em Madri.

# brasilíia, encontro com o brasil

Manoel Coetano  
Bandeira de Mello

A ação de presença da Capital da República em pleno sertão vai revolucionar o Brasil. Esta é uma realidade de verdade, seja um caso, seja um pandemônio, como querem os adversários da mudança. Seja. Mas é desse caso que nascerá a grandeza Brasileira, a autêntica.

Mesmo que se levasse um período de 10 anos para só então ali sediar a Capital da República, teria sido impossível evitar o pandemônio que se levantaria. Sem absolutamente nada se mudava uma Capital para forjar uma grande Pátria.

O Brasil precisa ser a Pátria de si mesmo. Conquistar o seu próprio território. Este é o nosso autopermanência. E a marcação de passo numa período de 10 anos para ir com risco a realização do empreendimento que mais os brasileiros, é o mais audacioso do século e de toda a nossa História.

Por isso faz-se agora a mudança que naturalmente demandará alguns anos para estar completada em todos os seus aspectos não rigorosamente essenciais. Uma Realização só faz-se ou não se faz. Não é possível levar 10, 20, 30 ou mais anos para montá-la, como quem montasse pirâmides no deserto. Brasileira, no contrário, eliminará desertos.

Não é uma obra faraônica; nasce para funcionar. É coisa viva. Os governos ditatoriais, estes são os que se empunham em construir obras de fachada. Não os governos democráticos. Muito menos os dirigidos por homens de Estado autêntico.

Investimentos de caráter mais ou menos secreto explicam-se pelo próprio mecanismo da ordem econômica e social vigente. E a engrenagem misteriosa, a exigiu impulsionamento. Ora, a construção da Capital de uma Nação é, sobretudo, um ato de democracia viva, porque tem que ser feito à luz do dia, seja com erros ou de sacertões, mas à luz do dia. Os que se abalançam a fazê-la, de resto em cumprimento a um dispositivo constitucional, estão debaixo do olhar do povo, a descoberto perante a opinião. E a obra não representa nenhum investimento misterioso. A obra tem que aparecer, e funcionar, e viver em função do país, não de uns poucos grupos ou indivíduos situados no ápice do comando econômico-social.

Impunções e importância histórica, as perspectivas sem fim do acontecimento para o Brasil. Agora, sim, o governo poderá sofrer de perto os problemas do encontro. Longe de uma civilização de algum modo de Côte d'Azur, sem os incantamentos da Guianabara, longe do Rio de Janeiro, por certo que a mais bela cidade do mundo, há que cuidar do aproveitamento das vastas e asperas áreas que estão aguardando o interesse e o cultivo do homem aparelhado do Brasil.

Amplas parcelas do nosso povo, até aqui no alívio imposta, estão a vontade do homem em dificuldades geográficas — o homem da roca, o matuto, o brasileiro dos sertões esquecidos, de todos esses planaltos, montanhas, planícies, vales e matões, de norte a sul, de leste a oeste — todos eles poderão, doravante, contar com a atenção mais próxima, com a quase convivência da poder público federal. Que já não estará

plantado no jardim da América, à beira do Atlântico Sul, contentando-se com a brisa marinha, que traz consigo os influxos a uma civilização de alto caráter cartaginês, porque apostada em governar de costas voltadas para o interior.

Com as suas estradas de rodagem, com a sua nobreza privilegiada, a irradiante Brasília representa a vitória sobre a distância no território nacional.

O simples fato de localizar-se o governo da República no centro do mapa já valeria pela certeza de que todo o país se encontrará sob a sua mira. Mesmo que estivesse incabuada a cidade, mesmo que fosse um simples desamparo, a presença do governo federal não poderia produzir consequências incalculáveis. Porque importante é a mudança em si, não a cidade.

Sabe-se, contudo, que tal não é o caso. Brasília será planejada por arquitetos e urbanistas brasileiros de renome mundial. Está sendo construída com a ciência e com a dedicação exemplar dos nossos engenheiros.

Já se mostra um monumento de arte e de funcionalidade moderna, edificada com rapidez impressionante, graças ao dinamismo e à capacidade empreendedora do grande povo brasileiro, que para lá correu provindo de todos os pontos do território nacional.

Com esse clan criador que a embala, Brasília está sacudindo o Brasil inteiro. É a esperança a tornar-se certeza à medida que avança o tempo de que o Brasil começa a se encontrar com o seu destino de nação mundial.

Isso de dizer que, daqui a meses, Brasília, cidade de féra, funcionaria pilonária, não centro ideal para psicanalistas, não colhe. Por mais monótona ou uniforme que viesse a ser a sua paisagem, e da natureza humana modificável, Brasília só agora vai começar a viver. "Chasser le naturel, il revient au galop".

Precisa reparar-se que o importante não é a cidade de Brasília; o importante é a Capital do Brasil ser o sertão.

Não se forçou a nota ao dizer que daqui para a frente o Brasil falará em termos de antes e depois de Brasília.

O alto inaugural constitui um impacto emocional, de consequências profundas. É um princípio de convívio de um país continental consigo mesmo. Um encontro. Transfigurador aos olhos dos que vinham acompanhando com tristeza o lento e silencioso desenvolvimento e progresso histórico do país, desde a descoberta até aos nossos dias.

Toda esta força empreendedora em ação foi eletrizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Nela a vontade do homem em Estado se sobrepôs a quaisquer contingências. Só o animou o pensamento no progresso da nossa terra e da nossa gente. O destino de grandeza que a Providência reservou ao Brasil.

Isso o futuro dirá se é verdade ou não. Em pouco tempo.

# é o novo brasil que surge

(Brasília à luz da sociologia)

prof. Amaral Fontoura

Educador e sociólogo, o Prof. Amaral Fontoura é um constante estudioso dos problemas nacionais, tendo-se especializado em Sociologia Rural brasileira. Foi um dos primeiros professores a darem cursos, sobre a empolgante matéria, em nosso país. Seu livro "Aspectos da Vida Rural Brasileira" foi premiado pelo Governo Federal e publicado em edição oficial pelo Ministério da Agricultura. Na Escola Superior de Guerra, da qual faz parte, Amaral Fontoura apresentou, com uma brilhante plêiade de colegas, volumoso trabalho, com mais de 600 páginas, sobre "Panorama da realidade agrícola brasileira". Além disso, dirige a coleção de livros didáticos intitulada "A Escola Viva"; já com 9 volumes publicados, e é diretor da Faculdade de Serviço Social desta Capital. Ainda na Escola Superior de Guerra, em 1955, quando mal se falava da necessidade da mudança da Capital, e a palavra *Brasília* nem havia desperado, o Prof. Amaral Fontoura sustentou, em vários círculos de estudo, a idéia da mudança para o planalto goiano.

O brasileiro tem a vocação do tatu. Vocês sabem o que é isso? É um bichinho branco, cascudo, que dá na areia das praias. Há séculos os colonizadores logo, surgido do oceano, aqui aportaram e deixaram-se ficar pelas praias, o que era perfeitamente lógico, dada a maior facilidade de vida, subsistência e de segurança. Tempos mais tarde, desajando varar para o interior, encontraram os colonizadores logo de saída o formidável contraforte da Serra do Mar, estendida ao longo do litoral, como uma tremenda muralha barrando a penetração dos invasores.

Pouco e raros foram, pois, os pioneiros que se aventuraram nessa longa viagem para o Oeste. Quando o fizeram, aproveitaram o curso dos rios que Deus colocou ao contrário, isto é, correndo do litoral para o interior. Não é à toa que dizem que "Deus é brasileiro"...

A epopéia dos todos os títulos admiráveis dos bandeirantes serviu para descobrir o resto do Brasil, mas a terra conquistada por eles continuou semi-útil e selvagem.

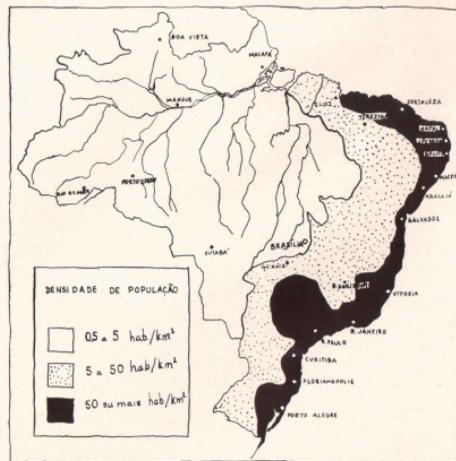
Através dos séculos XIX e XX, o Brasil cresceu fabulosamente em população, mas continuou concentrado como dantes no litoral, ocupando pouco mais do que as praias. Observe-se o mapa abaixo, que demonstra de maneira impressionante o que estamos afirmando:

As partes escuras e tracejada representam a porção do nosso território realmente ocupada pelo homem. Nessa área escura a densidade de população é de 50 ou mais habitantes por quilômetro quadrado, sendo de 64 habitantes no Estado do Rio e de 2.588 habitantes por quilômetro quadrado no Distrito Federal antigo, isto é, na Velhaçap!

Na área tracejada, a densidade é de 5 a 50 hab./antes por quilômetro quadrado. No resto do mapa (parte branca, a Oeste) a densidade é de 0 a 5 habitantes por quilômetro quadrado, sendo de 0,2 habitante por quilômetro quadrado em Rondônia, 1,0 no Acre, 1,3 no Amazonas, 0,1 no Rio Branco, 1,0 no Pará, 0,4 no Amapá, 0,5 em Mato Grosso, 2,6 em Goiás, 0,6 em toda região Norte, 1,2 em toda região Centro-Oeste.

Veja-se a enormidade dessa diferença: na área do velho Distrito Federal, de 1.356km quadrados, concentram-se 3.000.000 de habitantes; na área da região Centro-Oeste, abrangendo 1.800.000 km<sup>2</sup>, existem apenas 2.200.000 habitantes! Note-se bem isso: na área de Mato Grosso e Goiás, mais de 1.000 vezes maior que a do antigo Distrito Federal, vive uma população com quase 1.000.000 de habitantes a menos!

Mas o mais espantoso é que a área povoada, a Leste, representa apenas 2% do nosso território e a área mais povoada representa 30% desse território.



Criamos, assim, um problema verdadeiramente paradoxal para nós, nosso mundo: *somos um país unicefelo*. Temos no litoral todos os problemas das nações super-povoadas, enquanto possuímos 70% do nosso território quase abandonado.

Temos, no Rio de Janeiro, problemas incriveis de falta de espaço (estamos sempre a destruir a mais bela baía do mundo, para conquistar ao mar mais alguns metros de terra), de falta d'água, de falta de ruas, de falta de transporte, de falta de abastecimento. E enquanto isso temos milhões de quilômetros quadrados de terra sem fronteiras e sem produção.

O Brasil é dividido em duas fronteiras: a *fronteira política*, fixada pelos limites com as outras nações sul-americanas, e a *fronteira econômica*, correspondente ao espaço de terra que realmente ocupamos, trabalhamos e fazemos produzir. E entre essas duas fronteiras, uma imensa região, uma quase terra de ninguém.

Nos limites da fronteira econômica a nação política e socialmente organizada estaciona. Daí em diante, em direção ao Oeste, é um outro Brasil, fértil mas pobre, rico mas miserável. Rico de potencial, mas paupérrimo de realizações.

Há muitos anos eu venho dizendo que no Brasil há dois Brasis: o do Leste e o do Oeste, o do litoral e o do campo, o da cidade e o da roça.

Tive ocasião de discutir esse assunto na nossa querida Escola Superior de Guerra, há cinco anos atrás, e vi agora sair um livro exatamente com esse nome: "Os Dois Brasis", do meu antigo mestre e hoje colega Jacques Lambert, da Universidade de Paris.

Viajando do litoral para o interior, passamos de um Brasil para outro. Mas não são dois países que se sucedem no espaço, um ao lado do outro, e sim dois países que se sucedem no tempo. Em algumas horas de viagem vencemos séculos. Partimos da Praia de Copacabana no século XX, e daqui a pouco estamos no campo no século XVIII.

WELLS, num de seus livros, inventou a "máquina de furar o tempo": os homens entravam dentro dela e viajavam para o século XXI. Nós, no Brasil, inventamos coisa muito mais formidável: as máquinas de furar o tempo... para trás. E qualquer automóvel, qualquer locomotiva realiza esse milagre: no fim de um dia de viagem, encontramos-nos dois séculos atrás.

No interior brasileiro a *estrutura agrícola* é perfeitamente a do século XVIII, se não anterior. O trabalhador é quase um servo da terra, e a cultura da vida depende inteiramente do senhor da terra. E o fazendeiro barroco lhe dá a casa (miserável barraco, de chão-de-terra, coberto de palha e cheio de buroacas nas paredes para morar). E o fazendeiro quem permite que o trabalhador coma e determina sua comida, pois em muitos lugares o senhor da terra não paga aos operários em dinheiro, e sim em "vales" para serem transformados em utilidades, no armazém da zona, que também pertence ao fazendeiro, e vende pelos preços que este bem entende.

Como consequência, o infeliz rurícola está sempre sem dinheiro e sempre devendo ao patrão. Mas como tem noção de honra, não se sente com coragem de abandonar a terra enquanto não "estiver quites" com o chefe.

Em muitos lugares, no interior, já desapareceu esse odioso pagamento em "vales", mas os salários pagos pelo senhor feudal são tão miseráveis que o resultado é o mesmo: o colono está sempre devendo ao fazendeiro.

Nem pode o rurícola, para amenizar a vida, fazer uma "roça" em volta da casa, porque esta pertence ao fazendeiro e lhe é "emprestada" com essa condição: proibição de fazer plantações e de criar animais. A criação é proibida para que os animais do colono não vão danificar as plantações do patrão. E a lavoura não é proibida por palavras, mas como consequência da vida do colono, que trabalha para o fazendeiro de sol a sol, isto é, desde que o sol nasce até que se põe no horizonte...

No "hinterland" brasileiro falta tudo: não há escolas para que crianças possam crescer analfabetas. Dos 10.000.000 de crianças em idade escolar no país, aproximadamente 6.000.000 estão na escola e 4.000.000 fora da escola. Desses 4 milhões que não têm escolas, nada menos de 3.000.000 se encontram no interior. Não há hospitais, não há assistência à agricultura, não há estradas.

Se o homem quer produzir, não pode porque não existe crédito bancário. Só os ricos, à custa de muito sacrifício, viagem e "conversas" conseguem obter crédito agrícola. A legislação trabalhista, que apresentamos ao mundo como orgulho do Brasil, só protege o trabalhador da cidade.

Leis de férias, salário mínimo, aposentadoria, jamais chegaram ao interior do país. Nem se fale naquelas pequenas coisas que, afinal, fazem a alegria da vida: o cinema, o rádio, as festas públicas: tudo isso existe apenas para o homem das cidades.

Falamos que nossa "máquina de furar o tempo" nos leva de volta ao século XIX? Foi exagero, excesso de boa-vontade de nossa parte: em muitos sentidos o interior do país vive mesmo no século XVI! Em milhares de fazendas não existe a eletricidade, nem o lampião de querosene, mas apenas a lamparina de azeite! E em contraposição com os nossos auto-lotações, que são pelas avenidas asfaltadas, em inúmeras localidades o meio único de transporte não é nem diligência, tão conhecida de nossos avós: é o carro-de-boi, a rinchard dolorosamente pelas picadas. E quem tem pressa... vai a cavalo.

Tal como no século XVII, em centenas de municípios brasileiro do interior a medicina é exercida pelo farmacêutico, quando não pelo barão, porque na *localidade não existe um único médico*.

Ora, diante de tanta dificuldade, de tanto abandono, de tantas "coisas que faltam", não é de admirar o êxodo do interior para as cidades, que aumenta de ano para ano. Os homens perseguidos da Europa, as vítimas da última guerra, fogem aos milhares do local da sua desgraça para os países novos, onde têm a possibilidade de sua vida. Pois não deve ser menor a desgraça dos nossos imigrantes do "hinterland" brasileiro que fogem às dezenas de milhares por ano, procurando as cidades e o litoral. Com a agravante que no Brasil os campos não foram devastados pela sanha do inimigo feroz e implacável, mas pela desidia dos homens de governo, dos poderes públicos, que talvez há um século vem dirigindo o país "de costa para o Brasil", isto é, cuidando apenas da praia, pensando apenas na "cidade maravilhosa", fazendo leis apenas para a Avenida Rio Branco, pensando que o Brasil é apenas Cienfuegos e Copacabana.

Quanto mais os homens públicos se deixam engolfar pelas atrações da grande cidade, tanto mais igualmente as populações do interior para ela convergem. A população do Rio de Janeiro está crescendo na proporção avarante de 100.000 pessoas por ano!

Em resumo: enquanto deixamos ao abandono a maior parte do território nacional, estamos criando problemas absolutamente insolúveis no Rio de Janeiro, cidade apertada entre o mar e os mortos que a cercam por todos os lados.

É impensável, é urgente, é imperativo que se dê uma solução a esse angustiante problema, causador de tremendo desequilíbrio na vida econômica nacional. Veja-se que cada homem do campo que emigra para o litoral multiplica por dois a nossa crise de produção agrícola porque é um produtor de menor no campo e um consumidor a mais na cidade. Por outro lado, o próprio desenvolvimento econômico nacional, a prosperidade do nosso surto industrial nascente dependem do desenvolvimento do interior, pois lá jaz ao abandono quase 70% da população nacional, 40.000.000 de criaturas desajustadas de comprar coisas para o seu conforto e bem-estar, mas impedidas de fazer-lo, dado seu baixo poder econômico, seu baixíssimo salário. Assim, no próprio benefício dos industriais da cidade, faz-se mister o progresso do interior.

Ora, a solução lógica e evidente seria levar para o interior tudo que lá falta, todas as condições de progresso *fazê-lo*? Nenhum governo do mundo teria forças de inverter o curso da civilização, fazendo os homens, as indústrias, os capitais, os bancos, os recursos tecnológicos emigrarem da grande metrópole espalhando-se pelos campos semi-abandonados.

A solução teria que ser uma só e única: deslocar o próprio centro de civilização, o próprio centro de gravidade da vida nacional, que é a capital do país, para o centro do território.

Com esta única medida, todos os recursos econômicos, sociais e culturais se repartiriam um pouco entre o antigo e o novo centro. A simples mudança do governo acarretaria a mudança de indústrias, comércio, fontes de cultura e de bem-estar. Mudança digo mal, porque se formará um novo centro de civilização no interior brasileiro, sem que sequer milhares existam no litoral. E o governo, que jamais teria força para obrigar uma simples loja de comércio a abrir uma sucursal no interior, conseguirá, de pancada, imediatamente, que *todas* as grandes indústrias, grandes lojas, grandes ins-

tuições se utiqliquem, uma espantosa cisiparidade, permanecendo na metrópole velha e surgindo na metrópole nova. Não se trata, portanto, de "mudar uma capital", como afirmam alguns saudosistas, que choram: - afinal de contas, para que mudar a capital?" Muito menos pensamos nas tais "razões de ordem estratégica", de há muito ultrapassadas. O que se trata, isso sim, é de *mudar o centro de gravidade do Brasil!*

O governo é polarizador tremendo, em torno do qual giram, no Brasil, todas as coisas: a política e os políticos, a rede bancária, a indústria, as instituições sociais e culturais. Nesto regime paternalista em que vivemos, e em que ainda viveremos por muito tempo, tudo se espera do poder público. O governo é o sol, é o centro de atração universal.

E em Brasília, numa luminosa nova capital, queiram ou não queiram, os homens têm que pensar mais no interior, terão que cuidar mais do interior, vão descobrir que o Brasil não é só o litoral; numa palavra: *os homens vão descobrir o Brasil!*

Não podendo ficar isolados em Brasília, os governantes vão abrir estradas, construir redes telefônicas, criar linhas ferroviárias ligando Brasília com todos os quadrantes do país. Milhares de caminhões, automóveis e aviões terão que se dirigir para o coração do Brasil, dando, em seu caminho, um novo curso de civilização e de progresso. Uma nova era se iniciará para a interlândia brasileira. Os homens da capital sentirão absoluta necessidade de cuidar do interior, visto que ela e éis próprios se encontram na fazenda parte do interior. E aquelas coisas que não se fizeram *em séculos* serão feitas em poucos anos.

Que ninguém tenha dúvidas: a mudança da capital será, para a história do desenvolvimento nacional, uma data não significativamente o 21 de Abril, o 13 de Maio, o 7 de Setembro ou o 15 de Novembro. É uma nova época que se inicia para a história do Brasil. Bem houve, portanto, o governo em fixar essa mudança para o dia 21 de Abril. Nesse dia, em 1789, surgiram os primeiros movimentos em prol da Independência política do país; nesse dia, em 1960, se dá o passo definitivo em prol da nossa Independência econômica e social.

Brasília é o Brasil que se encontra a si mesmo.

# brasília e sua formação sociológica

José Américo Mendes

Há muito vinham os brasileiros desejando a mudança da Capital para o interior. Desde o Império cogia-se da famosa mudança. Já os Inconfidentes mineiros planejaram, caso vitoriosos, levar a sede do governo para Vila-Rica.

Finalmente agora Brasília sai das letras de fôrma dos escritos para o nanquim das plantas arquitetônicas, e daí nasce realisticamente em concreto e aço, para mostrar ao mundo que sua hora chegou.

Fosse vivo o Padre D. Bosco, da Ordem dos Salesianos, e veria a sua visão tornar-se realidade, pois, esse homem santo, hoje canonizado, teve uma visão da futura capital do país, inclusive dando sua localização — a mesma que ocupa atualmente a portentosa obra.

Brasília não é necessária qualquer que seja o prisma por que a olhemos:

Estratégicamente Brasília é necessária, pois, no período de tensão por que passam as nações, é de bom alvitre que a sede do governo se localize no interior, a salvo de possíveis ataques.

Economicamente Brasília é necessária, pois, passando a funcionar como um eixo no interior do país, provocará a irradiação de estradas partindo dela para os diversos Estados da União, ou vice-versa, provocando maior facilidade de contato com a Metrópole, maior incremento ao transporte, quer ferroviário, quer rodoviário. Não devemos nos esquecer de que a agricultura também se verá beneficiada, já que a localização da capital, quase que no eixo central do país, provocará o povoamento do interior, possibilitando o aproveitamento das terras até agora abandonadas.

Demograficamente Brasília é necessária porque fará com que as populações poven no novo interior. É sabido que milhões de pessoas vivem apertadas, na estreita orla marítima, talvez superadas pelo do-

minio metropolitano, em busca de melhor trabalho, o que equivale a dizer: em busca de melhor padrão de vida. Enquanto isso, nosso "hinterland" apresenta um coeficiente populacional de 4 habitantes por quilômetro quadrado!

Com a mudança da capital também esse mal terá desaparecido, pois, as populações que ora para aqui vêm, irão para o interior, estabelecer-se na nova capital ou em seus arredores.

Muitos problemas tiveram que ser vencidos, muitas dificuldades afastadas. Não se procuram contorná-las, venceram-nas. Muitos problemas ainda terão que vencer, os modernos burocráticos, os novos desbravadores.

Combe ao nosso presidente, sr. Juscelino Kubitschek, a tarefa hercúlea de iniciar sua construção. Como sempre foi, e será, é impossível contentar-se "a gregos e troianos". Porém ainda há o que, a despeito das idéias políticas, reconhecem nele, e em sua gigantesca obra, um valor até agora sem par.

Mas, para além daqueles que ainda creem neste povo, deve lembrar que os que procuram retardar nos progressos, passá-lo, transformando-se em pó ou lodo, porém Brasília ficará para provar ao mundo, através dos séculos, a tenacidade de um presidente e a confiança de um povo...

## Nota da Redação:

Este trabalho do jovem universitário José Américo Mendes, classificado em primeiro lugar, é a redação da prova escrita de português do vestibular ao curso de bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Com a devida vênia da Faculdade e do Autor, tomamos a liberdade de publicá-lo na íntegra, para que o público sinta o pensamento borbulhante de um moço que nasceu escritor.



# a aspiração mudancista no centenário da independência: a pedra fundamental da futura capital no planalto central

Marcelino Rodrigues Machado

Transforma-se em realidade a aspiração secular, que vem dos primeiros da nacionalidade, da mudança da Capital para o Planalto Central do Brasil! Ai está Brasília como um fato real, consumado, que se afirma sob todos os aspectos e quaisquer aspectos, índice da capacidade do nosso povo e espelho do seu porvir!

Pretendemos aqui, em rápidas palavras, relembrar o que fizemos pela consecução de tão patriótica aspiração, de que sempre fomos partícipes desde a distante mocidade, quando tivemos a honra de representar o Maranhão na Câmara dos Deputados, por ocasião do Centenário da Independência.

Preparava-se o país para festejar o centenário da sua emancipação política, sob o governo do grande Egiptácio Pessoa, e, adepto da mudança da Capital, ocorreu-nos a lembrança de apresentar um projeto com dupla finalidade: debar a sua prova concreta da persistência da aspiração secular, lançando a pedra fundamental da futura Capital no planalto central e sugerir o início da construção desta com a autorização das providências preliminares.

Redigimos, para esse fim, o projeto abaixo, que pedimos ao saudoso colega e amigo Americano do Brasil para também assiná-lo em homenagem a Goiás, que ele representava, datando-o de 7 de setembro de 1921:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O governo lançará a pedra fundamental da Capital Federal no planalto central no meio-dia de 7 de setembro de 1922.

Art. 2.º — Em janeiro publicará editais sobre apresentação de plantas e meios para a construção da futura Capital, estabelecendo prêmios, de modo que, em setembro de 1922, seja o resultado submetido ao Congresso Nacional.

Art. 3.º — Fica o governo autorizado a alugar os créditos necessários para a execução desta lei, revogadas as disposições em contrário. Sala das sessões, em 7 de

setembro de 1921. Rodrigues Machado — Americano do Brasil".

Na sessão dos trabalhos parlamentares sobre esse projeto que tomou o número 680, de 7 de setembro de 1921, encontra-se o seguinte:

"Em 7 de setembro é julgado objeto de deliberação e enviado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Em 20 de dezembro veio a imprimir, sob o n.º 680-A, o parecer da Comissão de Justiça com substitutivo, e o da de Finanças, favorável ao substitutivo. Em 22, em virtude de preferência requerida pelo Sr. Rodrigues Machado e outros entra em 1.º discussão, que é encerrada e é aprovada com dispensa de interstício a requerimento do Sr. Americano do Brasil. Em 23, é encerrada a 2.ª discussão e aprovado, com dispensa de interstício a requerimento do Sr. Americano do Brasil. Em 24, é encerrada a 3.ª discussão e aprovado, bem como a redação final 680-B, dispensada sua impressão a requerimento do Sr. Rodrigues Machado, indo o projeto ao Senado. Em 10 de janeiro de 1922 o Senado envia-o à sanção. Sancionado por decreto n.º 4.494, de 19 de janeiro de 1922, publicado a 21".

Como se verá, apresentado o projeto foi às comissões competentes, que, após três meses de detido exame, fizeram um substitutivo, que veio a se transformar no Decreto Legislativo. Narremos, porém, a sua translação nas duas comissões: Na da Justiça, foi relator o grande espírito de Prudente de Moraes, que, após longo parecer, terminou pela apresentação do substitutivo vitorioso afinal, obtendo a assinatura de todos os outros membros, Melo Franco — presidente, Arthur Lemos, Carlos Maximiliano, Godofredo Masciel, Arlindo Leoni, Verissimo de Melo e J. Lammartine, que apresentou voto em separado, também favorável. Na Comissão de Finanças foi relator Bento Miranda, em sessão de 19 de dezembro, que aprovou o substitutivo da Comissão de Justiça, declarando "que nada mais é do que a primeira etapa na con-



secução de um desideratum secular de várias gerações de estadistas." Foi assinado pelos demais membros — Estácio Coimbra, presidente, Bueno Barilho, Thomaz Rodrigues, Antonio Carlos, com restrições, L. Corrêa de Brito, Carlos Penafiel, com restrições quanto à oportunidade, Rodrigues Alves Filho.

O substitutivo das duas Comissões, como se verifica na síntese, foi enviado ao Senado, e, sem alterações, transformado na lei seguinte:

"Decreto n.º 4.494 — de 18 de janeiro de 1922.

Determina que a pedra fundamental da Capital Federal seja lançada no planalto de Goiás, no dia 7 de setembro de 1922, e dá outras providências.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º — A Capital Federal será oportunamente estabelecida no planalto central da república, na zona de 14.400 quilômetros quadrados que, por força do art. 3.º da Constituição Federal, pertencem à União, para esse fim especial já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2.º — O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a Capital da União.

Art. 3.º — O Poder Executivo mandará proceder a estudos do traçado mais conveniente para uma estrada de ferro que ligue a futura Capital Federal a lugar em comunicação ferroviária para os portos de Rio de Janeiro e de Santos, bem como das bases on do plano geral para a construção da cidade, comunicando ao Congresso Nacional, dentro de um ano da data deste decreto, os resultados que obtiver.



Art. 4.º - Para a execução deste decreto fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários.

Art. 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1922, da Independência e 34.ª da República. - Epitácio Pessoa - Joaquim Ferreira Chaves e J. Pires do Rio.

Procuramos, em seguida, agir junto ao governo, que mandou executar a medida preliminar: o lançamento da pedra fundamental.

Por intermédio do engenheiro José Palhano de Jesus, então inspetor federal das estradas, foi cumprido o disposto em lei, conforme narra o vespertino "A Noite", do Rio, de 12 de setembro de 1922, que enviou um representante à solenidade: "A comissão de engenheiros encarregada do lançamento da pedra fundamental da nova Capital é composta dos Drs. Balduino Almeida, engenheiros diretor da Estrada de Ferro de Goiás, chefe, e auxiliar Carlos de Melo e Edgard Peixoto Guimarães. Acompanha a comissão, como fotógrafo-cinematografista o Sr. Plínio, que tirou magníficas vistas e fitas cine-

matográficas de diversos aspectos, inclusive um "Ford", puxado a bois".

"Conversando com o chefe da comissão ouvimos ter escolhido o ponto junto a Planaltina, por ser prestável para grande população, devido à sua situação magnífica, acreditando não haver local igual, e, portanto, nem melhor nem mais belo, sendo de lamentar a exiguidade de tempo que teve para organizar sua viagem, pois fora convidado pelo governo no dia 27 de agosto, só então organizado nas oficinas da Estrada de Ferro de Goiás as pedras para a pirâmide, pesando quatro toneladas, e a placa comemorativa de bronze. Foi um verdadeiro herói, conseguiu o Dr. Balduino assentar a pedra no dia marcado, sendo como é de 315 quilômetros a distância do ponto da estrada de ferro ao planalto".

O marco colocado no "Morro do Centenário", na "Serra da Independência", tem 3,75m de altura, estando a 1.000 metros de altitude, e, na face oeste, foi fixada a placa de bronze com a seguinte inscrição: "Senho Presidente da República o Exmo. Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao disposto no decreto n.º 4.494 de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada em 7 de setembro de 1922, ao meio dia, a pedra fundamental da futura Capital dos Estados Unidos do Brasil".

Não podíamos estar ausentes a tal solenidade, e, por isso, foram trocados os telegramas seguintes: "Sr. Zelnires Reis, Santa Luzia - Goiás.

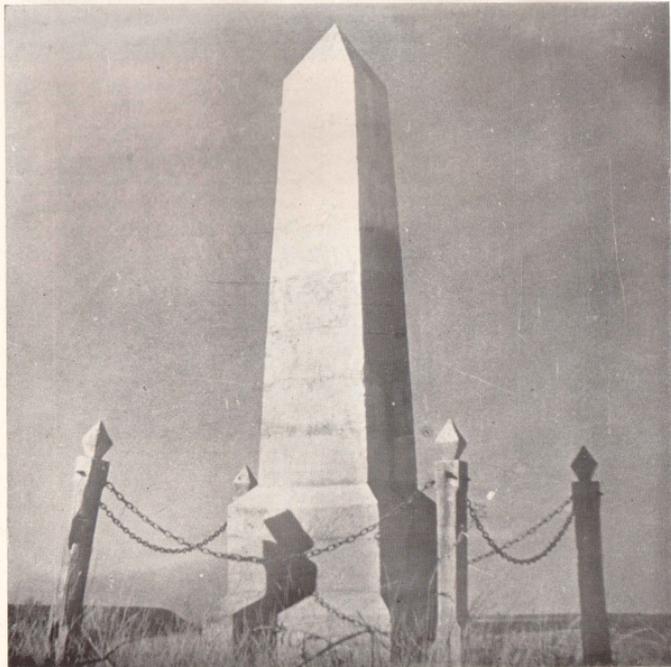
"Por indicação colega Americano do Brasil, companheiro apresentação projeto que se converteu decreto 4.494, peço-vos obséquio representar-me lançamento pedra fundamental futura Capital Federal no planalto Goiano. Saudações. Rodrigues Machado".

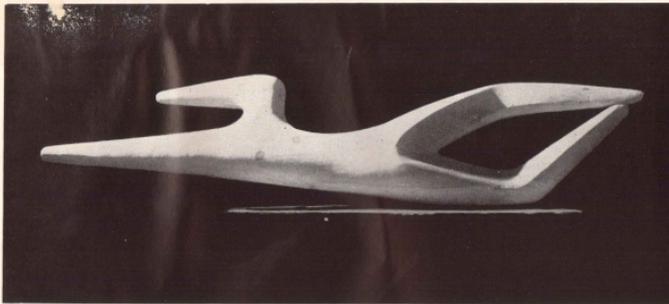
No dia 8 de setembro recebíamos a resposta: "Honroso mandato cumprido. Cumprimentos, Zelnires".

Muitos anos, após vários e meticulosos estudos, foi escolhido o local onde se acha atualmente Brasília, e, mirabile dictu! -

marco colocado, como acima se descreve, encontra-se apenas a cerca de quinze quilômetros do centro urbano de Brasília, devendo em poucos anos estar compreendido no perímetro urbano! O Dr. Balduino de Almeida, alguns meses depois da colocação em conversa conosco, declarou-nos que havia executado a colocação da pedra fundamental, dada a exiguidade de tempo e de meios, a "dihômetro", usando uma expressão de giria profissional! Fora a intuição divina, que lhe permitiu situar Brasília no devido lugar! É bem compreensível a satisfação de quem, aos 73 anos, com a consciência tranqüila de ter cumprido o seu dever nos vários cargos ocupados, vê realizando um meio patriótico de toda a sua vida!

E, para terminar, seja-nos permitido reproduzir as palavras finais de um discurso na Câmara dos Deputados, a 4 de junho de 1923, sobre este mesmo tema: "Só então, Srs. Deputados, quando do planalto central o Governo Federal puder abençoar com um só golpe de vista toda a vastidão da nossa pátria; quando de lá irradiarem como os raios de uma das mãos as vias férreas em todas as direções do nosso imenso território; quando, fora do meio cosmopolita desta cidade, estivermos impregnados da alma das populações do interior, que são o cerne da nossa nacionalidade, e mais próximos, e sob a inspiração do Cruzeiro do Sul, só então, o Brasil realizará a profecia de sermos o país do Século XX".





## brasilíacapital de poetas e artistas

Ary de Andrade

Fui a Brasília por minha conta e risco. Com minha mulher, três convidados meus e mais cinquenta e tantas pessoas, em ruíndosa excursão alada, lá desembarcamos de um quadrimotor do Lóide Aéreo. A princípio reinava alguma desconfiança. Tão logo, porém, percebemos o que se nos oferecia naquele planalto, fomos totalmente dominados pelo emocionante espetáculo do nascimento caótico e colorido de uma Capital.

Depois, aquela sucessão de albramentos. Meus olhos por lá deixei-os pregados àquelas massas arquitetônicas. Meu coração ficou perdido entre estruturas fantásticas, marcas, datas recentes e conjuntos modernos nas super-quadras residenciais. Lá está minha saudade misturada à terra vermelha, recém-desvirginada, sangrando feliz e agradecida. Trouxe comigo o inenso ruído de milhares de obedientes máquinas, que, pela mão experiente dos "candangos", estão construindo um sonho de pedra, ferro e cimento.

O Presidente Kubitschek denominou-a "Meta-Síntese". Esta foi também a minha sensação ao fim da visita que lhe fiz. Brasília é, sem dúvida, a síntese de uma obra gigantesca e fabulosa, da qual só se orgulham os que não têm espírito penetrante. Dessa Brasília já se disse tudo. De bem e de mal. Contra ela se articularam as mais poderosas forças representativas de interesses contrários, em campanhas incessantes e cuidadosamente conduzidas. Nada, entretanto, pode superar a realidade singular de sua existência. Para mim Brasília é a Capital de poetas e de artistas. Cidade sonhada, planejada, traçada por urbanistas, arquitetos, engenheiros e técnicos brasileiros, edificada com máquinas e materiais nossos, graças ao trabalho formidável de operários do Brasil — Brasília é um deslumbramento e uma reconciliação.

Tudo nela é grandioso, sem restacques. Belo, de uma beleza que não só deslumbrava, mas comove até às lágrimas. Há encontros inimagináveis entre o Brasil de antanho e o Brasil do porvir. Assim é que, numa larga parede do Salão de Recepções do Palácio de Alvorada, onde a

riqueza não nos afrouta, vi, de súbito, dois Anjos do Arlequim plenamente integrados naquele ambiente de serena modernidade.

Ora era um soalho de autêntico lacarandá da Bahia, que se pisa quase com unção, sobre o qual tapetes de aparado gôto compõem uma atmosfera da mais perfeita dignidade. Ou então, antíquíssima imagem de madeira de Nossa Senhora sobre um granito róseo de Goiás, a dizermos que a beleza, uma e múltipla, é pura, simples e essencial, que é eterno, permanente, harmonizada-se e condensou-se numa forma geométrica, numa sinfonia, num poema ou num conjunto arquitetônico.

E foi assim que vi Brasília. Uma integração. Uma descoberta.

Quem não for capaz de humildes deslumbramentos não vá a Brasília. A Brasília não vá a aquele que é incapaz de sopitar a vida e o despeto. Não deve ir a Brasília o frustrado e o irconciliado com a injustiça e com os homens de seu tempo. Não precisa conhecer Brasília o que se acomoda, se acovarda e perde a fé e a confiança no povo. Quem for, amofino ou mesquinho não tem necessidade de conhecer essa Capital criada por artistas e poetas para todos os que têm sensibilidade capaz de vibrar ante os grandes problemas que sua fundação vai ajudar a resolver.

Brasília é para os ousados. Brasília deve ser vista pelos capazes de generosidade e grandeza de alma. Mesmo porque, este não é um Governo que se possa avaliar com a vara de mal-medicar da medicreiação de pilula e tinozetas.

Brasília deve ser visitada pelos jovens, de espírito e de corpo.

Brasília precisa ser vista pelo que acreditam no Brasil, na sua gente e no seu irreversível amanhã.

Porque Brasília é uma alvorada a que estamos assistindo de olhos deslumbrados, de coração inundado de esperança, de amor infinito e da mais alta emoção.

Para tudo mais, há sempre aqueles versos de Fernando Pessoa:

"Vale a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena."

## preciosismo brasileiro

miguel crivaro

O preciosismo brasileiro não é u'a moda arquetípica, é mais: u'a maneira de ser do espírito brasileiro, uma das essenciais funções da criação das constantes da linguagem inventiva. E' talvez, como a gália do carvalho, uma doença orgânica da inspiração.

Mas quem ignora dar à patologia exclamamentos fecundos sobre o funcionamento de um organismo vivo? Não muito que considero no estudo deste fenômeno que se constrói e das formas de que se revestiu nas várias épocas. Brasília é, muito exatamente e antes de mais nada, aquela forma de exposição, que consiste em não chamar as coisas pelo seu nome. Há escritores, cujo gênio se desespera a lixar o homem e o universo, das silvas que o encobrem a nossos olhos ou ajudam a sobreviver. O andamento da nova capital, claramente se vê a que conduz: a um lúcido e tenaz, "é muito mais do que apenas isto".

Numa lapide, será inscrita, uma realidade desusada. Brasília é isso, apenas isso. Brasília é só isso, só isso a sua vida, só isso o mundo em que ela está entranhada, e o homem seu cativo. Mas, em face destas belas empresas de engrandecimento da Pátria, a tradição, o preciosismo, devem manter a técnica diferente de apreensão da verdade. Brasília tece entre o homem redução a si próprio, o universo reconduzido à beleza de sua estrutura sob objetos doentes de solidão, uma cantilanteia de metáforas, a luminosa réle das faixas provocadas pela degradação, diminuindo os choques, aumentando as visões telescópicas. Controló com as ideias, as imagens e as palavras, um sistema que religa.

Religião, religião: os primeiros monumentos do preciosismo brasileiro, cuja santidade poderia ser fixada no pórtico de uma Antologia Universal.

Preciosismo é uma arte de expansão, um processo de ampliação lírica. Por meio dela, o homem compare-se aos astros e às grandes erupções cósmicas.

As metáforas apañam no "largo" das palavras um espesso ramo de beleza concreta, entre as quais o espírito determina uma unidade até então invisível.

O preciosismo maior é o telescópio do que se está construindo; na sua ocular, o horizonte, os edifícios, as estrelas e as moléculas, a poesia celeste e as góias do orvalho confessam o seu parentesco secreto. Dêle se poderia dizer o que Eluard diz — e preciosismo — da mulher amada:

"Tem sempre o olho aberto  
E não me deixa dormir.  
A plena luz dos seus sonhos  
Todos sóis se evaporam.  
E rio-me, choro e rio,  
Falo sem ter que dizer."

Mas, a par desta forma soberana de preciosismo, há outra, raquítica e enfezada. O preciosismo menor. Abafa só um alvivo de flôres artificiais os objetos que celebra, transforma o telescópio porque se serve dêle ao contrário do lado da objetiva. E' aquela arte de que Pascal severamente diz: "que consiste em dizer pequenas coisas com grandes palavras e inóites".

Enquanto o preciosismo maior é uma arte das altas épocas, o menor é sinal de vitalidade enfraquecida; expressão gasta das decadências ou das épocas de transição. Temos todos, diante dos olhos, o duplo exemplo. O extraordinário vigor da arquitetura moderna trouxe-se no preciosismo dos construtores de Brasília. Mas há também, perto de nós, o parêntese do amolecimento e da degradação da linguagem, o preciosismo dos incomformados, cujas minuciosas torturas, inflingidas às imagens e às palavras, envolveram tão depressa como as afetações de Cotin. O preciosismo brasileiro tem dois rostos — de Montaigne e de Proft. Claramente se vê, de ambos, qual o necessário.

Porque há, entre os brasileiros, um preciosismo necessário, e hoje mais do que nunca, talvez. Temos necessidade dos que veneram e admiram, cujo olhar sabe ser fértil, cujo olho se encandeia perante as riquezas que o homem a si próprio dá. Os iconoclastas são indispensáveis, para que o que morreu seja chamado morto. Mas o preciosismo brasileiro é necessário, para o que tem preço ser sandalo pelos nossos filhos, e salvo.



# uma memória da época colonial, sobre o melhoramento da agricultura e do comércio da capitania de goiás

Prof. Mário Barata

Agora que a capital brasileira situa-se no interior do país, em terras que foram da Capitania de Goiás, não há dúvida que essa região, balizada ao norte pelo Tocantins e pelo Araguaia, se desenvolveu propiciando novas condições de progresso tanto do centro e os extremos norte e oeste do país.

Cunha Mattos, na sua *Cronografia Histórica da Província de Goiás*, escrita em 1824 mas publicada cinquenta anos depois, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cita memórias anônimas, de 1785 e 1812, que cetero aliadas e aumentadas, nas "Memórias Goianas" do Padre L. A. Silva e Souza.

Ligados ao Grão-Pará, por via fluvial, os Goianos como na época se chamavam freqüentemente a região — também foram objeto de estudos práticos ou teóricos de sertanistas e militares saídos da cidade de Belém, aos quais Cunha Mattos não se refere. Alguns deles merecem ser revidados, neste ano em que Brasília aumenta o interesse nacional pelas regiões centrais do país. Destaqueamos, de entre os trabalhos antigos sobre Goiás, a "Memória" / Em que se mostram algumas Provindências dependentes ao melhoramento da Agricultura e Comércio / Da Capitania do Govaz / Por Francisco José Rodrigues de Barros Sargento mór da capitania do Pará" / (2)

Foi escrita em 1806. Publicou-se no tomo 11 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1848, com a indicação: "Escrita e dedicada ao Conde de Linhares", parece que essa informação do Instituto deve ter-se baseado em cópia destinada ao referido ministro português, a qual teria servido à impressão e hoje acha perdida, ou o manuscrito original existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, não é lá dedicado.

Escreve o autor: "O estado de decadência em que se acha reduzida a capitania de Goiás desde o ano de 1776 promove certamente o desejo de examinar não só as causas que a tem ocasionado, mas também o de cogitar sobre os meios de a restituir ao seu antigo estado, ou ainda ao de maior prosperidade". "... e a fim de em quanto se acha reduzida a capitania das aos governadores e capitães generais de Goiás e Pará se empenham em processos para animar o comércio entre as capitânicas, servindo de princípios sobre os quais apontarei alguns meios, que talvez consigam o fim proposto". "... Daqui faz

climicamente se conclui que o mais importante comércio, que a capitania de Goiás pode fazer, será com o Pará pela comodidade que oferecem os mencionados rios, e particularmente o Tocantins, que atravessa quase toda a dita capitania, tocando em muitos pontos os seus extremos povoados, e navegável até o rio Urugu. É verdade que nesta navegação se encontram algumas dificuldades, das quais trataremos, porém estas devem vencer-se pelo método que também se dirá. "7. Abunda esta capitania em muitos gêneros de seus produtos, quais são a mandioca e milho, de que fazem o pão ordinário, feijão, arroz, café, algodão, acicari, aguardente de cana e outros; também produz urucu, amil e trigo, ainda que este gênero se tem olhado com indiferença, quando aliás podia aumentar-lhe ultimamente o seu comércio; abunda igualmente em carnes de porco e de vaca, de cujas couros fazem boa e excelente sola. Apesar desta fertilidade, é a dita capitania das mais pobres que se podem considerar no Estado do Brasil, procedendo esta pobreza da falta de exportação dos sobrelitos gêneros.

8. É verdade que uma tal capitania, que abunda em tudo quanto é necessário para satisfazer as primeiras necessidades de seus habitantes, faz considerável a estes felizes; porém esta felicidade só poderia reparar-se se eles se dessem consideração isolados e inteiramente separados dos interesses sociais do Estado; mas como éis facilmente dependente de outros, não pôde pôde pelo trabalho da sua cultura promover o comércio, e que por um e outro princípio contribuem com a parte que lhes corresponde na orden social".

"11. No § 6.º se mostrou que a situação local da capitania de Goiás é das mais centrais do Estado do Brasil, e nos §§ 7.º e 8.º se disse que não obstante o ser fértil para a cultura da produção, os seus habitantes vivem todavia em suma pobreza, e o motivo procede certamente da falta de exportação ou concorrência exterior, a qual é dificultada pela longitude em que se acha esta capitania das de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará, e assim se conclui. Quando digo que a concorrência exterior é dificultada, tenho em vista as graves despesas dos transportes terrestres, que não podem ser compensadas pelo valor dos gêneros transportados, embora sejam estes superiores para o uso dos habitantes de

Goiás. Esta razão é igualmente aplicável a esta que a exportação se faça pelos rios referidos no § 6.º considerada não só a sua grande extensão, mas também, que se encontram na sua navegação. Pode portanto deduzir-se do que fica referido, que é o que se procurará mostrar no segundo e terceiro capítulos".

"10. Ainda que as sobrelitos referidas são bastantes para provar a regularidade e economia que deve haver nos trabalhos da agricultura, todavia a seguinte será a decisiva. A agricultura sem o socorro do comércio seria muito limitada no seu efeito essencial, e por consequência não chegaria nunca à sua perfeição; e esta a razão por que aqueles povos que não têm considerado a cultura das terras mais do que da parte da subsistência viveram sempre pobres, quando ao contrário aqueles que simultaneamente a têm olhado como objeto de comércio há gozado de abundância e de riqueza sólida. Quem nos ministra a prova desta mesma verdade é a própria capitania de Goiás, a qual só tem olhado a cultura da parte da subsistência, e por essa razão se tem habitado sempre em suma pobreza, quando aliás poderiam felicitar-se a considerarem também como dependente de outros, não fosse pela comatigação interior ou pela exterior, que lhes será sempre a mais vantajosa; e para isso é que se torna essencialmente necessário o ter regularidade e economia nos seus trabalhos, e que o governador vigie sobre este importante objeto, e promova os meios de lhes facilitar a exportação".

"17. No § 6.º fica dito que os rios Tocantins, Araguaia e outros da parte da capitania de Goiás, e que admitem navegação para transporte dos gêneros da sua cultura para a capitania do Pará, e também se disse que esta navegação é dificultada. Agora convém mostrar as dificuldades, que reduzirei a quatro essências, a qual é dificultada pela longitude em que se encontram em aprontar as precias embarcações para as suas embarcações; a segunda é a falta de margens das rios mencionados rios habitantes que os fornecem dos necessários mantimentos; a terceira é a dificuldade passagem das cachoeiras e estariadas que há nos mesmos rios, o que os obriga a levar maior número de Índios (ou outras pessoas) do que ali se ne-

cessitariam; a quarta finalmente consiste na preciosa que tem a passar também patentes, das quais requererá a régia confirmação".

"22. A experiência tem mostrado ser prejudicialíssima ao Estado e contrária à fazenda pública o vício que os índios das terras em que estão acostumados a viver para outros remotos, o que se prova não só com a experiência de diferentes fatos acontecidos no Estado do Pará, mas mesmo com o infeliz resultado da mudança dos Xavantes, que habitando entre os rios Tocantins, Araguaia, e devendo formar-se povoações em suas margens, foram removidos para uma aldeia distante pouco mais de vinte milhas, desertaram, perdendo desta forma o Estado não só a grave despesa que se havia feito no seu desamento e povoação, mas um tão grande número de vaiaçãos, com efeito tais mudanças é que verdadeiramente se pode atribuir a decadência que todas as povoações índianas principiaaram a experimentar de certo tempo em diante, de maneira que umas estão desertas inteiramente, e outras quase desertas. É certo que outros atribuem as causas a outros motivos; mas remontando-nos a tempos anteriores, e considerando os motivos que hoje se alegam, achamos que éles não obstante eram que as povoações tivessem todas muita população; e por isso novamente o Paraná, que remaneceu a primeira da decadência, e para a evitar é certamente o motivo porque os missionários foram sempre abelias junto aos lugares em que faziam os descimentos, para terem os índios contentes, e para éles se servirem na extração dos produtos gêneros do sertão, de que tinham todo o conhecimento como naturais d'ele, circunstância esta bem atendível".

"21. Em uma memória que tenho feita sobre a capitania do Rio Negro no Estado do Pará trata também sobre o descimento do gentio, e porquanto repetirei aqui o mesmo que nela tenho dito, e que pode praticar-se igualmente para com o que habita nos sertões e margens dos mencionados rios Araguaia e Tocantins e seus tributários.

"Promover os descimentos dos índios que ainda vivem no centro dos sertões e do qual se tem precisado não só para animar as povoações, mas para propagar a fé católica, que há sido em outros tempos a principal causa que moveu os Fideiúsmos Senhores Reis de Portugal a emprender as conquista, não limitando despois a estes, mas também a outras, o que provam os muitos monumentos que se encontram em todas as partes do mundo, onde se avistaram os seus, e particularmente neste Estado do Brasil bandeiras; descimentos que se acham enfraquecidos, ou porque erradamente se figurava julgados certeiros, ou porque deixam de achar-se aquela utilidade, que percebiam aqueles que barbaramente os possuíam como escravos; mostrando porém o adiantamento e vantagem que resultará ao Estado dos descimentos, e o modo por que poderão animar-se aqueles que se aplicarem.

"Primeiramente, tudo aquilo que se aplicar ao descimento dos índios será considerado como vassalagem ao Estado, e habilitado para exigir do Príncipe Recente aquelas mercês com que premia aos beneméritos e que os seus súbditos merecem.

Para desse logo se mostrar o quanto é digno da sua real atenção tão importante o serviço de mandar, que assim que qualquer vassallo da capitania transpor para cima de cem indios selvagens para cima de um e outro sexo, lhe passe o governador a patente de capitão dos mesmos indios com os privilégios de milícias, que serão involuntariamente observados, e o mesmo

capitão proporá os subalternos, a quem o governador passará também patentes, das quais requererá a régia confirmação".

"22. A experiência tem mostrado ser prejudicialíssima ao Estado e contrária à fazenda pública o vício que os índios das terras em que estão acostumados a viver para outros remotos, o que se prova não só com a experiência de diferentes fatos acontecidos no Estado do Pará, mas mesmo com o infeliz resultado da mudança dos Xavantes, que habitando entre os rios Tocantins, Araguaia, e devendo formar-se povoações em suas margens, foram removidos para uma aldeia distante pouco mais de vinte milhas, desertaram, perdendo desta forma o Estado não só a grave despesa que se havia feito no seu desamento e povoação, mas um tão grande número de vaiaçãos, com efeito tais mudanças é que verdadeiramente se pode atribuir a decadência que todas as povoações índianas principiaaram a experimentar de certo tempo em diante, de maneira que umas estão desertas inteiramente, e outras quase desertas. É certo que outros atribuem as causas a outros motivos; mas remontando-nos a tempos anteriores, e considerando os motivos que hoje se alegam, achamos que éles não obstante eram que as povoações tivessem todas muita população; e por isso novamente o Paraná, que remaneceu a primeira da decadência, e para a evitar é certamente o motivo porque os missionários foram sempre abelias junto aos lugares em que faziam os descimentos, para terem os índios contentes, e para éles se servirem na extração dos produtos gêneros do sertão, de que tinham todo o conhecimento como naturais d'ele, circunstância esta bem atendível".

"Tudo aquilo que pretender estabelecer-se nos mesmos lugares com fazendas de gado, este lhe será dado o que pertence à real fazenda como obrigação de conservar sempre igual número, que entregará quando lhe for ordenado, por isso que o lhe pertencerá a produção, do que livremente poderá dispor. E no pagamento dos mesmos gados para os lugares que se destinarem será socorrido por conta da real fazenda pelos meios seguintes.

"25. Como a capital de Goiás se acha muito distante dos lugares em que devem fazer-se os mencionados estabelecimentos, e por essa razão se tem procurado a favor do Exmo. General possa examinar pessoalmente os mesmos lugares e os trabalhos que devem fazer-se, convém que se cometa este importante serviço à pessoa, que pela sua probidade e patriotismo ambicione a glória que lhe é de realzar de ter com o corrido com a sua vigilância e préstimo para o bem geral dos seus concidadãos e interesse da real fazenda, entre os quais deve desde logo compreender-se o que deve seguir-se da bem entendida economia na acertada disposição dos trabalhos e do zelo com que deve vigiar sobre os mesmos".

(1) — T. XXXVII, p. 1, 2.º tom, em 1874, 213-298 e p. H, 5.150, em 1806.

(2) — O autor, não de nome, foi um dos chefes da Revolução Constitucionalista de 1.º de janeiro de 1821, em Belém do Pará, e foi o primeiro capitão a ser nomeado para a defesa do Pião. A seguir foi membro da Junta Governativa do Pará.

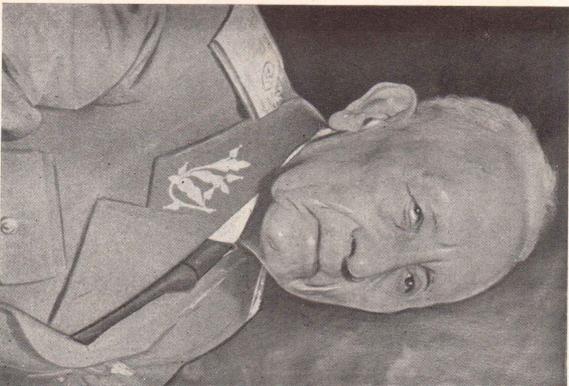
## tiê: nomes que a história não esquece

Não podemos esquecer, ao se transferir a Capital, três grandes vultos que se empenharam na campanha mbanditista: Presidente Arthur Bernardes, Marechal Rondon e M. A. Teixeira de Freitas.

Arthur Bernardes, como deparado, foi quem se bateu e demodadamente, para que se incorporasse, à Constituição de 1946, o dispositivo mudantista da Constituição de 1891. Seu ponto de vista, na Constituinte, foi vitorioso: a Capital deveria ser localizada no Planalto Central, atendendo-se, assim, ao que aconselhou, em relatório, a Missão chefiada pelo Engenheiro Luiz Curiis.

O Marechal Rondon sempre sustentou, com energia, a necessidade da mudança. O grande serrentista sustentou, mesmo, que a mudança era o maior problema do Brasil, vendendo, vantagens, a bem dizer, incalculáveis.

Marechal Rondon



Teixeira de Freitas via, primordialmente, na Capital desejada, uma função civilizadora, capaz de criar, na vida brasileira, uma bipolaridade — o mar e o sertão.

Achava o grande técnico que precisamos deter, seja como fôr (fictual), a torrential "corrida" para leste. Esse exodo — dizia Teixeira de Freitas — está esvaziando catástroficamente o Brasil interior, estancando a maior parte das fontes econômicas. A hipertrofia de algumas metrópoles orientais (Rio e São Paulo principalmente) precisa de compensação para perfeito equilíbrio funcional do regime federado.

Teixeira de Freitas, como se vê, argumentou sempre com absoluta precisão.

Aos três grandes patriotas, nesta oportunidade, histórica por natureza, cabe, sem dúvida, um pensamento de louvor e de saudade.



Arthur Bernardes

M. A. Teixeira de Freitas



## bernardo sayão

Bernardo Sayão, Cervallo, Ararijo, não era apenas o Diretor Executivo da Novacap. Nem somente o braço e o coração da rodovia Belém-Brasília. Era o pioneiro autêntico, que trocou o conforto da capital pela batalha da "Marcha para o Oeste". Os melhores agricultores fundados por Sayão no interior de Goiás at esteio, como vanguardas do adensamento, muito antes que se mudassem os trabalhos de construção na Nova Capital, colonizou-se sempre à frente de seu exército. Foi o conquistador do Brasil desconhecido. Foi o antes de vencer sua desafiadora batalha.

tombou no campo de luta, esmagado por um dos gigantes da mata, que se rebelou contra o conquistador. Sua morte é uma epopéia na construção da Rodovia Belém-Brasília, obra à qual tinha dado sua alma e seu coração e que terminou por levar-lhe também a vida. Sua luta será sempre um exemplo para os modernos desbravadores que se emprenham na tarefa de povoar o Brasil interior. O filho do Brasil, Bernardo Sayão continua presente em Brasília. Da modesta campina onde se repousa, na Nova Capital, parte constantemente um pitueto alerta águales que se dedicam à "Marcha para o Oeste".



## brasil, capital da esperança

(Homenagem à revista "brasil")

### Eng. Luiz do Amaral

Quem de nós tiver um álbum de velhos retratos, as primeiras cartas de namoradas e de velhos amigos, presenças coisas que, diante de nossos olhos têm o condão de nos transportar ao passado longínquo, pelas inenarráveis paisagens que entrelaçam os caminhos da vida, quem não gostaria de conservá-las sempre?

Engenheiro civil por gosto e vocação, recordamos ainda hoje a construção da primeira casinha no interior de São Paulo, marco inicial da nossa atividade profissional, acompanhando-lhe o crescimento com desvelo e ansiedade, como se os seus serviços zelando pelos primeiros passos do filho primogênito. Fotografamos o terreno onde iria surgir a modesta habitação de um pobre homem-aposentado da Mogiana — compensando desapropriação necessária à passagem do novo traçado da ferrovia.

Para ele o fato representava a última esperança e abrigo para a velhice. Enquanto para nós a oportunidade de construir sua penúltima morada. Alta e amarga a vida. Por esse motivo guardamos com carinho a série de lembranças que registram, imperceptivelmente, as diferentes fases da nossa primeira obra. Têm e terão, para nós, o valor inestimável de reviver o entusiasmo das primeiras responsabilidades de engenheiro principiante. Bem que desearíamos começar tudo de novo...

Também por isso, é que somos gratos à Revista Brasileira Urbanização da Nova Capital do Brasil. Colecionamos nestes anos que precedem à gloriosa data de 21 de abril de 1960. Fizemos sentir o ressurgimento de uma nova era para o nosso grande País que, integrado em todas as direções e em todos os sentidos, poderá só então, tornar-se uma grande Nação. Recebemo-la de presente, sem condições senão a de guardar seus exemplares como especial coleção, para tratar-se de lembrança valiosa do crescimento, desde o terreno agreste e sem fim, da Capital que o Brasil reclamava, ao completo o ciclo evolutivo da sua civilização literária, para buscar a civilização em marcha para o interior continental.

Somos, todos os que receberemos com esse espírito e essa compreensão, devedores desta cortesia à direção da "Revista Brasileira". Desde seu primeiro número, habitamos-na a acompanhar, com entusiasmo, o crescimento da nova Capital, através de flagrantes fotográficos, de plantas gerais de perspectivas, de organogramas, de atas das reuniões da Diretoria da Novacap, de depoimentos de visitantes ilustres, de "reporters" estrangeiros, de "candagos" e de literatos.

E depois contávamos, como ainda confiamos, que a obra pudesse ser entregue no prazo marcado. Será 21 de abril a data limite do cronograma do Ilustre Presidente da República. Será o coroamento do seu programa de metas e, como já a definiram, simbolizará a síntese de toda um nobre programa de realizações convergentes sobre Brasília, fulcro de onde emergem,

como concepção global, a integração da nacionalidade.

A "Revista Brasileira" ofereceu-nos, a longa distância, a certeza de que o cronograma presidencial seria rigorosamente cumprido, ainda que houvesse, como houve, perturbações da ordem e da tranquilidade, que deviam decorrer da própria magnificência do empreendimento. Por tudo isso devemos conceder ao grande Presidente um desconto pertinente à sua excepcional visão de estadista: atribuímos, todos os bons brasileiros, o desconto no seu prazo de entrega de um minuto apenas. Desejamos, entretanto, que esse minuto seja de silêncio em respeito aos mortos na enlutada luta pela sua construção, aos que tombaram nos andares da nova metrópole, aos que nela foram pioneiros e poetas, aos que, assim, anonimamente, foram heróis e patriotas. Um minuto apenas de silêncio para homenagear os deputados constituintes de 91, 34 e 46, que gravaram indelévelmente em nossa Carta Magna o princípio constitucional em defesa da interiorização da Capital política do Brasil.

Um simples minuto para tributamos o respeito da nossa admiração a honrados públicos que de José Bonifácio a Bernardo Sayão, de Lauro Müller a Luiz Cruz, do Marquês de Paraná a Artur Bernardes, de Pedro Américo a Thomas Delfino, de Varhagen a Soriano de Souza e tantos outros que, todos ao seu modo, lutaram, alguns anonimamente, nos últimos cem anos da vida do país.

Por tudo que fizeram pedimos à "Revista Brasileira", no alvorecer do dia tão anostrosamente esperado, transmita aos pósteros a notícia de que um só minuto, um minuto apenas, foi a única fração de tempo perdida pelo nosso extraordinário Presidente. Perdida para exaltar aqueles que defenderam Brasília, aos que lhe ofereceram a própria vida para que transufussem os anseios e os ideais de tão poucos em benefício de tantos brasileiros descontentes.

O nome de Brasília, atribuído ao Patriarca da Independência, Ilustre sanista, um dos Três Andarilhos, o nome da Capital da Esperança. Sim. Esperança de todos os que ainda acreditam que o Brasil não está somente, nos versos inortais, "deitado eternamente em berço esplêndido". Impulsiona-o um povo consciente das suas responsabilidades no mundo do amanhã, que se desfaz das vicissitudes do passado, para, de corpo e alma, alcançar a sua predestinação histórica. A "Revista Brasileira" terá, por certo, a responsabilidade de continuar a história da nova Capital, registrando fatos e divulgando a verdade em nossa grande legendaria Brasília: Concebida no decurso de mais de cem anos e construída em meses de mil dias.

Os pósteros cabeça prosseguimento dessa obra cíclica de levar Brasília ao coraço do Brasil. Que se abra os corações dos brasileiros a essa realza tarefa, não, mas, simbolizará a síntese de toda um nobre programa de realizações convergentes sob o céu do Cruzeiro do Sul.

## a mudança da capital e a competente bibliografia

prof. Horácio Mendes

- 1 - AUTOS DE DEVASSA DA Inconfidência Mineira (publicação do Ministério da Educação e Cultura) - Rio, 1936.
- 2 - São João Bosco — "Memorie Biografiche" (vol. XIII).
- 3 - Francisco Adolfo Varhagen (Visconde de Póro Seguro) — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, vol. II, Rio, 1834. — A QUESTÃO DA CAPITAL: Marítima ou no Interior? — Viena d'Austria, 1877. (Existe uma reprodução, fiel ao original, feita pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 1935).
- 4 - ANAIS DAS ASSEMBLÉIAS CONSTITUINTES DE 1823 — 1891 — 1933 e 1946.
- 5 - Dr. Luiz Cruz — RELATÓRIO DA COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL, Rio, 1894.
- 6 - Dr. Luiz Cruz — MUDANÇA DA CAPITAL DA UNIÃO — Rio, 1896.
- 7 - Dr. Domingos Jaguaribe — MUDANÇA DA CAPITAL DO BRASIL (folheto) — São Paulo, 1895 — MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL DO BRASIL.
- 8 - João Coelho Gomes Ribeiro — A CAPITAL FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA — São Paulo, 1907.
- 9 - Americano do Brasil — PELA TERRA GOIANA (Discursos Parlamentares) — Rio, 1923.
- 10 - Barros Fournier (Luiz Mariano de) — A MUDANÇA DA CAPITAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PARA O PLANALTO CENTRAL (conferência) — Rio, 1925.
- 11 - José Eucaris Dias Martins — ARGUMENTOS EM FAVOR DA CONSTRUÇÃO DA FUTURA CAPITAL (conferência) — Rio, 1949.
- 12 - José Honorato — NA CONSTITUINTE E NA IMPRENSA — Rio, 1943.
- 13 - M. Demóstenes — ESTUDOS SOBRE A NOVA CAPITAL DO BRASIL — Rio, 1947.
- 14 - INTERIORIZAÇÃO D'OS CENTROS METROPOLITANOS — Resolução n.º 343 do Conselho Nacional de Estatística, Rio, 1946.
- 15 - A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA — Serv. Graf. do IBGE, Rio, 1948.
- 16 - General Djalma Poli Coêlho — RELATÓRIO TÉCNICO DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — Rio, 1948.
- 17 - General Djalma Poli Coêlho — NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE O PROBLEMA DA MUDANÇA DA CAPITAL — Rio, 1947.
- 18 - General Djalma Poli Coêlho — ESPÍGUA MESTRE — O BRASIL E CONGITO GEO-POLÍTICO DO PLANALTO CENTRAL — Rio, 1948.
- 19 - Jerônimo Coimbra Bueno — A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL — Goiás, 1949.
- 20 - Jales Machado — A MUDANÇA DA CAPITAL E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA NACIONAL (Separata do Diário do Congresso de 22 de outubro de 1949).
- 21 - J. Belcher — RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA — Rio, 1956.
- 22 - Eunápio de Queiroz — RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DA MUDANÇA DA CAPITAL (Câmara dos Deputados), Separata — Rio, 1949.
- 23 - General Djalma Poli Coêlho — FAÇAMOS A MUDANÇA DA CAPITAL, MAS FAÇAMO-LA BEM FEITA — Rio, 1953.
- 24 - Eng. Luiz A. da Silva Vieira — LIMITES DO DISTRITO FEDERAL NO PLANALTO CENTRAL DO PAÍS (in RELATÓRIO TÉCNICO) — Rio, 1948.
- 25 - M. A. Teixeira de Freitas — BRASÍLIA, CAPITAL DO BRASIL (in A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA) — Rio, 1948.
- 26 - Everardo Backheuser: LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL: CLIMA E CAPITAL (in BOL. GEOGR., V, 56 — NOVEMBRO DE 1947); LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL: CRITÉRIOS DE ESCOLHA (in BOL. GEOGR., V, 57 — DEZEMBRO DE 1947).
- LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO PAÍS NO PLANALTO CENTRAL (in BOL. GEOGR., V, 53 — AGOSTO DE 1947); O RETÂNGULO DE CRULS (in BOL. GEOGR., V, 55 — 1947) e LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL: PONTO NEURÁLGICO (in BOL. GEOGR., V, 58 — JANEIRO DE 1958).
- 27 - Paulo de Assis Ribeiro — MUDANÇA DO DISTRITO FEDERAL (in REV. DO COMÉRCIO, III — FEVEREIRO DE 1947).
- 28 - Cristóvão Leite de Castro — A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DO BRASIL (in BOL. GEOGR., IV, 45 — DEZEMBRO DE 1946).
- 29 - Valdir Niemeyer — A MUDANÇA DA CAPITAL (in BOL. GEOGR., IV, 40 — JUNHO DE 1946).
- 30 - Cristóvão Leite de Castro — A MUDANÇA DA CAPITAL DO PAÍS (in BOL. GEOGR., IV — FEVEREIRO DE 1947); A MUDANÇA DA CAPITAL DO PAÍS (in REV. BRAS. DE GEOGR., X — 1948) e A NOVA CAPITAL DO BRASIL (in REV. DE IMIG. E COLON., VII, 4 — DEZEMBRO DE 1946).
- 31 - Lucas Lopes e Antônio Carlos Cardoso — O ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A NOVA CAPITAL E O DISTRITO FEDERAL (in AG. ELÉTR., II, 7 — JANEIRO DE 1951) e (II, 8 — ABRIL DE 1951).
- 32 - Peixoto da Silveira: CLIMA E SALUBRIDADE DO PLANALTO (in ARQUIVOS DE SAUDE PU-

- 1 - A, Vol. I, 1 - SETEMBRO DE 1953) - Goiânia, 1957.
- AUTOFINANCIÁVEL A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL - Goiânia, 1955, e A NOVA CAPITAL - Rio, 1957 (ed. Pongetti).
- 33 - Paulo de Assis Ribeiro - NOVA SEDE PARA O GOVERNO DA UNIÃO (in BOL. DO CONS. TECN. DE ECON. E FINAN. 82/84 4.º TRIAL DE 1947, 23 e 76/77, ABR/MAIO DE 1947).
- 34 - A NOVA CAPITAL DO BRASIL (4 vols) assim discriminados:  
Volume I - DOCUMENTOS OFICIAIS (S.D.)  
Volume II - ESTUDOS E CONCLUSÕES (S.D.)  
Volume III - DISCURSO PRONUNCIADO PELO DEPUTADO FEDERAL FONSECA E SILVA (Goiás) - Rio, 1956.  
Volume IV - Conferência do Major Mauro Borges Teixeira (S.D.)
- 35 - A NOVA CAPITAL (Estudos sobre seu regime econômico-social e sobre o financiamento da sua construção - Conferências proferidas no Instituto de Colonização Nacional) - Gráfica Aurora, Ltda. - Rio de Janeiro (S.D.).
- 36 - Prof. J. Rodrigues Valle - MUDANÇA DA CAPITAL (in REVISTA JURÍDICA, órgão cultural da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, vol. XV) - Rio, 1957.
- 37 - Francisco Manoel Brandão: BRASILIA - FOLCLORE E TURISMO - Rio, 1957.  
BRASILIA E O BURITISEIRO - Rio, 1958.
- 38 - J. O. de Meira Penna - QUANDO MUDAM AS CAPITAIS (Prefácio do Dr. Israel Pinheiro) - Rio, 1958.
- 39 - Emival Catão (Deputado) - MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL (discurso) - Rio, 1958.
- 40 - Osvaldo Orico - BRASIL, CAPITAL BRASILIA - RIO, 1958.
- 41 - Moisés Gicovate - BRASILIA (Edições Melhoramentos) - São Paulo, 1959.  
- Presidência da República (Serviço de Documentação) - Rio, 1958 e 1959.
- 42 - BRASILIA E A OPINIÃO MUNDIAL (vols. I - II - III)
- 43 - Jayme Martins - TIA MARGARIDA VAI A BRASILIA - Rio, 1959.
- 44 - BRASILIA NA PALAVRA DE ANDRÉ MALRAUX - Presidência da República (Serviço de Documentação) - Rio, 1959.
- 45 - A NOVA CAPITAL - BRASILIA (IBGE - Conselho Nacional de Estatística) - Rio, 1957.
- 46 - BRASILIA (Levantamento realizado pela Inspetoria Regional de Estatística de Goiás em 12-5-58) - Rio, 1958.
- 47 - CENSO EXPERIMENTAL DE BRASILIA (População e Habitação) - Planejamento e supervisionado pela COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL - Rio, 1959.
- 48 - Israel Pinheiro (Dep.) DISCURSO NA CAMARA DOS DEPUTADOS - Rio, 1957.
- 49 - ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - II VOLUME - Rio, 1957.
- 50 - MÓDULO (Revista): N.º 8 (Texto em português e alemão e uma separata em francês e inglês)  
N.ºs. 6 ao 16 (Seis ao Dezesseis)
- 51 - BRASILIA (Revista) - N.ºs. 1 a 40 (Um a Quarenta).
- 52 - Américo Werneck Júnior - O FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA FUTURA CAPITAL (conferência) - Rio, 1955.
- 53 - Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Goiás - ESTUDO SOBRE O FINANCIAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL FEDERAL PARA O INTERIOR DO BRASIL - Goiânia, 1951.
- 54 - DE GOIÁS PARA O BRASIL (mensagens à Assembleia Legislativa do Estado) - Goiânia, 1955.
- 55 - REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.
- 56 - JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA - MENSAGENS AO CONGRESSO NACIONAL (1960 e anteriores).
- 57 - JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA - O BRASIL EM MARCHA (Discurso) - Rio, 1958.
- 58 - COLEÇÃO BRASILIA, assim discriminada:  
I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS - 1.º tomo.  
II - ANTECEDENTES HISTÓRICOS - 2.º tomo.  
III - ANTECEDENTES HISTÓRICOS - 3.º tomo.  
IV - DIÁRIO DE BRASILIA - 1.º tomo - 1956-1957.  
V - DIÁRIO DE BRASILIA - 2.º tomo - 1958.  
VI - DIÁRIO DE BRASILIA - 3.º tomo - 1959.  
VII - DIÁRIO DE BRASILIA - 4.º tomo - 1.º de janeiro - 21 de abril de 1960 - índice cumulativo.  
VIII - BRASILIA E A OPINIÃO NACIONAL - 1.º tomo.  
IX - BRASILIA E A OPINIÃO NACIONAL - 2.º tomo.  
X - BRASILIA E A OPINIÃO ESTRANGEIRA. (Publ. do Serv. de Documentação da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA).

**b.**

Diretor: Prof. Nonato Silva.  
Secretária: Aracy de Freitas Coutinho.  
Historiador: Prof. Horácio Mendes.  
Layout, capa e paginação: Arq. Armando Abreu.  
Redator: Leony Mesquita.  
Setor de Documentação: Nélio Pinheiro, Petrônio Canabrava e Marlene Bruno Silva.  
Relações Públicas: Da Costa Santos e Tibúrcio Bispo Pereira.  
Fotos: M. Fontenelle, Alberto Fadul, M. Gautherott, José e Humberto Franceschi, Foto Carlos, Epaminondas Lima, Manchete.  
Clicheria: Latt-Mayer; contato: Sylvio Raul Veltri.  
Impressor: Gráficos Bloch S. A.  
Redação: Avenida Almirante Barroso, 54 - 18.º andar.  
Fone: 22-2626. Rio de Janeiro - Brasil.

A Direção não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

DESTE PLANO  
EM CÉREBRO CENTRAL  
VEZ SOBRE O AMANHÃ DO MEU PAÍS E ANTEVEJO ESTÁ ALXORADA COM FÉ  
INQUEBRANTÁVEL E UMA CONFIANÇA SEM LIMITES NO SEU GRANDE DESTINO  
BRASÍLIA, 2 DE OUTUBRO DE 1956 — JUSCELINO KUBITSCHER DE OLIVEIRA